



CHRISTIANE BATISTA DE PAULO LOBATO

**ÁGUA PRA QUÊ(M): DISCURSO E IDENTIDADE NA
RESISTÊNCIA À SUPEREXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL
EM SÃO LOURENÇO**

**LAVRAS - MG
2018**

CHRISTIANE BATISTA DE PAULO LOBATO

**ÁGUA PRA QUÊ(M): DISCURSO E IDENTIDADE NA RESISTÊNCIA À
SUPEREXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM SÃO LOURENÇO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora
Dra. Flávia Luciana Naves Mafra

**LAVRAS – MG
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lobato, Christiane Batista de Paulo.

Água pra quê(m): discurso e identidade na resistência à
superexploração de água mineral em São Lourenço / Christiane
Batista de Paulo Lobato. - 2018.

139 p.

Orientador(a): Flávia Luciana Naves Mafra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2018.
Bibliografia.

1. Análise de discurso crítica. 2. Perspectiva decolonial. 3.
Transnacionais. I. Mafra, Flávia Luciana Naves. II. Título.

CHRISTIANE BATISTA DE PAULO LOBATO

**ÁGUA PRA QUÊ(M): DISCURSO E IDENTIDADE NA RESISTÊNCIA À
SUPEREXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM SÃO LOURENÇO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 31 de agosto 2018.

Dra. Flaviana Andrade de Pádua Carvalho UFLA

Dra. Sabrina Soares da Silva UFLA

Dr. Gustavo Ximenes Cunha UFMG

Dr. Márcio Moutinho Abdalla UFF

Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS – MG
2018**

Àquela que chegou antes de mim, partiu antes de mim, mas que está sempre comigo!

Essa tese é para você, mamãe! Te amo!

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela misericórdia diária e ao Mestre Jesus pelo amparo;

Ao Sal, meu companheiro desde sempre e para sempre! Sem seu colo, seu amor, seu carinho, sua paciência eu nunca teria chegado aqui. Obrigada por “ser” comigo pro que der e vier! Te amo!

À minha família querida (“Os Pombos”) pelo amor incondicional;

Aos meus pais postiços, Edna e Edinho pela presença carinhosa imensurável;

Aos meus familiares pela confiança e apoio constantes;

À minha orientadora (amiga) Flávia: obrigada por estar autenticamente lado a lado no processo de construção dessa tese e principalmente no meu processo de reconstrução pessoal, profissional, enquanto pesquisadora e mulher.

Aos colegas do PPGA UFLA pelos momentos de aprendizado e amizade.

À FAPEMIG - *Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais*, pela concessão de bolsa de estudos durante três anos no PPGA/UFLA.

RESUMO

Esta tese é o resultado de uma pesquisa que visou investigar o processo de resistência à superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais), à luz da opção decolonial. Para desenvolver o estudo proposto, a pesquisa se orientou epistemologicamente pela abordagem da Análise do Discurso Crítica e Decolonial. Para reunir o material empírico, utilizou-se pesquisa documental e a entrevista história oral conduzida por meio de roteiro semiestruturado com atores envolvidos diretamente no debate sobre a superexploração das águas minerais em São Lourenço, membros dos grupos de resistência a esta superexploração. Para as análises de dados, foram utilizadas categorias da Análise de Discurso Crítica, como a intertextualidade, a modalidade, a coesão, a metáfora, a representação de atores sociais, a avaliação. Os resultados das análises apontam que, por trás da reprodução e legitimação do discurso de sustentabilidade ou responsabilidade social pela sociedade, há ações prejudiciais ao meio ambiente. Este discurso frequentemente reproduzido e legitimado encobre as intenções capitalistas e as relações construídas sócio-histórica-culturalmente que favorecem as ações predatórias de transnacionais em países de terceiro mundo ou colonizados, como ocorre na relação específica entre São Lourenço e Nestlé. Os subalternizados consideram que natureza, indivíduo e cultura estão em conexão, mas não como algo a ser dominado, e sim como uma realidade que existe concretamente, embora todo o aparato (colonial) neoliberal insista em negá-la. A partir dessa perspectiva, infere-se que a identidade de resistência e guardiões dos atores subalternizados identificada nesse estudo é considerada um exercício de decolonização, uma vez que reivindica a sua identidade negada ao repudiar a racionalidade instrumental imposta pela Nestlé em detrimento da relação entre natureza e sociedade. Apesar disso, as relações de poder estabelecidas entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral em São Lourenço, reflete o poder de subjugação da colonialidade do poder, minando as tentativas de resistência à sua presença e impondo sua lógica neoliberal. É possível perceber que os subalternizados têm consciência de sua condição, percebem o “outro”, percebem a diferença colonial, mas sua contra-história é exterminada pelo neoliberalismo (colonialidade do poder).

Palavras-chave: Análise de discurso crítica. Perspectiva decolonial. Transnacionais. Resistência. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This thesis is the result of a research that aimed to investigate the process of resistance to the overexploitation of mineral waters in *São Lourenço (Minas Gerais)*, in light of the decolonial option. In order to develop the proposed study, this research was oriented epistemologically by the Critical and Decolonial Discourse Analysis approach. To gather the empirical material, we used documentary research and the oral history interview conducted through a semi-structured script with actors directly involved in the discussion on the overexploitation of the mineral waters in *São Lourenço*, members of the resistance groups to this overexploitation. For the data analysis we used categories of Critical Discourse Analysis, such as intertextuality, modality, cohesion, metaphor, representation of social actors, evaluation. Analyzes results indicate that behind the reproduction and legitimation of the discourse of sustainability or social responsibility by society there are actions that are harmful to the environment. This frequently reproduced and legitimized discourse covers capitalist intentions and socio-historically-culturally constructed relations that favor the predatory actions of transnational in third world or colonized countries, as in the specific relation between *São Lourenço* and *Nestlé*. Subalterns consider that nature, individual, and culture are in connection, but not as something to be dominated, but as a reality that exists concretely, even though the entire (colonial) neoliberal apparatus insists on denying it. From this perspective it is inferred that the identity of resistance and guardians of the subordinate actors identified in this study is considered an exercise of decolonization, since it claims its denied identity by repudiating the instrumental rationality imposed by *Nestlé* to the detriment of the relation between nature and society. Nevertheless, the power relations established among the social actors involved in the overexploration of mineral water in *São Lourenço* reflect the power of subjugation of the coloniality of power undermining attempts at resistance to its presence and imposing its neoliberal logic. It is possible to perceive that the subalterns are aware of their condition, perceive the "other", perceive the colonial difference, but their counter history is exterminated by neoliberalism (coloniality of power).

Keywords: Critical Discourse Analysis. Decolonial Perspective. Transnational. Resistance. Neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Gêneros discursivos pesquisados	64
Quadro 2 - Etapas análise ADC.....	67

LISTA DE SIGLAS

ABINAM	Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Situando o estudo	12
1.2	Objetivos do trabalho.....	19
1.2.1	Objetivo Geral.....	20
1.2.2	Objetivos Específicos.....	20
1.3	Justificativas do estudo	20
1.4	Estrutura do trabalho	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	Opção decolonial e colonialidade global.....	23
2.2	Capitalismo neoliberal: transnacionais, América Latina e resistência	36
2.3	Análise do Discurso Crítica: abordagem teórico-metodológica	47
3	METODOLOGIA	55
3.1	Sobre escolhas ontoepistêmicas	55
3.2	Decisões metodológicas	61
3.2.1	Formas de Obtenção de Dados	62
3.2.1.1	Fontes documentais	62
3.2.1.2	Entrevistas de história oral	64
3.2.2	Análise dos dados	66
4	CONFLITOS NA EXPLORAÇÃO DE ÁGUA: O GLOBAL, O LOCAL E A RESISTÊNCIA	69
4.1	Nestlé pelo mundo	69
4.2	Nestlé em São Lourenço	72
4.3	A resistência em São Lourenço	78
5	AÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO NO DISCURSO DA RESISTÊNCIA À SUPEREXPLORAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS PELA NESTLÉ EM SÃO LOURENÇO	88
5.1	Discursos de resistência como ação: o gênero entrevista acadêmica	90
5.1.1	Intertextualidade	91
5.2	Discursos de resistência como representação	95
5.3	Discursos de resistência como identificação	97
5.3.1	Avaliação	97
5.3.2	Metáforas.....	101
5.3.3	Modalidade.....	105
5.3.4	Identificação: lugar e identidade	107
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICES	133

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de reflexões acerca da superexploração de água mineral por empresas transnacionais na contemporaneidade. Corresponde a uma tentativa de dar visibilidade às circunstâncias sociais organizadas que produzem, reproduzem e permitem a livre atuação das corporações em busca do lucro às custas de prejuízos sociais e ambientais.

O propósito deste estudo é atual, uma vez que a temática possui relevância social em tempos cada mais vez mais críticos em relação à escassez e superexploração de recursos hídricos e condições adequadas de saneamento.

Sendo assim, ao investigar as relações de colonialidade no processo de superexploração de água mineral no município de São Lourenço (Minas Gerais, Brasil) pela transnacional Nestlé, sob a ótica decolonial, busca-se problematizar a naturalização das relações, circunstâncias e práticas que afetam a dinâmica entre organizações, sociedade e Estado.

A opção decolonial utilizada neste estudo procura não apenas diagnosticar a colonialidade, mas também compreender possibilidades de superação da mesma. A colonialidade, por sua vez, é resultado do colonialismo moderno e institui-se em forma de um poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre nações e povos (MALDONADO-TORRES, 2007). Esta colonialidade pode se estender para diversos âmbitos, como: economia e política, subjetividade, conhecimento e natureza, compondo, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

À luz da opção decolonial, intenta-se provocar reflexões críticas acerca da naturalização da apropriação capitalista da água, especialmente em um território historicamente subalternizado e rico em diversidade natural e cultural.

Assim, este estudo está centrado na manifestação da colonialidade nas relações entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral no município de São Lourenço, Minas Gerais, Brasil, pela transnacional Nestlé¹. Ademais, nesse trabalho tem-se como proposta a reconstrução da atuação da empresa transnacional no contexto local, desnaturalizando suas práticas e compreendendo seus desdobramentos a partir do olhar (subalterno) daqueles que se opõem às suas estratégias.

Por subalternizados entende-se os atores sociais cujas experiências e pontos de vista foram muitas vezes deslegitimados em favor dos discursos e estratégias corporativas (ASSIS,

¹ Em março de 2018 a Nestlé Waters fechou a venda de seu negócio de águas no Brasil para o grupo Edson Queiroz, englobando as marcas locais São Lourenço e Petrópolis e três fábricas no país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

2014; CÉSAIRE, 2010; FANON, 2010; MEMMI, 1977). No caso em foco, foram identificados como subalternizados atores sociais que integram o grupo de resistência contra a superexploração das águas minerais pela transnacional Nestlé em São Lourenço, que ocorre há mais de dezessete anos.

1.1 Situando o estudo

Nas últimas décadas, o debate sobre gestão e uso dos recursos hídricos adquiriu uma dimensão estratégica no contexto mundial (BARLOW, 2009, 2015; BARLOW; CLARKE, 2003; BREI; BÖHM, 2011, 2013; FLORES, 2013; FLORES; MISOCZKY, 2015; OTTO; BÖHM, 2006). A escassez de água nos últimos anos trouxe à tona a necessidade de pensar e planejar de forma mais efetiva a utilização desse recurso comum dentro de uma temática mais ampla que é a questão da ‘justiça da água’.

A água doce apropriada para o consumo humano representa apenas 2,5% do total de águas do mundo e, somente 0,3% de toda a água doce do planeta está disponível em lagos e rios (COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, 2015). Acrescenta-se que esta água se encontra desigualmente distribuída, representando 60% em apenas nove países, sujeitando 80 países à escassez de água (PRÜSS-ÜSTÜN et al., 2008). Desta forma, atualmente, cerca de 750 milhões de pessoas no mundo ainda não possuem acesso a água potável confiável de forma sustentável, 1,8 bilhão utiliza fontes contaminadas e aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas (mais de um terço da população mundial) não têm acesso ao saneamento adequado (UN-WATER, 2014).

A previsão da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é que a demanda hídrica mundial tenha um aumento de 55% em 2050, gerada pelas necessidades do setor industrial, dos sistemas de geração de energia termoelétrica e dos usuários domésticos. A maior parte desse aumento ocorrerá em economias emergentes e em países em desenvolvimento, onde a agricultura deverá produzir 100% a mais de alimentos (UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME, 2015).

O Brasil detém em seu território 13,7% da água doce do mundo. Deste total, 80% estão nos rios da Amazônia (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, 2015). A crise hídrica que afeta o Brasil desde 2012 impactou significativamente as regiões Nordeste e Sudeste do país. O regime atípico de chuvas nos últimos anos agravou a vulnerabilidade dos recursos hídricos nestas regiões, prejudicado de forma significativa a oferta de água para o abastecimento público (ANA, 2014).

Com relação às demandas pelos recursos hídricos no Brasil, em 2015, o setor de irrigação foi responsável pela maior parcela de retirada (55% do total), seguido das vazões de retirada para fins de abastecimento humano urbano (22%), industrial (15%), animal (6%) e abastecimento humano rural (2%) (ANA, 2016). A alta demanda pela água originária da irrigação pode ser explicada pelo aumento da produção de biocombustíveis que, embora vise à redução do uso de combustíveis fósseis, bem como a emissão de gases de efeito estufa, destrói florestas, contamina a água e o solo com fertilizantes químicos, além de superexplorar o aquífero Guarani – maior do mundo, localizado sob o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Brasil é um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo, atingindo o recorde de 30 milhões de litros de etanol de cana-de-açúcar em 2015. As exportações brasileiras de biocombustível totalizaram 1,9 bilhão de litros em 2015, 26% superior a do ano de 2014 (1,4 bilhão) (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2016). No entanto, atualmente, mais de sete trilhões de litros de água são extraídos diariamente para a produção de etanol no Brasil (BARLOW, 2015).

O controle sobre os recursos hídricos revela-se, portanto, estratégico para o avanço de atividades como produção de energia, mineração, agricultura, além da demanda para consumo (em grande parte não atendida).

A escassez de água tem sido denunciada por várias instituições que cobram por políticas públicas e ações concretas que possam, pelo menos, minimizar esse quadro. Enquanto grande parte da população mundial não tem acesso a água, ocasionando conflitos, mortalidade e precarização das condições de vida, cresce a demanda industrial pela utilização de água, bem como a exploração de água por parte de empresas que a transformam em um produto, engarrafado, com marca, direcionado a um público que pode pagar. Esse processo reforça a desigualdade de acesso ao recurso.

Uma grande resistência ao controle corporativo da água cresceu em várias partes do mundo, dando origem a um movimento global pela justiça da questão da água, lutando contra empresas privadas de água e irresponsabilidade e abandono governamental na gestão e distribuição dos recursos hídricos de qualidade à população. Esse movimento, composto por ambientalistas, comunidades de sociedade civil e outros que acreditam que a água é um bem público e um direito humano, questiona o uso da água engarrafada em países onde a água pública é potável e regulada e desafia o controle corporativo das águas e de suas políticas de extração e comercialização (BARLOW, 2009).

Barlow (2009) traça o histórico dessas intervenções, conforme se apresentará a seguir.

Em março de 2000, membros da sociedade civil de mais de dez países foram ao Segundo Fórum Mundial da Água em Haia, se opondo à estrutura de ação do Conselho Mundial da Água.

O Conselho Mundial da Água é considerado um oponente perigoso para movimento global pela justiça da questão da água. Esse grupo que se intitula “núcleo de ideias sobre a política internacional da água” é patrocinado pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas. Composto por mais de trezentos membros - em sua maioria pertencente a empresas de engenharia e água, associações da indústria da água e bancos de investimento – esse conselho se reúne a cada três anos promovendo um grande encontro, hoje conhecido como Fórum de Água Global ou Fórum Mundial da Água (BARLOW, 2009, 2015). Esse encontro, segundo a autora, se caracteriza como “um grande e influente encontro de especialistas em água, interesses privados e dirigentes do governo para estabelecer direções para o financiamento e políticas de água globais” (BARLOW, 2015, p. 31).

Em abril de 2000, milhares de pessoas marcharam nas ruas de Washington onde ocorria a reunião anual do Banco Mundial, levantando a questão da privatização das águas. Em julho de 2001, realizou-se a Water for People and Nature, primeira cúpula global de subalternizados da sociedade civil em defesa da água, contando com mais 800 pessoas de 40 países (BARLOW, 2009).

Em agosto de 2002, milhares de pessoas se reuniram na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo para discutir histórias sobre o roubo corporativo da água e devastação de comunidades inteiras. Em marcha divulgada pela mídia mundial, as pessoas exigiram acesso à água (BARLOW, 2009).

Graças às críticas internacionais quanto à privatização da água, amplamente divulgadas pela mídia, pela primeira vez, críticos da sociedade civil foram convidados a participar da cúpula do Terceiro Fórum Mundial da Água em Kyoto (BARLOW, 2009).

Em El Salvador, em agosto de 2003, foi fundada a Red VIDA – Vigilância Interamericana em Defesa da Água, uma rede de grupos de base das Américas. Essa rede surgiu da necessidade de coordenar as atividades de todos os grupos que lutavam pelo direito à água e organizar as campanhas contra a privatização da água no hemisfério. Em janeiro de 2004, realizou-se o Fórum Alternativo Mundial da Água em Nova Déli, a fim de apoiar os movimentos do Pacífico Asiático e demonstrar que a luta contra privatização da água estava ocorrendo em todo o mundo. Em janeiro de 2007, durante o Sétimo Fórum Mundial da Água em Nairobi, foi criada a Rede Africana da Água, que luta contra a privatização das fontes locais de água (BARLOW, 2009).

Pela primeira vez no Brasil, sob o tema “Água é um direito, não Mercadoria”, o Fórum Alternativo Mundial da Água realizou, em 2018, um debate em contraposição ao Fórum Mundial da Água, discutindo sobre temas centrais de defesa pública e controle social das fontes de água, o acesso democrático à água, a luta contra as privatizações dos mananciais, dentre outros (AGÊNCIA BRASIL, 2018; FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA, 2018).

No entanto, embora existam ações como essas, voltadas para a perspectiva de que a água é um bem natural e está a serviço da humanidade, não podendo ser mercantilizada, assiste-se a um acirramento das disputas corporativas por reservas de água a serem exploradas e transformadas em fontes privadas de lucros empresariais.

Dentre as diversas arenas do mercado de água, aponta-se o fornecimento de água para uso industrial e municipal, a dessanilização da água - processo físico-químico de retirada de sais da água, tornando-a doce e própria para o consumo humano, industrial e comercial - a purificação e tratamento de água suja para reutilização e a indústria de água engarrafada.

Ademais, com o declínio de suprimento de água doce do mundo, uma demanda pela necessidade de novas fontes de água limpa para consumo se expandiu. Nesse contexto, verifica-se a tendência de crescimento da indústria de água mineral e engarrafada (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS, 2014; BREI; BÖHM, 2011). Dados comprovam que o mercado de água engarrafada global teve receita total de US\$ 143.626 bilhões em 2013, representando uma taxa de crescimento anual composta de 6,0% entre 2009 e 2013. O volume consumido no mercado também aumentou, atingindo 227,426 milhões de litros no ano. Com o desempenho acelerado, o mercado deve adquirir um valor de US\$ 196.014.500 bilhões em 2018 (DATAMONITOR, 2014). Os maiores consumidores de água engarrafada no mundo são os Estados Unidos (32 bilhões de litros por ano), porém, o consumo tem crescido mais rapidamente nos países em desenvolvimento (BARLOW, 2009).

A criação do mercado de novas fontes de água gerado pela escassez de água doce mundial provocou uma poderosa disputa pelas fontes de água doce do mundo que se expandiu nos últimos anos. De um lado desta disputa encontram-se os interesses privados, as empresas transnacionais de bebidas e alimentos, a maioria dos governos de países desenvolvidos e instituições internacionais como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Do outro, encontra-se o movimento global em favor da água.

Neste cenário, quatro transnacionais somam 45% do volume global de água envasada: Nestlé, Danone, Coca-Cola e Pepsico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE

ÁGUAS MINERAIS, 2009). Segundo Barlow (2009, p. 15), trata-se de “um poderoso cartel corporativo da água que surgiu para assumir o controle de todos os aspectos da água a fim de obter lucro em benefício próprio”.

Estima-se, segundo projeções internacionais, que em 25 anos a Nestlé possuirá a maioria das reservas de água potável existentes no mundo. A empresa, que possui atualmente 16% do mercado de águas envasadas, conta com 1,7% de participação no mercado nacional (BARLOW, 2009; ROQUETTE, 2012). A estratégia da empresa, segundo Barlow (2009), é comprar as marcas que já se tornaram bem-sucedidas no mercado. Atualmente, a transnacional possui mais de 70 diferentes marcas famosas adquiridas em 130 países.

A atuação de empresas de águas envasadas pode provocar consequências como: superexploração de aquíferos, descarte de embalagens plásticas e transporte do produto envasado (QUEIROZ, 2011). Além disto, a atividade de engarrafamento de água pelas indústrias ainda é pouco regulamentada mundialmente pelo poder público (SERRA, 2009).

A apropriação dos recursos naturais por corporações ao redor do mundo, sobretudo as transnacionais operando em países ricos em diversidade natural e com histórico frequentemente violento de colonização, garantem seus interesses.

Contudo, tal constatação não é novidade, uma vez que desde tempos coloniais, a periferia tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato (CORONIL, 2005). Embora o *status* formal colonial nesses países tenha se extinguido, a colonialidade permanece até os dias atuais. A permanência da colonialidade como um traço fundamental da modernidade e na constituição da economia mundo capitalista (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992), permite que a expropriação e o controle dos recursos naturais ainda sejam exercidos sobre a América Latina atualmente. Este estudo parte do pressuposto de que a expansão do modelo extrativista ocorre desde o período colonial, determinando a economia dos países latino-americanos (AGUIAR; CARVALHO, 2014).

Considerando a história brasileira, a evolução do capitalismo representado fortemente por empresas transnacionais e a necessidade de se colocar em pauta as relações de poder presentes nas interações entre empresas e sociedade, considera-se que a opção decolonial possa trazer elementos importantes para analisar o fenômeno que pretende-se estudar.

A opção decolonial busca “compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Esta colonialidade global refere-se ao regime imposto pelos Estados Unidos às nações periféricas e povos não europeus, mantidos sob uma situação colonial mesmo após a extinção da administração colonial (GROSGOUEL, 2008).

Embora as instituições fundamentais da lógica capitalista e da modernidade na esfera econômica (mercado competitivo) e política (Estado racional centralizado) contribuam para a dominação social (SOUZA, 2003), considera-se neste estudo, sob a perspectiva decolonial, que esses elementos não são suficientes para explicar os mecanismos que naturalizam as relações desiguais entre países subalternizados e dominantes. Se no período colonial a legitimação das relações hierárquicas entre os países colonizados e colonizadores era mantida pelo uso da violência física ou psíquica em função da dependência pessoal (SOUZA, 2003), atualmente, a legitimação dessa relação passa pelo conceito de colonialidade, que reproduz a dominação em quatro dimensões: poder, ser, natureza e saber. Essas quatro dimensões são os diferentes âmbitos do que Mignolo (2010) definiu como matriz colonial. A matriz colonial articula diversas situações e formas de ação da colonialidade na América Latina. “É um padrão de poder, possuindo como elemento constitutivo e específico, a colonialidade” (VIÑAN, 2005, p. 76).

Assis (2014, p. 616) afirma que:

No cenário atual, prescindindo de uma dominação política de corte colonial que desconhece a soberania dos povos, as grandes corporações empresariais e os conglomerados financeiros têm se valido do poder econômico para expandir e incorporar novos espaços nos circuitos de acumulação do capital.

Este é o caso do município de São Lourenço (Minas Gerais, Brasil), reconhecido pelo valor medicinal de suas estâncias hidrominerais, fazendo parte do chamado Circuito das Águas, na Serra da Mantiqueira.

Em 1890, São Lourenço foi a primeira água mineral da América Latina a ser engarrafada. A marca foi adquirida pela Nestlé em 1992 e em 1994, a empresa suíça passou a explorar os mananciais de água de São Lourenço (NESTLÉ, 2014). Administradora do parque municipal que agrega nove fontes de diferentes tipos de águas hidrominerais, intitulado Parque das Águas Minerais de São Lourenço, a Nestlé é detentora dos direitos de exploração das águas do parque (OLIVEIRA, 2011).

Há alguns anos a exploração das águas minerais para fins comerciais pela Nestlé em São Lourenço se intensificou (OLIVEIRA, 2011), gerando protestos da população sobre alterações no sabor e na vazão das águas do parque, acarretando em processo movido pelo Ministério Público Estadual em 2001 contra a empresa (ALMEIDA, 2014).

A superexploração das águas minerais destinada ao engarrafamento, promovida pela Nestlé em São Lourenço, é responsável pelo rebaixamento dos níveis dos lençóis freáticos

subterrâneos, diminuição do volume de vazão das fontes e alteração de sabores das águas (ALMEIDA, 2014; GUIMARAES, 2009; NINIS, 2006; OLIVEIRA, 2011; QUEIROZ, 2011).

A resistência contra a superexploração das águas minerais pela transnacional Nestlé em São Lourenço ocorre há dezessete anos, sendo hoje representada pelo grupo Amar Água. Este grupo tem como principal objetivo transformar o Parque das Águas em um Geoparque², garantindo a proteção do subsolo, além de “preservar o patrimônio geológico para futuras gerações; educar e ensinar ao grande público sobre temas relativos a paisagens geológicas e matérias ambientais e prover meios de pesquisas para as geociências; assegurar desenvolvimento sustentável (turismo)” (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2014, p. 1).

O grupo vem solicitando junto ao Ministério Público Federal, a cassação da concessão dada à Nestlé para a exploração das águas minerais de São Lourenço e a mudança da lei de águas minerais atualmente sujeita ao Código de Mineração e, portanto, considerada um minério passível de exaustão (GRUPO AMAR'ÁGUA, 2013).

Como a economia do município de São Lourenço é fortemente ancorada no turismo impulsionado pelas águas minerais, a Nestlé, ao controlar a exploração de água mineral e ao administrar o parque, controla um elemento central na economia local e regional.

Neste e em diversos outros contextos, são inúmeros os prejuízos ambientais e sociais causados pela atuação de empresas envasadoras de água mineral. E, embora uma parte das organizações empresariais esteja preocupada em registrar formalmente sua preocupação e suas ações de responsabilidade social (VAN AAKEN; SPLITTER; SEIDL, 2013), é preciso notar que o poder das corporações lhes permite ignorar as demandas sociais em favor de seus próprios interesses, engajadas com os propósitos do capitalismo.

Então, ao se tratar das corporações do mercado de água engarrafada, cujo principal objetivo é a obtenção de lucros, o cumprimento de objetivos socialmente responsáveis, como o acesso universal à água, por exemplo, não se aplica a elas, e sim aos governos. Em essência, essas corporações contam com a deterioração da qualidade da água no mundo, para se manterem competitivas (BARLOW, 2009).

Além disso, quem compra a água mineral engarrafada em qualquer lugar do mundo, frequentemente desconhece os processos que envolvem a sua produção e sua transformação

² Geoparque é uma estratégia territorial com limites bem definidos, para servir ao desenvolvimento econômico local, notadamente através do turismo, envolvendo uma área onde sítios do patrimônio geológico sejam destinados à proteção, educação e desenvolvimento sustentável, sem, contudo, se caracterizar como uma unidade de conservação ou área de proteção ambiental legal (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2014).

de bem comum em produto. O produto, a marca globalizada, esconde assim a história social, ambiental e política que envolve a água.

A opção decolonial contribui para a releitura, recriação e divulgação da história revelando realidades locais antes ignoradas pela versão oficial. Esse é o foco central da discussão deste estudo: as contradições invisibilizadas, características das relações estabelecidas entre a necessidade de gerar lucros e garantir a supremacia organizacional e as demandas de grupos sociais, comunidades e sociedades subalternizados em suas demandas, suas ideias e sua existência.

Assim, procurando dar visibilidade às circunstâncias sociais organizadas que produzem, reproduzem e permitem a livre atuação das corporações na produção de prejuízos sociais, sob a ótica decolonial, o objeto deste estudo é a manifestação da colonialidade nas relações entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral no município de São Lourenço (Minas Gerais, Brasil) pela transnacional Nestlé. Neste trabalho, entende-se por atores sociais identificados no contexto em análise, aqueles que estão envolvidos diretamente no debate sobre a superexploração de água mineral no município pela transnacional, ou seja, indivíduos, grupos ou organizações que representam interesses específicos nesse contexto: líderes e membros do grupo de resistência Amar Água, membros do poder público e a própria corporação.

Para operacionalizar essa investigação, definiu-se a seguinte questão: Como se configura o processo de resistência à colonialidade em torno da superexploração de águas minerais em São Lourenço?

Deste modo, a tese que se defendeu é que o discurso da resistência à superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais, Brasil) pela transnacional Nestlé mantém relação dialética com outras práticas sociais, colaborando para a decolonialidade em um contexto onde a colonialidade se expressa de maneira ideológica e hegemônica.

Para tanto, são apresentados os objetivos que nortearão o desenvolvimento desta pesquisa.

1.2 Objetivos do trabalho

A fim de responder à questão de pesquisa proposta neste estudo, estabeleceram-se o objetivo geral e os objetivos específicos, a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral neste trabalho foi investigar o processo de resistência à superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais), à luz da opção decolonial.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o contexto sócio-histórico, econômico e político do movimento de resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço pela Nestlé, como forma de compreender esse movimento e subsidiar o debate a partir do *lócus* de conhecimento estudado;
- b) caracterizar ações locais e internacionais da empresa relacionadas com o exercício da colonialidade;
- c) investigar a ação, motivação e discurso do grupo de resistência à ação da transnacional;
- d) analisar os discursos particulares produzidos pelos subalternizados no evento social em foco e seus possíveis investimentos ideológicos na instauração e sustentação da identidade dos subalternizados.

1.3 Justificativas do estudo

Dada a presente contextualização do objeto de pesquisa, bem como a descrição do objetivo de estudo, este tópico evidencia a justificativa do trabalho.

A realização deste trabalho se justifica não só pela relevância social e acadêmica do tema, envolvendo os conflitos sobre a questão da água sob uma perspectiva decolonial, mas também pelo pequeno número de trabalhos realizados na área de administração, mais precisamente na área dos estudos organizacionais.

A relevância acadêmica relaciona-se à produção do conhecimento fiel ao *lócus* de enunciação, ou seja, no e a partir do Sul global, dando ênfase às experiências singulares e voz aos subalternizados envolvidos na relação problematizada nesse estudo. Esta necessidade de desenvolvimento de epistemologias decoloniais alternativas à universalização do conhecimento euro-norte-americano tem sido apontada por alguns autores, a fim de promover

coalizões epistêmicas críticas, aprimorando o conhecimento nas ciências sociais (ABDALLA; FARIA, 2015; ALCOFF, 2011; FERREIRA, 2014; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014).

Outra importante contribuição acadêmica deste estudo reside na originalidade teórico-empírica envolvendo o debate sobre a exploração de recursos naturais - especialmente hídricos - por transnacionais em territórios historicamente subalternizados, suprimindo a carência de discussões acerca da presença das transnacionais na América Latina (ASSIS, 2014), bem como a necessidade de se colocar em pauta as relações de poder presentes nas interações entre empresas e sociedade no contexto neoliberal (FLORES, MISOCZKY, 2015; PORTO-GONÇALVES, 2008).

As recentes discussões acerca da presença das transnacionais na América Latina apontam para trabalhos com foco em conflitos ambientais na indústria de mineração e metalúrgica (AGUIAR; CARVALHO, 2014; GUIMARÃES; CEBADA, 2016; MISOCZKY; BÖHM, 2013; SVAMPA; ANTONELLI, 2009) e poucos estudos com foco em conflitos ambientais envolvendo recursos hídricos (OTTO; BÖHM, 2006; PFRIMER, 2009).

Este estudo contribui, ainda, para preencher lacunas teóricas e empíricas dentro do projeto teorizado pela opção decolonial, ao tratar de experiências envolvendo a natureza e o meio ambiente (ESCOBAR, 2003).

Estudos empíricos utilizando a opção decolonial apontam poucas pesquisas no Brasil. Dentre elas, prevalecem as com foco na decolonialidade epistêmica, gerencial (ABDALLA, 2014; WANDERLEY, 2015a), educacional (BENZAQUEN, 2012; OLIVEIRA, 2010; WANDERLEY, 2015b) e no desenvolvimento rural (NESKE, 2014). Além disso, a discussão sobre e com o Brasil nos estudos decoloniais é deficiente, demandando estudos que vislumbrem os processos de colonialidade no país (ABDALLA; FARIA, 2015; BALLESTRIN, 2013; CARVALHO, 2012, 2013).

Aponta-se como relevância social dessa pesquisa, o estudo empírico envolvendo a privatização e superexploração de águas minerais pela transnacional Nestlé, cujas ações têm sido apontadas em várias denúncias de crimes ambientais mundo afora (BARLOW, 2009; GUIMARAES, 2009; NINIS, 2006; OLIVEIRA, 2011). Essa relevância reside no fato de que estudos abordando os impactos sociais decorrentes das ações de empresas na operacionalização de seus negócios estão direcionados ao entendimento, especificamente, dos crimes corporativos sob um enfoque ético-legal, tratando de aspectos como corrupção, extorsão, roubo, espionagem, fraude e sabotagem no ambiente organizacional (EVERTSSON, 2013; GRAVES, 2013; KLINKHAMMER, 2013; LORD, 2013; OSBORNE, 2013;

PIQUERO et al., 2013) e da responsabilidade jurídica pelos crimes ambientais (STEFANELLO, 2010).

Ademais, acredita-se que este trabalho possa contribuir, de maneira social, para a reflexão dos próprios atores sociais subalternizados diretamente envolvidos na realidade em foco.

Defende-se, enfim, que este estudo possa contribuir para o aprimoramento das teorias que propõem tirar o foco do discurso organizacional oficial e tratar de forma mais complexa e realista as interações entre as organizações e as sociedades nas quais se inserem.

Por meio da reconstrução da atuação de uma empresa transnacional no contexto local, desnaturalizando suas práticas e compreendendo seus desdobramentos a partir do olhar daqueles que se opõem às suas estratégias, este trabalho contribui para a politização da gestão, desnaturalizando-a, desmistificando-a. Com isso, produz-se novas referências para a teorização no campo dos estudos organizacionais, bem como evidencia sua relevância social.

Assim, estudos conduzidos com foco nos grupos vulneráveis no relacionamento com as empresas e partindo da opção decolonial podem trazer elementos para o debate e aprimoramento dessa temática, ainda pouco explorada no campo dos estudos organizacionais.

1.4 Estrutura do trabalho

Este estudo encontra-se organizado em seis capítulos, a saber: **Capítulo 1 – Introdução** – que se destina à problematização, justificativas e objetivos do estudo. O **Capítulo 2 – Referencial Teórico**: apresenta o escopo teórico que norteará o desenvolvimento deste estudo, envolvendo as discussões sobre elementos da colonialidade global e os fundamentos e quadro conceitual da opção decolonial e da proposta teórico-metodológica baseada na Análise do Discurso Crítica. O **Capítulo 3 – Aspectos Metodológicos** – descreve a orientação ontológica e epistemológica do estudo e detalha os procedimentos metodológicos a serem utilizados. O **Capítulo 4** e **Capítulo 5** tratam das análises da prática particular e da análise textual envolvendo o evento em foco. O **Capítulo 6** retoma as principais análises do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o escopo teórico que norteou o desenvolvimento deste estudo, envolvendo as discussões sobre a naturalização de elementos da colonialidade global e os fundamentos e quadro conceitual da Opção Decolonial e da proposta teórico-metodológica baseada na Análise do Discurso Crítica.

2.1 Opção decolonial e colonialidade global

O objetivo desse estudo é investigar o processo de resistência à superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais), à luz da opção decolonial.

Assim, este tópico trata dos elementos teóricos da opção decolonial, inicialmente cunhado de Grupo Modernidade/ Colonialidade, que surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos, inspirado no grupo sul-asiático dos Estudos Subalternizados.

O clássico artigo de Gayatri Spivak “Pode o subalterno falar?”, publicado originalmente em 1985, evidenciou que a condição de sujeito subalterno é de um “Outro”, cuja voz não pode ser ouvida e que não pode ser representado.

Esta possibilidade de os subalternizados se expressarem e se constituírem como sujeitos, está no núcleo das análises desenvolvidas pelo campo de estudos denominado Estudos Subalternizados (*Subaltern Studies*). Esta linha de trabalho teve início a partir da década de 1970 sob a liderança do indiano Ranajit Guha, e na década de 1980 se tornou conhecida fora da Índia, por meio dos trabalhos de membros como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak.

Este campo de investigação tem buscado produzir uma análise histórica, desconstruindo a história hegemônica colonialista da modernidade, demonstrando que os grupos subalternizados são os sujeitos de sua história (CHAKRABARTY, 2010; SPIVAK, 2010).

Inspirados no grupo sul-asiático dos Estudos Subalternizados e também insatisfeitos com o fato de que os subalternizados não foram os escritores de sua história, em 1992, John Beverley, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjines fundam o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternizados (*Latin American Subaltern Studies Group*). Os principais temas de interesse do grupo centraram-se “nas condições da modernização latino-americana no final do século XX, tais como o hibridismo, o ser periférico, as noções de

caráter nacional, a globalização, o colonialismo e a dependência” (ROSA; ALCADIPANI, 2013, p. 193).

Em 1998, aqueles membros que apresentavam divergências teóricas e descontentamentos com a proposta do grupo latino se afastaram e iniciaram os encontros que, posteriormente, formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade. A maioria dos membros do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternizados não migrou para o Grupo Modernidade/Colonialidade, que teve Walter Mignolo, a voz mais crítica e radical do grupo, como um de seus fundadores.

O coletivo Modernidade/Colonialidade foi sendo lentamente construído na medida em que várias aproximações entre seus membros foram acontecendo por meio de diálogos, seminários e publicações coletivas. São membros fundadores do grupo: o filósofo e historiador argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Anibal Quijano e o semiólogo argentino Walter Mignolo. Constituem ainda o contingente de pesquisadores deste grupo, os antropólogos colombianos Arturo Escobar e Eduardo Restrepo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil (LANDER, 2005).

Outros importantes estudiosos associados ao grupo são o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres e Cristina Rojas (ESCOBAR, 2003).

O grupo Modernidade/Colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul-asiático de estudos subalternizados, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. O grupo Modernidade/Colonialidade (MC) atualmente renomeado para Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, possui como principal fonte orientadora a reflexão e o debate contínuos acerca da realidade cultural e política da América Latina, buscando aprofundar e disseminar a natureza e práticas das estruturas de poder colonial presentes no mundo contemporâneo (ESCOBAR, 2005).

Este “programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p. 53) possui um elenco de conceitos-chave, que serão descritos a seguir, e que compõem a estrutura teórico-conceitual desse projeto.

O conceito de colonialidade, inicialmente desenvolvido por Anibal Quijano, é central para o grupo MCD, pois “representa a “coluna vertebral” que orienta processos de

contestação e análise da modernidade” (NESKE, 2014, p. 29). Embora o termo colonialidade esteja intimamente relacionado ao termo colonialismo, há uma distinção entre eles.

O colonialismo se traduz em uma ordem de dominação direta, explícita, formal política, cultural e social de algumas sociedades (dominantes) sobre outras (dominadas), que se extingue com o fim da administração colonial (QUIJANO, 1992). O colonialismo é “o lado escuro do capitalismo europeu” (CORONIL, 2005, p. 52).

A colonialidade é resultado do colonialismo moderno e institui-se em forma de um poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre nações e povos (MALDONADO-TORRES, 2007). “A colonialidade traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais, na perspectiva dos povos e histórias locais que têm de confrontar o colonialismo moderno” (MIGNOLO, 2004, p. 47).

A colonialidade enquanto estratégia de dominação baseia-se em discriminações sociais (raciais, étnicas, nacionais) entre colonizadores e colonizados e persiste após o fim do colonialismo politicamente estabelecido (QUIJANO, 2000, 2005). A colonialidade é um conceito criado pelo grupo MCD para reproduzir a dominação em quatro dimensões: poder, ser, saber (QUIJANO, 2000, 2005) e natureza (WALSH, 2007), formando, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

Antes de tratar especificamente de cada uma das quatro dimensões da matriz da colonialidade é fundamental tratar do conceito de poder utilizado nesse trabalho. Em conformidade com escolha ontoepistêmica que norteou esse estudo, a noção de poder adotada no mesmo considera que:

Poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) [...] a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2014, p. 76).

Ancorado na perspectiva de Quijano (2014) sobre o poder, assim como ele, esse trabalho considera que o exercício do poder não se reduz apenas às relações de produção e autoridade; ele está presente nas microrrelações e é um fenômeno disperso e fluido.

A colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Quijano e largamente utilizado e discutido pelo grupo MCD, pressupõe que a colonialidade no âmbito político e econômico não cessa mesmo após o fim do colonialismo. Esta classificação social universal baseada na ideia de raça, surgiu há quinhentos anos juntamente com a América, a Europa e a expansão do capitalismo (QUIJANO, 2000, 2002, 2005). É o padrão do poder moderno que vincula a raça, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento (WALSH, 2007).

Para Quijano (2005) a ideia de raça³ foi construída como referência a uma diferença entre colonizados e colonizadores, situando os colonizados como inferiores. Aspectos biológicos, como cor da pele e aspectos geográficos, como localização adquiriram conotação de identidade social. Assim, surgiram novas identidades sociais como índios e negros, por exemplo, bem como se redefiniram outras, como espanhol e europeu, por exemplo. Desde então, regiões do mundo como Europa, América do Norte e América Latina adotam essa ubiquidade do racismo europeu, onde os europeus brancos são o grupo étnico-racial dominante (VAN DIJK, 2008).

Para Quijano (2002, p. 1) a colonialidade do poder fundamenta a dominação social; o capitalismo a exploração social; o Estado a dominação coletiva; e o eurocentrismo o controle do conhecimento:

1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

Institucionalizando a raça como sistema de classificação social dos povos, instaurou-se a posição privilegiada na produção do conhecimento, gerando a colonialidade do saber.

A colonialidade do saber se refere à epistemologia na produção do conhecimento, estabelecendo o eurocentrismo como perspectiva hegemônica na sua produção, descartando a produção intelectual de outros povos, atribuindo a elas o caráter de tradição e nunca ciência, uma vez que os julgavam incapazes de pensar.

Neste sentido, o vínculo entre razão e humanidade gera outra dimensão da colonialidade, a colonialidade do ser. Esta colonialidade se refere ao controle da subjetividade

³³ Este trabalho adota o conceito de raça definido por Quijano (2005), em conformidade com escolha ontoepistêmica que norteou esse estudo.

de um indivíduo pelo outro, invisibilizando-o. Trata-se da experiência vivida na colonização (NESKE, 2014; WALSH, 2007).

A quarta dimensão da colonialidade, não identificada por Quijano, é a colonialidade da natureza. Esta colonialidade se refere à visão binária entre natureza e sociedade, descartando suas relações, julgando-as como mitos, folclores e lendas (WALSH, 2007).

Percebe-se, desse modo, que o conceito de colonialidade do poder – as relações de colonialidade nas esferas política e econômica que não se extinguiram com o colonialismo – foi estendido para outros âmbitos, formando a matriz colonial do poder, ou seja, o entrelaçamento entre o controle da economia; da autoridade; da natureza e dos recursos naturais; do gênero e da sexualidade; da subjetividade e do conhecimento (MIGNOLO, 2010).

O contexto de emergência da colonialidade é situado na conquista das Américas (MALDONADO-TORRES, 2007). Para Quijano (2005), a América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial, baseado em dois processos históricos: a ideia de raça como distinção entre conquistadores e conquistados, submetendo-os a uma condição natural de inferioridade e o imperativo do capital e do mercado mundial no controle da exploração do trabalho e da produção. Com a colonização europeia, a ideia de raça na América e depois no resto do mundo legitimou sua classificação social e a perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Esta matriz racial de poder racializa pessoas, línguas, religiões, conhecimentos e regiões (MIGNOLO, 2008).

A ideia de raça organiza a população mundial em povos superiores e inferiores, que passa a determinar a divisão internacional do trabalho, ou seja, o trabalho barato é realizado por indivíduos não europeus situados na periferia, enquanto o “trabalho assalariado livre” é realizado por aqueles que se situam no centro (GROSFOGUEL, 2008).

Esta distinção racial entre povos, sociedades, nações - “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123) - gerou uma epistemologia territorial e imperial (moderna eurocêntrica), que suprimiu as histórias e memórias locais.

Nos últimos quinhentos anos, a história mundial foi baseada em projetos globais que atualmente são configurados segundo a ordem mundial do mercado capitalista que tem sua expansão associada à modernidade (MIGNOLO, 2003, 2005).

A modernidade pode ser caracterizada da seguinte forma (ESCOBAR, 2003): i) historicamente no século XVII na Europa do Norte; ii) sociologicamente caracterizada por certas instituições como o Estado-nação, o desmembramento da vida social local em função de forças translocais; iii) culturalmente pela introdução de conceitos como ordem e razão;

filosoficamente o homem como fundamento de todo conhecimento separado do natural e do divino.

Segundo a opção decolonial, a modernidade é um fenômeno que se inicia com a colonização das Américas pela Espanha e Portugal no século XVI. A modernidade não é um processo ou período histórico no qual a Europa atingiu sua hegemonia mundial, e sim uma narrativa de um período histórico, uma autoafirmação de si mesma como centro do mundo (MIGNOLO, 2003, 2008). As Américas não foram incorporadas à economia do mundo capitalista porque esta não poderia existir sem aquelas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Mignolo (2011) introduz o conceito de colonialidade como o outro lado da modernidade, seu lado escuro. Para o autor, modernidade e colonialidade são intrinsecamente indissociáveis, ambas são invenções ocidentais, cuja origem é o descobrimento da América.

A retórica da modernidade (da missão cristã desde o século XVI, à missão secular de Civilização, para desenvolvimento e modernização após a 2ª Guerra Mundial) obstruiu — sob sua retórica triunfante de salvação e boa vida para todos — a perpetuação da lógica da colonialidade, ou seja, da apropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte e um) e a dispensabilidade de vidas humanas (MIGNOLO, 2008, p. 293).

Tomando por base a metáfora sistema-mundo moderno elaborada por Wallerstein (1974) - que se refere ao sistema mundial como um sistema social que possui membros, grupos, estruturas, regras, etc., cuja economia-mundo capitalista europeia nascida no século XVI constituiu-se a maior unidade política juridicamente definida desde então e cujo vínculo essencial entre as partes referia-se à economia - Mignolo (2005) conceitua o sistema-mundo moderno/colonial a partir do surgimento do circuito comercial do Atlântico, no século XVI. A reconfiguração da ideia original de sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) em sistema-mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2005) é ampliada por Grosfoguel (2008), em um tom provocativo, para sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal.

A modernidade e o próprio capitalismo são considerados fenômenos europeus - auto descritos pela criação histórica europeia - e não planetários, cuja participação dos países é organizada em diferentes posições de poder. Assim, ao introduzir o conceito de sistema-mundo moderno/colonial, Mignolo (2005) busca demonstrar que a construção da história (hegemônica) pela Europa configurou a modernidade europeia e a colonialidade no resto do

mundo. Assim, “a modernidade não apenas representou a si mesma através de um imaginário dominante, mas inventou o outro a partir de categorias e interesses” (LEDA, 2014, p. 35).

A exploração do trabalho e da produção passou a ser regida em função do mercado e do capital, estabelecendo uma nova estrutura dessas relações: o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado. Foi com a conquista e colonização das Américas que o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado adquiriu sua forma global como novo padrão de poder mundial, englobando também a hegemonia europeia no controle da cultura, história, subjetividade e produção do conhecimento (CORONIL, 2005; QUIJANO, 2005). Deste modo, pode-se conceber o eurocentrismo como uma “perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII, na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista” (QUIJANO, 2002, p. 5).

Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América [...]. Por outro lado, a primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América. A Europa foi a segunda e foi constituída como consequência da América, não o inverso (QUIJANO, 2005, p. 115-116).

Deste modo, não há como haver modernidade sem colonialidade, ou seja, sem a exploração e a subalternização originadas pela colonização das Américas, não haveria sociedade moderna ou expansão do capitalismo.

Sendo a colonialidade constitutiva da modernidade, a decolonialidade torna-se a opção global de libertação (MIGNOLO, 2011). O grupo MCD utiliza a expressão decolonial buscando distingui-la analiticamente da expressão descolonial (MIGNOLO, 2008). O termo decolonial marca a identidade do grupo MCD, enquanto o termo descolonial remete à ideia de que se vive em um mundo descolonizado ou pós-colonial após a extinção do colonialismo politicamente estabelecido (MALDONADO-TORRES, 2007). “A decolonialidade alude e procura transcender a colonialidade que permanece se reproduzindo mesmo com o fim do colonialismo” (NESKE, 2014, p. 30).

Para os Estudos Decoloniais, a colonialidade persiste mesmo após a extinção da dominação política do colonialismo, impondo a retórica da modernidade racista e eurocêntrica e formas coloniais de dominação. Como afirma Maldonado-Torres (2007, p. 131), “respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente”, pois, mesmo após o término

do domínio político pelo colonialismo, a colonialidade do poder como forma de dominação e poder de uma sociedade ou povo sobre o outro permanece, impondo a retórica da modernidade, baseada na ideia de raça e hegemonia europeia (MIGNOLO, 2008, 2011). A colonialidade não esgota as possibilidades de dominação entre povos, embora seja sua marca há mais de 500 anos.

Desta maneira, o conhecimento produzido e as histórias locais são suprimidos pela lógica moderna eurocêntrica. A decolonialidade é o caminho para um “outro pensamento”, uma nova dimensão epistemológica que provoque fissuras na colonialidade e desafie a lógica moderna.

A opção decolonial parte do pressuposto de que o sujeito fala sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder, hierarquizado em classe, gênero, raça, etc. (GROSFOGUEL, 2008), e considera como estratégia adotada para classificar e rebaixar povos e regiões do mundo à diferença colonial. “Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro” (MIGNOLO, 2013, p. 24). A diferença colonial não ocupa um lugar passivo na modernidade ou no capitalismo, que, com os movimentos de descolonização a partir do final do século XVIII até a segunda metade do século XX, começaram a ser visualizadas pelo mundo moderno (MIGNOLO, 2005).

Esta noção de diferença colonial revela que o essencial é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico do sujeito que fala dessa mesma diferença (GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2003). Assim como o sujeito, todo conhecimento é situado epistemicamente e posiciona-se ou no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder: isto tem a ver com a geopolítica do conhecimento, que determina esta posição e a classificação hierárquica em classe, sexo, linguística, geografia, raça dentre outros, no “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”. No entanto, mesmo situando-se socialmente no lado oprimido das relações de poder, isto não significa que epistemicamente o sujeito pense a partir de um lugar epistêmico subalterno (GROSFOGUEL, 2008).

A dominação colonial europeia/euro-americana construiu sua hegemonia e hierarquia do conhecimento escondendo o lugar de enunciação do sujeito. Desvinculando o lugar epistêmico étnico-racial/sexual, etc. e o sujeito enunciator, as ciências ocidentais conseguiram gerar um mito sobre um conhecimento superior e uma hierarquia entre povos. Deste modo, construiu conhecimentos e povos superiores e inferiores (GROSFOGUEL, 2008). Assim, a imposição da superioridade do saber europeu foi um importante elemento da

colonialidade do poder no sistema mundo colonial/moderno, excluindo, silenciando os saberes subalternizados. A cumplicidade histórica entre as ciências sociais e a colonialidade do poder na produção de conhecimento deve ser rompida a fim de que o subalterno possa falar e ser ouvido.

A alternativa a esta retórica da modernidade, segundo Mignolo (2011), é partir para as margens do sistema. As histórias locais, imersas na diferença colonial são suprimidas pelo eurocentrismo. No entanto, esta diferença colonial constitui-se espaço epistemológico e político privilegiado para dar visibilidade a estas histórias locais invisíveis ao eurocentrismo, desafiando sua hegemonia e negando a colonialidade (ESCOBAR, 2008; WALSH, 2007).

Esta nova modalidade epistemológica, consequência e reação à diferença colonial, é definida por Mignolo (2003) como pensamento liminar. Este pensamento somente pode existir na perspectiva subalterna, produzido na margem, levando em conta histórias diferentes e suas relações de poder específicas. Liberando conhecimentos subalternizados se produz um “outro pensamento”. Segundo o autor, o pensamento liminar é também um pensamento fronteiriço, pois nasce da subalternidade colonial, da diferença colonial.

O pensamento de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno – situado no lado oprimido e explorado da diferença colonial – buscando superar/enfrentar o projeto da retórica da modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2008). As histórias esquecidas, suprimidas, são também contra - histórias que promovem esta nova epistemologia (MIGNOLO, 2003). Percebendo o *locus* de enunciação do subalterno, este novo sujeito epistemológico promove fissuras na colonialidade, desafiando sua lógica e superando a delimitação/restrrição do pensamento territorial (GROSFOGUEL, 2011; MIGNOLO, 2003).

Deste modo, a opção decolonial busca romper com esta naturalização da hegemonia europeia tomada como referência universal, retomando perspectivas subalternas capazes de confrontar o paradigma eurocêntrico hegemônico do conhecimento (LEDA, 2014).

Os estudos decoloniais latino-americanos buscam intensamente romper com estratégias de controle teóricos e epistêmicos adotados e legitimados pela modernidade, repensando e criticando a modernidade e o desenvolvimento, oferecendo novas formas de compreensão da realidade social totalizante, por meio de outras formas de enunciação particulares, possíveis e múltiplas de desenvolvimento (ESCOBAR, 2008; NESKE, 2014). Buscam transpor essas “histórias forjadas pela colonialidade do poder nas Américas” (MIGNOLO, 2005, p. 38).

Como dito anteriormente, mercado capitalista mundial e critérios de raça determinam as inter-relações entre trabalho, conhecimento e autoridade (MALDONADO-TORRES,

2007). Ademais, a exploração capitalista não implica apenas na extração do trabalho, mas também das riquezas da terra, que, historicamente, abarca os senhores feudais, os latifundiários, e também instituições que dependem da mercantilização, possuem ou regulamentam os recursos naturais, como é o caso dos Estados. Deste modo, há uma ampliação na visão dos agentes do capitalismo, avançando para além da concepção dialética binária entre capital e trabalho (CORONIL, 2005).

A natureza colonial/terceiro mundista aparece como o outro lado da diferença colonial, uma vez que a modernidade se estrutura sobre a separação entre natureza e cultura. Mantendo a capitalização da natureza e do trabalho, a modernidade agravou a atual crise ambiental (ESCOBAR, 2003).

Avançando nesta concepção binária entre capital e trabalho, o pensamento decolonial admite que, o meio ambiente, assim como os indivíduos, passou por um processo de ocultação da história descrita pela racionalidade moderna ocidental deslocada. Neste sentido, a história ambiental da América Latina deve ser pensada de maneira mais complexa, buscando superar a abordagem superficial gerada pelo paradigma europeu hegemônico. A solução para este rompimento, conforme Leff (2005) é o conceito de ambiente, articulado de maneira holística, de modo a agrupar partes de uma realidade complexa sobre a natureza, no entanto, parcial em sua descrição pelos paradigmas científicos da modernidade.

O ambiente é o campo das relações entre a natureza e a cultura, o material e o simbólico, da complexidade do ser e do pensamento; é o saber das estratégias de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento (LEFF, 2006, p. 4-5).

Para recontar esta história do conceito de ambiente, a complexidade ambiental deve superar as abordagens que dominam o campo das relações entre sociedade e natureza e “problematizar as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura” (LEFF, 2005, p. 13). Deste modo, com a construção social do conceito de ambiente, surge a história ambiental como campo disciplinar, buscando o lugar da natureza nas ciências sociais.

A história ambiental é, pois, a história de histórias não ditas; e não somente porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram silenciados, e sim porque a subjugação da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensado pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder (LEFF, 2005, p. 18).

Ao propor recontar a história ambiental por meio de muitas vozes, vozes essas silenciadas, subjugadas e invisibilizadas historicamente pelo processo de dominação e exploração organizado em função da ordem do mercado, Leff (2005, 2006) se alinha à opção decolonial, que intenta lançar luz aos saberes ocultados pela história descrita pelas concepções da modernidade.

Situando a história ambiental no tempo e espaço, Leff (2005) relaciona as transformações do meio pelas racionalidades econômico-culturais de apropriação da natureza peculiares a cada território e cultura. No entanto, Escobar (2005) aponta que, com a globalização, a dinâmica das racionalidades culturais e econômicas foram alteradas significativamente por processos globais.

Essa assimetria entre o local e o global provocada pela globalização, define que o local equivale ao lugar ou tradição, enquanto o global ao espaço, capital e história. Suprimindo o lugar, a globalização causou consequências profundas na compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. O lugar se configurou como o “outro” da globalização. Essa configuração minou as possibilidades de se repensar a globalização, o capitalismo e a modernidade sob outra perspectiva que não a eurocêntrica/capitalcêntrica hegemônica (ESCOBAR, 2005).

Escobar (2005) oferece uma crítica a esta força global capitalista a qual o local está subordinado, desterritorializando identidades, conhecimentos e políticas. Ele alega que esta crítica é necessária para se pensar novas possibilidades de modelos locais de natureza - um contradiscurso que se constitua fonte de diferença econômica significativa em relação ao capitalcentrismo hegemônico.

A assimetria entre o global e o local apontada por Escobar (2005) sugere também um tráfico entre ambos, apontado por Dirlík (2000) como o glocal, ou seja, este tráfico onde ambos os sentidos, o global e local, se interpenetram provocando uma heterogeneidade que sugere a localização do global e a globalização do local. Esta é uma discussão interessante, uma vez que grupos ou movimentos de resistência contra o capitalismo encontram-se globalizados, inclusive em seus discursos impregnados de retóricas modernas como identidade e ambiente, enquanto muitos arranjos do local se oferecem para o consumo global, como o ecoturismo, por exemplo (ESCOBAR, 2005).

O turismo pautado nos recursos naturais, como garantia de renda e vantagem comparativa, expressa a imposição da racionalidade do mercado sobre sociedades e Estados, que busca transformar recursos naturais em capital, privatizando-os. Trata-se do capital

global, na era neoliberalista e de degradação do Estado-nação, submetendo os lugares às suas operações, glocalizando cada vez mais os cenários (CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005).

A configuração neoliberalista e de degradação do Estado-nação, evidenciam as características contemporâneas dos Estados latino-americanos ainda colonizados, incentivando e estimulando a instalação de corporações transnacionais nestes países, e sua retirada do cenário das políticas públicas nacionais e privatização de serviços. A subordinação dos Estados da América Latina se estende do Período Colonial aos dias atuais, favorecendo o estabelecimento de transnacionais americanas, europeias, ou seja, de países historicamente colonizadores, em busca de recursos, principalmente naturais, para superexploração. O discurso organizacional e estatal do desenvolvimento local, preservação ambiental e oferta de empregos é dissimulante, uma vez que, na prática, o que se observa são prejuízos sociais, ambientais e econômicos.

Trata-se da reprimarização dos países latino-americanos, intensificando a exploração extrativista, decorrente da racionalidade do mercado e do papel do Estado na política de ocupação territorial para exploração mineira, pecuária e agrícola. Trata-se da repaginação do colonialismo na dependência econômica dos países latino-americanos, que se configuram como “exportadores” de matéria-prima e riquezas da periferia para o centro, configurando padrões historicamente coloniais (JOHNSON; SILVA, 2013).

A descolonização do mundo é um dos mais poderosos mitos criados no século XX, uma vez que as estruturas globais implantadas nos últimos 500 anos não se extinguiram perante a ausência de uma administração colonial. Com o fim da administração colonial jurídico-política, apenas encerrou-se o período do colonialismo global em substituição à colonialidade global, onde os povos não europeus/euro-americanos continuam a viver sob a matriz do poder colonial exercida pelos povos europeus/euro-americanos (GROSGOUEL, 2002; QUIJANO, 2000).

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco

Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 55-56).

A mineração é um componente essencial na retomada recente do extrativismo na América Latina, possuindo como principal articulador o Estado, que tem privatizado sua gestão ou legislado esta atividade econômica de maneira frágil, de forma a beneficiar a exploração ou superexploração desses recursos, constituindo assim o principal ator incentivador politicamente, economicamente e juridicamente das atividades extrasubalternizadas na América Latina. Os principais beneficiários desta política neoliberal são as corporações e organizações financeiras transnacionais. Essa estrutura provoca assimetrias entre o centro explorador e a periferias exploradas, configurando um sistema mundo (JOHNSON; SILVA, 2013).

É evidente e assustador o fato das hegemonias políticas e econômicas mantidas pelas transnacionais, graças às suas articulações com o sistema financeiro, penetrar e influenciar as regulamentações políticas e econômicas neoliberais (JOHNSON; SILVA, 2013).

Ao debater a relação entre a globalização e as formas institucionais atuais de dominação, em especial o moderno Estado-nação, Quijano (2002), aponta que todo padrão de poder é histórico e específico. O primeiro padrão de poder com especificidades globais foi o eurocentrismo, que após desenvolver-se historicamente, culminou com o processo de globalização. Com relação ao padrão de poder mundial atual, este consiste na articulação entre a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado e o eurocentrismo.

Os países considerados periféricos do ponto de vista capitalista têm sofrido cada vez mais com a instalação dos conglomerados financeiros e das corporações transnacionais em seus territórios, provocando relações assimétricas de poder entre esses atores e os atores locais. Por meio da globalização, o capital se infiltra e dita as regras sobre as sociedades, a natureza e o próprio Estado, que perde cada vez mais o controle sobre seu território e biodiversidade, refém das demandas do mercado financeiro. Perseguindo a acumulação do capital, as transnacionais, localizadas nos centros ou países historicamente colonizadores, se instalam em países periféricos, ou, como adotaremos neste estudo, com histórico de colonização. Adotando o discurso do desenvolvimento local, econômico e benefícios globais, usurpam territórios, recursos e riquezas, promovendo sua privatização. As relações hegemônicas pautadas em relações de poder coloniais garantem a extração ou exaustão dos recursos naturais, elementos essenciais ao capitalismo. Enquanto as transnacionais garantem

seus propósitos capitalistas à custa das riquezas dos territórios, as sociedades locais arcam com os prejuízos dessas atividades.

Assim, o tópico a seguir tratará de elementos naturalizantes dessa dinâmica envolvendo o capitalismo, as transnacionais e a América Latina, considerado o espaço epistemológico desse estudo.

2.2 Capitalismo neoliberal: transnacionais, América Latina e resistência

Ao iniciar a reflexão proposta neste capítulo, é *mister* esclarecer que não é propósito deste estudo a explicação da gênese ou descrição do capitalismo, neoliberalismo ou globalização. O propósito reside na caracterização das condições/estratégias neoliberais (globais) que permitem ao capitalismo alterar as relações (de poder) entre a sociedade, as organizações, a natureza e o Estado.

Desde o fim da Idade Média até seu caráter global da contemporaneidade, a história do capitalismo demonstra sua capacidade de flexibilidade e adaptação. Ademais, sua concentração de poder, historicamente, foi proveniente da fusão entre capital e Estado, em uma relação onde o capitalismo triunfa apenas onde se identifica ou relaciona com o poder estatal (ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 1974).

A queda do Muro de Berlim, no final da década de 1980, marcou o desmantelamento do socialismo na Europa, tornando o sistema capitalista, já existente, dominante e hegemônico, moldando as práticas e subjetividades pelos critérios econômicos, eliminando obstáculos humanos ou culturais, primando à lógica mercantil-capitalista (BELLUZZO, 2004).

Neste cenário, o capitalismo se instaura como única opção para uma sociedade possível, disseminando o discurso da globalização das instituições financeiras e corporações transnacionais e a imagem de histórias e culturas diversas “se unindo no cálido abraço da globalização, entendido este como um processo progressivo de integração planetária” (CORONIL, 2005, p. 50).

Nesta perspectiva, a predominância e hegemonia capitalista alteraram a configuração e concentração dos fluxos financeiros, fazendo surgir novas maneiras de integração global com caráter de polarização social nas e entre nações, onde realidades diversas como economias de subsistência ou formas de resistência de países subdesenvolvidos fossem suprimidas. Em alguns casos, a incorporação histórica de economias consideradas periféricas, sob a ótica capitalista, ao mercado mundial, ocorreu de maneira colonial, cujas posições dentro da

estrutura econômica internacional revelam relações de dominação (CARDOSO; FALETTO, 2010; CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005).

Ao articular os conceitos de capitalismo e crítica, Boltanski e Chiapello (2009, p. 42) apresentam a noção de espírito do capitalismo, ou seja, “um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela”. Com a mesma veia crítica, Assis (2014) atribui à conquista territorial e à dominação político-econômica das colônias, o desenvolvimento do capitalismo.

Historicamente, o capitalismo passou a depender de rearranjos geográficos para sobreviver ou se articular e encontrou, na globalização, uma ferramenta para operacionalizar sua dinâmica (HARVEY, 2013).

O discurso sobre a globalização aplicado principalmente na última década, sugere uma mudança na arena de competição econômica, agora global, em função da tecnologia da informação. O uso do termo globalização usualmente refere-se à adoção de um conjunto homogêneo de regras a nível mundial para engajamento econômico internacional: privatização, redução da intervenção nacional em assuntos econômicos nacionais, livre circulação de mercadorias, serviços e capital através das fronteiras nacionais. Estas regras provocam mudanças legais e institucionais afetando a maneira pela qual empresas e governos em todo o mundo lidam com seus processos de governança, alterando as relações políticas entre os Estados, empresas, sindicatos e outros grupos. A ideia de um mercado global em detrimento de mercados nacionais isolados sugere que a competitividade deve ser avaliada em termos globais e não nacionais ou locais (CHASE-DUNN, 2015; SCHWARTZMAN, 2006).

O termo globalização está usualmente associado à ideia de “uma integração econômica, política e cultural contínua e crescente do mundo. Na prática, isso implica que há fenômenos e processos que afetam a todo o mundo de maneira imediata, inclusive simultânea, isto é, global” (QUIJANO, 2002, p. 6), constituindo uma “aldeia global” que se relaciona, subjetivamente, no espaço e tempo. No entanto, nesta aldeia global formada pelas corporações, Estados e meios de comunicação, a união se dá, efetivamente, entre os centros poderosos e as periferias subordinadas, que acabam excluídas mesmo quando os centros sugerem relações translocais. Ignorando a soberania dos povos, as corporações transnacionais e as instituições financeiras utilizam-se do poder econômico para incorporar novos territórios na lógica capitalista. Para evitar a justificação (à crítica) das ações capitalistas, os empresários, políticos, jornalistas, etc., adotam discursos cotidianos e públicos que associam

lucro local e benefício global (ASSIS, 2014; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; CORONIL, 2005).

A fim de caracterizar as relações entre países do centro e periferia capitalista e interpretar o contexto sócio político-econômico de dependência e subordinação dos países latino-americanos, que persiste desde o período colonial até a atual fase de globalização, este estudo considera necessário o engajamento com a opção decolonial para atingir esse propósito.

Neste sentido, aponta-se a contribuição do enfoque teórico da Teoria da Dependência para os estudos decoloniais, no que concerne a crítica às explicações essencialmente econômicas do desenvolvimento e redemocratização na América Latina, enfocando as relações estruturais entre classes e grupos que proporcionam uma situação de domínio que mantém a vinculação econômica com o exterior. Este sistema de relações sociais manifesta-se por um sistema de poder, historicamente determinado por características específicas internas das sociedades dependentes e seu modo de inserção no sistema capitalista global (CARDOSO; FALETTO, 2010; MARTINS, 2004; SILVA, 2008).

Assim, o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência no mercado global se configura pela estrutura econômica subordinada ao capital e tecnologia estrangeira e baixa competitividade, aliado a interesses políticos, ideologias e formas jurídicas e políticas de regulamentação das relações entre os grupos sociais, que se combinam com os países hegemônicos.

Na fase de formação do mercado mundial capitalista, a conjuntura econômica apontava para relações de demanda dos países de primeiro mundo ou desenvolvidos, por recursos naturais e mão de obra abundante e barata, em troca de oferta de recursos aos países de terceiro mundo. A estrutura de dependência entre nações se deu (dá) por meio de uma rede de interesses e de coações que interligam grupos e classes sociais e o setor produtivo estatal. De fato, a expansão do poder capitalista mundial se deu graças à formação de estruturas políticas capazes de controlar o sistema social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial, oferecendo oportunidades sem precedentes para governos e empresas (ARRIGHI, 1996; CARDOSO; FALETTO, 2010).

A dinâmica política e social da América Latina, ao integrar-se à produção industrial moderna, baseando-se em sua relação política com as classes dominantes, contou com o apoio do Estado como alavanca para o fortalecimento da nova ordem econômica do capital, restringindo a autonomia do sistema econômico nacional e decisões políticas de desenvolvimento. Deste modo, o Estado passou a ser considerado “o elemento estratégico que

funciona como uma dobradiça, para permitir que se abram as portas pelas quais passa a história do capitalismo nas economias periféricas que se industrializaram” (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 210).

O Estado latino-americano moderno desenvolve seu caráter de Estado-empresarial, reorganizando suas atribuições e permitindo o controle corporativo das decisões econômicas, além de se distanciar de propostas políticas de interesse popular. Deste modo, como dito anteriormente, os Estados modernos latino-americanos constituíram organizações burocrático-regulativas e econômicas produtivas, funcionando também como a organização política das classes dominantes, proporcionando a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, gerando problemas sociais e econômicos para a maioria da população. Não há dúvidas de que heranças históricas, como a colonização e imposição dos interesses de classes dominantes às classes subalternas, foram responsáveis pelo atraso e constituição dos países latino-americanos como periferia capitalista (CARDOSO; FALETTTO, 2010; MARTINS, 2004).

Desde a década de 1970, um após o outro, os Estados adotaram alguma versão desta teoria neoliberal na prática e no pensamento político-econômico, intensificando a desregulamentação e a privatização de diversos setores por parte do Estado, como os serviços públicos de saúde, habitação e educação.

O neoliberalismo, concebido como teoria sobre práticas de política econômica, refere-se à liberdade do mercado (livre e desregulado), ao nível mínimo de intervenção do Estado, ao favorecimento do poder de classe (elitista), à corporatização, comoditização e a privatização de bens, serviços, instituições e recursos que antes eram públicos, e consequentes desigualdades e prejuízos sociais (HARVEY, 2007).

Neste contexto, os governos neoliberais da América Latina promoveram a desnacionalização das empresas, favorecendo os investimentos estrangeiros e consequentemente as grandes empresas internacionais (HARVEY, 2007; LEIVA, 2007).

Impulsionada pela globalização e pelo neoliberalismo, a reestruturação na América Latina tem agravado seu subdesenvolvimento (LEIVA, 2007). Ao se articular na América Latina a partir da década de 1980, o neoliberalismo e o processo de globalização neoliberal têm promovido mudanças significativas nas relações entre capital e trabalho, capital e recurso natural, e capital e Estado nacional (ASSIS, 2014; MARTINS, 2005).

O modelo brasileiro de privatizações decorrente da política neoliberal resultou em um aumento da presença de capital estrangeiro na economia e na presença do setor financeiro nas áreas produtivas (SORJ, 2006). Esta internacionalização social, econômica, política e

geográfica do Estado brasileiro, tem provocado mudanças significativas nos processos de colonização contemporâneos, cujo poder não está centrado nos Estados-nação, mas sim em corporações transnacionais organizadas em rede que se aliam a elites locais estabelecendo bases para ampla e duradoura dominação.

As transformações nas relações entre capital e trabalho, capital e recurso natural, e capital e Estado nacional mencionadas anteriormente, permitem que a dominação do capital sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre os Estados nacionais se desenvolva (LEIVA, 2005).

Em um cenário neoliberal, a comoditização da natureza gera esgotamento dos bens ambientais de uso global comum (terra, ar, água) e a degradação de *habitats* naturais. Neste sentido, o turismo constitui uma estratégia de comoditização de formas culturais ou históricas, bem como os recursos naturais podem se configurar. O Estado é instrumento de expropriação em nome da política neoliberal, responsável pelo desmantelamento de marcos regulatórios que protegem esses recursos, mesmo contra a vontade da sociedade, que perde o direito de propriedade sobre esses bens comuns (HARVEY, 2007). Para Assis (2014), isto constitui uma colonialidade na apropriação da natureza, que persiste nos processos de expropriação dos bens ambientais em países considerados periféricos capitalistas, graças à perpetuação das relações de dependência entre países periféricos e centrais capitalistas.

Embora a criação e disseminação deste processo neoliberal tenha acarretado um processo de “destruição criativa” de estruturas e poderes institucionais, relações sociais, trabalhistas e com os recursos naturais, são inúmeros os defensores do neoliberalismo que se encontram, inclusive, em posições influentes em instituições financeiras, educacionais, empresariais e internacionais; o que proporciona a disseminação do neocolonialismo como discurso hegemônico nas práticas político-econômicas (HARVEY, 2007).

Esta reconfiguração no cenário político-econômico dos países desafia as formas tradicionais de soberania estatal sobre assuntos desta natureza, desdemocratizando, desnacionalizando a sociedade e o Estado. Em países cujo Estado-nação não se formou ou não se desenvolveu (como é o caso dos Estados da América Latina), diferenças sociais, culturais e políticas são produzidas nessas sociedades, enquanto o Estado dependente se converte em agências ou instituições político-administrativas dos interesses e do capital financeiro mundial (HARVEY, 2007; QUIJANO, 2002). Para Quijano (2002) não se pode falar em Estados-nação modernos latino-americanos plenamente constituídos, uma vez que esses são fundados na colonialidade do poder.

As questões historicamente significativas no Brasil referem-se às relações, interesses de poder e alianças políticas entre burguesia locais, Estado e multinacionais. A redefinição desses laços de dependência explica a situação de dominação e dependência e também estabelece a relação política e a natureza dos conflitos entre grupos, classes, organizações, etc. que podem perpetuar, transformar ou romper esses laços (CARDOSO; FALETTTO, 2010).

Um dos mecanismos históricos responsáveis por estratégias sociais que reproduzem a diferença social é o patrimonialismo. O conceito de patrimonialismo é amplamente associado a uma perspectiva que o encara como um traço cultural próprio de certas sociedades, como a brasileira. Especificamente nesse caso, o patrimonialismo caracteriza a apropriação privada de recursos do Estado implicando em forte desigualdade social. O patrimonialismo moderno configura-se como uma estratégia de poder exercida pelos grupos sociais dominantes em consórcio com o Estado para apropriar-se de recursos econômicos ou relações políticas assimétricas (SORJ, 2006).

Existe no Brasil uma longa tradição de atores sociais ou históricos envolvidos na adoção de formas institucionais internacionais, configurando assim um mecanismo operacional de dependência. Do ponto de vista do sistema-mundo, as relações de dependência foram reformuladas, uma vez que os povos do mundo se tornaram ligados nessa unidade integrada envolvendo complexas relações entre as interações locais e o um "sistema-mundo moderno" europeu. Esta relação evidencia que a adoção de modelos universais pelos Estados dependentes, sobre a organização de regras e normas nacionais, tem afetado negativamente o desenvolvimento econômico, bem-estar social e soberania política, afetando a legitimidade da democracia no Brasil. Isto ocorre porque embora as relações de dependência se estendam entre os países há mais de quinhentos anos, a crescente integração dos municípios brasileiros aos mercados financeiros globais torna o capital estrangeiro participante da política pública interna (CHASE-DUNN, 2015; SCHWARTZMAN, 2006).

O fato é que o Estado brasileiro constitui um instrumento de articulação dos interesses do poder externo ou elites locais desde o período colonial, se desinteressando pelas demandas sociais desde então. No sistema mundo moderno, o Estado brasileiro integra então o *hall* de dependência, configurando-se, sob a ótica decolonial, como subalterno ou colonizado. Em função dessa configuração, tem perdido, cada vez mais, sua soberania sobre sua biodiversidade e principalmente, sua soberania política.

Para Quijano (2002), a desterritorização do espaço nacional-democrático, imposta pela matriz de política econômica neoliberal e a reconcentração mundial, em escala global, do controle da autoridade pública, configuram a reprivatização local da autoridade pública e um

contexto global de dominação. É o que o autor denomina de “autoridade pública mundial”, cujos componentes são os Estados-nação hegemônicos, as grandes corporações globais e as instituições públicas e privadas intergovernamentais, que constituem um tipo de “governo mundial invisível”, mas real.

Arrighi (1996) corrobora com o autor ao determinar que, historicamente, a reestruturação e expansão da economia capitalista mundial tem ocorrido sob a organização, direção e regulamentação de agentes governamentais e empresariais, estrategicamente posicionados nos cenário político-econômico-social.

Nesse sentido, a complexidade das sociedades latino-americanas, respeitadas suas peculiaridades, é resultado da influência da expansão mundial europeia, que, segundo Souza (2003), constituiu-se e cristalizou-se como fonte e referência histórica e cultural, operacionalizada pelo mercado competitivo e Estado racional centralizado.

No caso da sociedade brasileira, o Estado racionalizador, orientado principalmente pela lógica do desenvolvimento econômico em detrimento das demandas sociais, propiciou o aumento da produção associado às riquezas naturais e à criação do setor de empresas públicas nacional, que viabilizou a industrialização e o incremento nos laços mercantis internos. Associado à visão elitista nacional de desenvolvimento econômico, o Estado racionalizador propiciou a esta elite (dirigentes e políticos) vantagens econômicas e políticas, estabelecendo relações privadas de propriedade e troca entre os atores sociais e econômicos. No entanto, evidenciou também seu descaso para com as diversas dimensões sociais como saúde e educação (SORJ, 2006).

O discurso da gestão empresarial, que pretende ser ao mesmo tempo formal e histórico, global e situado, misturando preceitos gerais e exemplos paradigmáticos, constitui hoje a forma por excelência na qual o espírito do capitalismo é incorporado e oferecido como algo que deve ser compartilhado. [...] O capitalismo é, provavelmente, a única, ou pelo menos a principal, forma histórica ordenadora de práticas coletivas perfeitamente desvinculadas da esfera moral, no sentido de encontrar sua finalidade em si mesma (a acumulação do capital como fim em si) [...] (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 46-53).

A desterritorialização em busca de recursos (humanos, naturais, etc.) pelas corporações transnacionais, o Estado submisso às regras do mercado econômico e o discurso da gestão empresarial e do capitalismo reforçado pela mídia, reinventa e fortalece a ordem ou o espírito capitalista e minguam as possibilidades de uma crítica ou denúncia com ação transformadora contrária a essa ordem.

Enfocando a relação entre capitalismo e colonialismo, Coronil (2005) busca explorar o papel da natureza no capitalismo, como provedora de riqueza e modernidade e não apenas um recurso de produção. Embora o colonialismo histórico-político nas Américas tenha sido extinto no século XIX, os países periféricos não alcançaram a emancipação político-econômica e cultural, submetidas a estruturas imperiais pós-coloniais (ASSIS, 2014; CORONIL, 2005) e vem perdendo, cada vez mais, a soberania sobre sua biodiversidade. Na perspectiva da colonialidade, os países periféricos sob a ótica capitalista, são alvo de expropriação de recursos naturais na busca pela acumulação do capital. Deste modo,

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternizados de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios (ASSIS, 2014, p. 615).

Compreendendo a superexploração de águas minerais como expressão da colonialidade na apropriação da natureza, evidencia-se a importância da dominação e expansão territorial e da biodiversidade para manutenção da acumulação capitalista. A exploração de recursos naturais na América Latina ocorre desde o Período Colonial, sendo um marco em sua economia. Esta apropriação se baseia na perpetuação e atualização de traços de poder coloniais ainda vigentes em países com histórico violento de colonização e permite um outro olhar sobre as articulações hegemônicas de apropriação das riquezas (naturais) dos territórios (ASSIS, 2014; CORONIL, 2005).

A globalização representa, assim, uma continuidade ao colonialismo, uma vez que, para muitos países, a participação de suas economias no mercado global proporcionou a dependência da natureza e o definhamento de projetos estatais de desenvolvimento. A relação geográfica entre dominantes e subalternizados está se alterando para uma relação social, configurada pela desnacionalização dos Estados - que fecham os olhos para as demandas sociais, regidos pela racionalidade do mercado global - e pela infiltração de transnacionais que compõem as elites. Em meio às transformações culturais e políticas nas relações entre sociedade e empresas, a função e a natureza do Estado também se alteram, uma vez que o mercado se politiza (CORONIL, 2005).

Entretanto, embora os pressupostos do pensamento neoliberal tenham atravessado o mundo e se tornado hegemônicos, isso não significa que não haja um movimento de manifestação de resistência contra essa hegemonia.

No contexto da globalização neoliberal, a recolonização da América Latina articulada pelos países centrais e suas corporações transnacionais nas últimas décadas, desencadeia um movimento de resistência dos setores explorados e o ressurgimento de atores sociais historicamente subalternizados (CARVALHO, 2012, 2013; GOHN, 2015).

Especificamente na América Latina, desde os anos 1980, percebe-se o renascimento da sociedade civil na cena política por meio da reinserção de “organizações populares, partidos de esquerda, sindicatos e associações combativas” (GREZELE, 2010, p. 68).

Na Colômbia, os subalternizados negros da floresta tropical da região do Pacífico têm articulado progressivamente conceitos acerca do território e da biodiversidade em sua interação com as comunidades locais, o Estado, as ONGs e os setores acadêmicos (ESCOBAR, 2005).

Em Andalgalá, na Argentina, o confronto da população local contra uma mega mineração transnacional instalada no país está longe de acabar, representando a determinação em defesa do território e de sua autonomia política (MACHADO ARAÓZ, 2011).

A tentativa de implantação de um projeto de mineração a céu aberto, em 2007, para extração de cobre do Cerro Tres Puntas, lugar sagrado para a comunidade de Mellao Morales, foi contida por uma liminar judicial após mobilização da aldeia de Loncopué e toda a sua redondeza (PICASSO; MILÁN, 2011).

Ao identificar os movimentos sociais e seus objetivos e temas de agenda, Grezele (2010) identificou um leque de movimentos sociais surgidos em diversas conjunturas na América Latina, vinculados a propostas diferentes de lutas, mas articuladas em causas mais coletivas de resistência como a defesa dos direitos sociais e humanos e contra o capitalismo e o neoliberalismo.

O *Movimiento de Trabajadores Desocupados (Piqueteros)* na Argentina, movimento sindical dos trabalhadores, por exemplo, é a maior expressão de resistência frente à crise e ao desemprego vivido no país na década de 1990, e atualmente opera com diferentes demandas políticas (GOHN, 2015; GREZELE, 2010; SVAMPA, 2008).

O Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens no Brasil é um exemplo de mobilização contra a mercantilização da água e energia e em prol da preservação do meio ambiente, dentre outros, se destacando na luta contra a construção de hidrelétricas (GOHN, 2015; GREZELE, 2010).

Alguns processos sociopolíticos de resistência podem ser considerados bem-sucedidos na América Latina (MILANEZ et al., 2014), como a resistência contra a instalação de papeleiras no Uruguai ou contra empreendimentos mineiros em Mendonza, na Argentina,

onde as ações de resistência aos grandes projetos de transnacionais e agressões à natureza são organizadas em assembleias, nucleadas na União de Assembleias Cidadãs (UAC) (GOHN, 2015).

Esta iniciativa de assembleias e as conquistas por elas alcançadas ganhou grande repercussão nacional, se espalhou por 15 províncias, resultando em inúmeras leis similares antiminação e na criação da *Unión de Asambleas Ciudadanas* (UAC) composta por 70 assembleias de base (MILANEZ et al., 2014; SCOTTO, 2014).

Inúmeros conflitos, mobilizações e protestos contra a “mega-mineração a céu aberto” surgiram na Argentina a partir dos anos 1990 e, por meio da mobilização de movimentos sociais e da população local, “um número expressivo de províncias “mineiras” promulgaram leis que proíbem e/ou restringem, de uma forma ou outra, esse modelo de expansão mineira (SCOTTO, 2014, p. 30).

Em Esquel, na Argentina, a oposição formada contra a mineração pela canadense Meridian Gold, se deu mediante a organização de grupos de moradores que formaram a *Asamblea de Vecinos Autoconvocados* (AVA), que resultou em referendo municipal e leis municipais que proibiram a mineração na localidade em 2003 (MILANEZ, 2014; SCOTTO, 2014).

Seguindo a “onda” neoliberal, a Argentina concedeu, ao longo da década de 1990, grande parte dos serviços de abastecimento de água da região a transnacionais, privatizando esses serviços em Buenos Aires, Córdoba e em cidades das províncias de Santa Fe e Tucumán (FLORES, 2009).

Em 1995, os moradores de Tucumán boicotaram as contas de água em protesto ao aumento das tarifas pela transnacional *Vivendi*. Posteriormente, a província formou a *Asociación en Defensa de Usuarios y Consumidores de Tucumán* (ADEUCOT) e, em 1998, a empresa rescindiu o contrato de concessão do abastecimento de água na região (FLORES, 2009; PORTO GONÇALVES, 2008).

Em 2002, formou-se na província de Santa Fe a *Asamblea Provincial por el Derecho al Agua* (APDA), que realizou um plebiscito nas cidades onde os serviços de abastecimento de água eram privatizados, votando pela rescisão do contrato com o grupo *Suez*. Em 2005 o grupo rescindiu o contrato de concessão do abastecimento de água na região (FLORES, 2009).

A Guerra da Água em Cochabamba, na Bolívia, se tornou um marco no discurso antiglobalização e mercantilização da água na América Latina e em todo o mundo (FLORES, 2009; PFRIMER, 2009).

Cochabamba é uma região marcada pela escassez dos recursos hídricos e falta de recursos técnicos e financeiros para a provisão eficiente de água, contando com um deficiente sistema de abastecimento, bem como falta de serviços públicos de esgoto. Após uma longa e contínua crise hídrica ao longo dos séculos XIX e XX, em 1999, o Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba foi privatizado e adquirido pelo consórcio transnacional *Aguas del Tunari*, controlada pela corporação Bechtel, ocasionando em aumento abusivo das tarifas à população. Entre setembro de 1999 e abril de 2000, diversos setores da sociedade em diferentes regiões se uniram e formaram a *Coordinadora en Defensa del Agua y de la Vida* (CDAV). A revolta popular durou meses nas ruas de Cochabamba, quando finalmente, em abril de 2000, a transnacional decidiu deixar a concessão do abastecimento de água na cidade (FLORES, 2009; PFRIMER, 2009).

Novas formas de resistência vêm sendo construídas frente à hegemonia do capital e suas consequências sociais, articulando estes movimentos de resistência por meio de Fóruns Globais, como os Fóruns Sociais Mundiais (SEOANE; TADDEI, 2001), que reúnem subalternizados, ambientalistas, acadêmicos e políticos progressistas. Embora articuladas, tais mobilizações estão também enraizadas, de formas distintas e específicas em contextos locais. No caso específico da América Latina, a colonialidade dá a esses movimentos (e a invisibilidade que eles compartilham no âmbito dos próprios países que se desenvolvem) configurações particulares que muitas vezes são ignoradas.

Considerando esse contexto, esse estudo adotou a opção colonial como lente para interpretar velhos problemas com novas roupagens nas relações entre transnacionais e sociedades na América Latina, e a Análise do Discurso Crítica como abordagem teórico-metodológica, por julgá-la apropriada para desvelar histórias e elementos ocultos envolvidos no fenômeno em foco. Assim, a Análise Crítica do Discurso é vital para esse estudo, pois:

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas. (VAN DIJK, 1986, p. 4).

O tópico a seguir trata da proposta teórico-metodológica escolhida.

2.3 Análise do Discurso Crítica: abordagem teórico-metodológica

A Análise do Discurso Crítica constitui uma abordagem teórico-metodológica sobre o discurso, importante para a análise de discursos, utilizada em pesquisa social científica em análises de perspectiva sócio-históricas.

Trata-se de um método de análise baseado em uma teorização própria, teorização essa que fornece subsídios para a análise proposta. Ao mesmo tempo, essas análises também fornecem novos subsídios para que suas teorias sejam repensadas e reelaboradas. Nessa retroalimentação constante, teoria e método se complementam e se tornam inseparáveis (TILIO, 2010, p. 94).

Esta abordagem se situa na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, contemplando não apenas a análise linguística, mas também a crítica social e o momento sócio-histórico da contemporaneidade (FAIRCLOUGH, 2005; TILIO, 2010). A proposta insere-se na Ciência Social Crítica ancorada no propósito de oferecer suporte científico para questionamentos e críticas aos problemas sociais relacionados ao poder como controle e justiça (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003).

A Linguística, enquanto ciência inaugurou-se no início do século XX com o Curso de Linguística Geral, do suíço Ferdinand de Saussure, mestre da Universidade de Genebra. O objeto específico da Linguística é a língua e a distinção entre o conceito de língua dos demais fatos de linguagem deu a Saussure o título de pai da Linguística Moderna e gerou uma enorme profusão de estudos linguísticos.

Para Saussure, a língua é concebida como um conjunto de valores socialmente construído e independente do indivíduo, enquanto a fala é considerada como um ato individual. A proposição teórica do autor é a de que a linguagem é composta por esses dois elementos: a língua (*langue*) e a fala (*parole*) (FIORIN, 2010).

Buscando avançar na construção de um novo olhar sobre práticas linguísticas e redimensionar o objeto de análise (GADET; HAK, 2014), surge na França na década de 1960 a Análise do Discurso como disciplina. Jean Dubois e Michel Pêcheux são considerados seus fundadores, o primeiro lexicólogo voltado para empreendimentos linguísticos da época, e o segundo um filósofo que se preocupava com debates em torno da epistemologia, psicanálise e marxismo (MUSSALIN, 2012). O Projeto Análise do Discurso (AD) se inscreve em um objetivo político e em uma conjuntura estruturalista, na qual a autonomia da linguagem foi unanimemente reconhecida e no materialismo histórico.

Enquanto Dubois considera que o estudo da análise do discurso seja “uma passagem natural da Lexologia”, Michel Pêcheux estabelece uma ruptura epistemológica, levando a AD para um local em que permeia questões referentes ao sujeito e à ideologia (MUSSALIN, 2012).

A Análise do Discurso, portanto, pretende não instituir uma “nova linguística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 308).

Ressalta-se que existem diferentes análises do discurso, uma de origem Francesa que privilegia a história e textos advindos de instâncias institucionais e outra de origem Anglo-saxã, ou denominada também americana, que se relaciona com a sociologia e permite enunciados mais flexíveis. A grande diferença entre as duas “Análises do Discurso” é que a anglo-saxã tem como seu pilar a intenção do sujeito em uma interação verbal, já a AD Francesa não considera como categórica essa intenção do sujeito.

Assim, o diferencial proposto pela Análise do Discurso Crítica em relação a outros paradigmas da análise do discurso e da linguística textual consiste em não focalizar apenas os “textos, falados ou escritos, como objetos de investigação” (WODAK, 2004, p. 225). Ao contrário, busca oferecer suporte científico para estudos sobre o desempenho do discurso na instituição e manutenção de problemas sociais, gerando um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e elementos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais (RESENDE; RAMALHO, 2004).

De acordo com Wodak (2004) a Análise do Discurso Crítica surgiu no início de 1990 graças a um simpósio realizado em Amsterdã e que reuniu diversos pesquisadores como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak, dentre outros. Esse encontro, segundo a autora, permitiu que se institucionalizasse a Análise do Discurso Crítica como um paradigma estabelecido dentro da Linguística.

A concepção transdisciplinar da Análise do Discurso Crítica, doravante ADC, estabelece uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, de modo a não se restringir a um modelo de análise estático e engessado, buscando, por meio de engajamentos com diversas outras teorias, avançar em perspectivas teóricas e metodológicas (FAIRCLOUGH, 2000, 2005). “Isso significa que não somente aplicar outras teorias, como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 14).

A ADC é capaz de identificar relações entre recursos linguísticos utilizados por atores sociais e elementos da rede de práticas em que os discursos relacionados se inserem, constituindo seus conceitos centrais, o discurso e a prática social (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Embora haja diferentes abordagens de análise crítica da linguagem, este estudo optou por utilizar a abordagem teórico metodológica de Norman Fairclough.

A concepção de Análise de Discurso Crítica pode ser definida como:

Uma forma de ciência crítica, concebida como ciência social orientada a identificar os problemas que indivíduos enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas possam se valer, a fim de abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 185).

A abordagem crítica proposta por Fairclough (2001, p. 28) implica dar visibilidade “a conexões e causas que estão ocultas” e intervir de modo a favorecer àqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem. “Focaliza os chamados “perdedores” dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante” (MELO, 2012, p. 312).

Assim a ADC é crítica:

Primeiramente, no sentido de que busca discernir conexões entre a língua e outros elementos da vida social que estão normalmente encobertos. Entre eles: como a língua aparece em relações de poder e dominação; como a língua opera ideologicamente; a negociação de identidades pessoais e sociais (continuamente problematizadas através de mudanças na vida social) em seu aspecto linguístico e semiótico. Em segundo lugar, ela é crítica no sentido de que está comprometida com mudanças sociais contínuas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230).

Na perspectiva da ADC, a “linguagem pode ser definida como qualquer forma de produção de significados, incluindo a linguagem verbal e outras semioses (sistemas de significação, manifestações linguísticas verbais e não verbais), tais como imagens, gestos, e quaisquer formas de linguagem não verbal” (TILIO, 2010, p. 88) e o texto refere-se a toda e qualquer produção linguística (FAIRCLOUGH, 1992).

O conceito de discurso é central para a ADC, que se interessa pelo estudo situado do funcionamento da linguagem na sociedade, pois constitui parte irredutível da vida social, ou seja, há uma relação dialética entre linguagem e sociedade (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Deste modo, para Fairclough (2003, p. 26) o termo “discurso” possui dois significados: substantivo mais abstrato, onde a linguagem é considerada “como momento irreduzível da vida social” e substantivo mais concreto, onde o discurso é considerado um “modo particular de representar parte do mundo”, ligado a interesses específicos. Assim, ao utilizar o termo discurso, Fairclough (2001) o caracteriza como o uso da linguagem como forma de prática social, que altera os indivíduos e o mundo. No entanto, pode ser utilizado em referência a "discursos particulares" como, por exemplo, o discurso neoliberal, o discurso religioso, etc.

Posto isto, é importante evidenciar que, na Análise do Discurso Crítica, a linguagem é considerada uma forma de prática social, que mantém relações com poder e com ideologias, conceitos que serão discutidos à frente. De imediato, é importante que se compreenda o conceito de prática social.

A vida social é constituída de práticas, ou seja, “modos rotinizados, ligados a espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo”. Deste modo, práticas sociais são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

O discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições dos sujeitos sociais, e para construir as relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimento e crenças. Neste sentido, estabelece-se uma relação dialética entre discurso e sociedade, onde as estruturas que organizam a produção discursiva e os discursos são condição e efeito uns dos outros. Estruturas são "condições históricas da vida social que podem ser modificadas por ela, mas lentamente" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22). Já as práticas discursivas “implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (SPINK; FREZZA, 2004, p. 38).

A semiose engloba todas as formas de construção de sentidos, como imagens, linguagem corporal e a própria língua. Assim, a vida social é uma rede interconectada de práticas sociais econômicas, políticas, culturais, etc., constituídas de elemento semiótico (FAIRCLOUGH, 2005). Quando essas práticas sociais se inter-relacionam de maneira particular, constituem a ordem social, como por exemplo, a ordem neoliberal globalizada (MELO, 2012).

Deste modo, a Análise do Discurso simultaneamente orientada linguística e socialmente, permite que, além do texto, outros aspectos não discursivos como interesses ideológicos e relações sociais, por exemplo, sejam pesquisados (RAMALHO, 2010). Assim, a

linguagem ou “semiose” tem efeitos nas práticas e eventos sociais. Práticas constituem as maneiras habituais pelas quais as pessoas aplicam recursos para interagirem em tempos e espaços pontuais. Eventos são "acontecimentos imediatos individuais ou ocasiões da vida social" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22), ou seja, articula momentos da prática social em situações específicas, situadas sócio historicamente, no plano da ação social (RAMALHO; RESENDE, 2011). Portanto, as práticas sociais permitem perceber o efeito de eventos conjunturais responsáveis pela sustentação e alteração nas estruturas.

Reunindo a análise de discurso linguisticamente orientada às teorias sociais, Fairclough (2003) propõe a formação desse quadro teórico-metodológico adequado ao estudo da mudança social, como instrumento político contra a injustiça social. E sugere a formulação de pesquisas que exerçam práticas de resistência à opressão, poder e ideologias.

Neste contexto, segundo Fairclough (2001, p. 117):

Ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

A perspectiva de ideologia na ADC provém de estudos de Thompson (2002), que alega que “a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 49), disseminando uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima (RAMALHO, RESENDE, 2011, p. 25).

Aqui é importante articular essa perspectiva de ideologia ao conceito já tratado anteriormente de ordem social, ou seja, o conjunto de “práticas sociais inter-relacionadas de maneira particular” e seu aspecto semiótico, ou seja, a ordem de discurso, “a maneira de os diversos gêneros e discursos estarem inter-relacionados entre si” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 123).

Deste modo, determinados usos da linguagem são ideológicos, isto é, em situações específicas, práticas discursivas são carregadas de ideologias à medida que reúnem em si significados que favorecem relações de poder, naturalizando essas ideologias e atribuindo a elas *status* de senso comum (FAIRCLOUGH, 2001).

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

Assim, relacionando o discurso à ideologia e hegemonia, Fairclough (1997, p. 80), infere que “hegemonia implica o desenvolvimento - em vários domínios da sociedade civil (como o trabalho, a educação, as atividades de lazer) - de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são, na sua maioria, práticas discursivas”. Baseado em Gramsci e Fairclough (2001) caracteriza hegemonia como a dominação exercida pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força. Para o autor, esse domínio é instável, é temporário. Assim, a disputa, a luta pela hegemonia é constante entre classes, blocos ou atores para manter ou romper as relações de dominação.

A ADC, ao contrário de concepções neutras e acríticas, considera a ideologia como base temporária da hegemonia, sustentando desigualdades, naturalizando um aspecto problemático do senso comum que não percebe as representações particulares de grupos específicos sendo universalizadas (FAIRCLOUGH, 2001; THOMPSON, 2002). Assim:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

A proposta de Fairclough (2001, 2003) é um modelo tridimensional de análise de discurso: a prática social (ideologia, hegemonia, etc.), o texto (gramática, vocabulário, etc.) e a prática discursiva (processos sociais de produção, distribuição e consumo do texto, etc.).

Nesse modelo, o discurso é enquadrado como um momento das práticas sociais, um modo de ação historicamente situado, um modo de representação e significação do mundo, ampliando seu caráter emancipatório, propiciando a análise de práticas decorrentes de relações exploratórias. Para o autor, o fluxo cotidiano da vida envolve sempre ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.), mundo material e discurso.

A semiose pode atuar como parte da atividade social inserida em uma prática (constituindo os gêneros discursivos); nas representações (constituindo os discursos) e no

desempenho de posições particulares (constituindo os estilos). Os gêneros discursivos referem-se aos diversos modos de agir discursivamente, seja por meio da fala e/ou da escrita, produzindo a vida social semioticamente. Como exemplo de gênero discursivo, o autor cita as entrevistas. Os discursos são os vários modos de representação da vida social, cujas diferentes posições dos atores sociais geram diferentes representações e discursos. Os estilos são os diferentes e particulares modos de ser, identidades pessoais ou sociais específicas (FAIRCLOUGH, 2003, 2005).

A proposta deste modelo de ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999) é refletir sobre a mudança social contemporânea, mudanças globais e possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas rígidas na vida social. A estrutura analítica para a ADC inicia-se com: i) a ênfase em um problema social baseado em relações de poder, na naturalização de discursos particulares como sendo universais; ii) identificação de obstáculos para que esse problema seja superado; iii) função do problema na prática, considerando se a ordem social é um problema ou não; iv) Identificação de maneiras possíveis para superar os obstáculos e v) reflexão crítica sobre a análise (FAIRCLOUGH, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006).

Na etapa de identificação de obstáculos três análises devem ser conduzidas conforme Resende e Ramalho (2006, p. 36):

(1) a *análise da conjuntura*, da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre, (2) a *análise da prática particular*, com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos, e (3) a *análise do discurso*, orientada para a *estrutura* (relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas) e para a *interação* (análise linguística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social).

Esse modelo analítico para a Análise do Discurso Crítica parte, então, de um problema social, delimitando seu foco. Este problema social deverá ser resultado de uma atividade ou reflexão e ser influenciado pelo uso da linguagem (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Em função da natureza crítica da ADC, o referido problema social deve focar-se nos “perdedores” (FAIRCLOUGH, 2005).

De acordo com esse enquadre, toda análise em ADC parte da percepção de *um problema* que, em geral, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36).

O segundo estágio do modelo de análise proposto, constitui-se na identificação de obstáculos sociais, ou seja, identificação de elementos da prática social local e global, que contribuem para estabelecer ou sustentar o problema social em questão (RESENDE; RAMALHO, 2006; TILIO, 2010). Buscando identificar esses obstáculos, o modelo propõe três instâncias de análise conforme exposto anteriormente.

O estágio 3 da análise consiste em avaliar os interesses da ordem social em não resolver o problema, uma vez que o mesmo é necessário para que ela se mantenha. Nesta fase, surge a questão da ideologia que, por meio do discurso, contribui para a conservação de relações de poder e dominação (FAIRCLOUGH, 2005).

O conceito de ideologia adotado pela ADC parte da concepção de que "ideologias são construções de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a seus interesses e projetos de dominação" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).

O estágio 4 da análise busca identificar possibilidades de mudanças não concebidas ou concebidas parcialmente na superação dos obstáculos identificados, apontando contradições e deficiências dentro dos elementos considerados dominantes na ordem social e resistências (FAIRCLOUGH, 2005; TILIO, 2010).

Finalmente, concluindo a Análise do Discurso Crítica, o estágio 5 constitui o momento reflexivo crítico da análise, buscando questionar e reconhecer suas contribuições, limitações, tendências (FAIRCLOUGH, 2005; TILIO, 2010).

Assim, o tópico a seguir tratará dos aspectos metodológicos adotados nesse estudo.

3 METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos propostos neste trabalho serão detalhadas, a seguir, as escolhas epistêmicas e o percurso metodológico adotado nesta pesquisa.

3.1 Sobre escolhas ontoepistêmicas

Uma das tarefas que se impõe em todo trabalho acadêmico é o esclarecimento sobre o posicionamento filosófico e o caminho teórico-metodológico adotado pelo pesquisador. Portanto, devem-se considerar os pressupostos ontológicos e epistemológicos que orientaram a construção do conhecimento nesse estudo.

Assim, para desenvolver o estudo proposto, essa pesquisa se orientou epistemologicamente pela abordagem da Análise do Discurso Crítica Faircloughiana e Decolonial. As aproximações dessas abordagens e suas contribuições para o estudo do caso em foco serão discutidas a seguir.

A ADC, assim como a opção decolonial apresentam uma concepção de ciência crítica e transdisciplinar, estabelecendo uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, oferecendo outras lentes analíticas (FAIRCLOUGH, 2000, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006), que procurem dar visibilidade a questões ocultas, de modo a favorecer àqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem. Deste modo, a ADC e a opção decolonial podem propiciar o desvelamento de aspectos que determinam ou perpetuam relações de subalternidade e que integram o cenário de dependência histórico-estrutural entre países em função do padrão global de poder (QUIJANO, 2005).

A concepção transdisciplinar da Análise do Discurso Crítica se alinha à opção decolonial, caracterizada como “um trabalho reflexivo coletivo, transdisciplinar e engajado, que ao mesmo tempo em que oferece novas leituras analíticas, é capaz de pensar em termos propositivos e programáticos” (BALESTRIN, 2013, p. 110). De fato, a opção decolonial é amplamente transdisciplinar, uma vez que integra e interage diversas áreas do conhecimento, como filosofia, economia política, história, sociologia, antropologia, teoria feminista e ecologia política (ESCOBAR, 2003).

A ADC possui e assume seu propósito emancipatório e busca dar visibilidade a aspectos opacos do discurso, desnaturalizando crenças e desarticulando estruturas de dominação. Mapeando uma relação de poder entre um conjunto de discursos particulares e uma situação social, intenta provocar possíveis alternativas de superação de relações

assimétricas de poder sustentadas pela linguagem (RAMALHO, 2009; RESENDE; RAMALHO, 2004).

Esta concepção da ADC dialoga com a genealogia da identidade herdada pela opção decolonial, moldada pela herança do pensamento crítico latino-americano do século XX, que inclui:

A Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzales Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternizados (ESCOBAR, 2003, p. 53).

Focalizando a prática social a partir de uma perspectiva de linguagem revestida de elementos como poder e ideologias, a ADC relaciona estreitamente o discurso à estrutura social e institucional. O discurso é considerado, então, sob uma perspectiva de poder, onde as relações sociais apresentam-se como hegemônicas ou contra hegemônicas sustentadas parcialmente pela linguagem (MAGALHÃES, 2001).

Esta relação entre agência e estrutura, discurso e sociedade, alinha-se ao pensamento decolonial, conforme discutido por Quijano (2005), ao inferir que a América Latina se tornou conjunta e individualmente dependente histórico-estruturalmente do padrão global de poder capitalista, como parte subordinada dessa estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo. Este padrão de poder global configura, em todas as áreas de existência social, um sistema de relações materiais e intersubjetivas entre seus componentes e o conjunto, sob a hegemonia de instituições interdependentes, produzidas dentro desse padrão de poder. “Assim, no controle do trabalho, seus recursos e produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 113).

No caso do neoliberalismo, por exemplo, Fairclough (2005), o encara sob um ponto de vista analítico-discursivo, ou seja, para ele, tratar de neoliberalismo, é lidar principalmente com questões do discurso. Ou seja, o neoliberalismo incluiu narrativas ou discursos particulares para representar, de forma particular, aspectos da vida econômica e social.

Assim, mudanças sociais operacionalizam essas narrativas ou discursos. E é aí que reside a contribuição teórica da ADC, esclarecendo as relações entre discurso e elementos da vida social, como esta operacionalização de discursos e sua efetividade na construção e reconstrução da vida social (FAIRCLOUGH, 2005).

As questões de discurso surgem, então, como estratégias e processos de contestação de estratégias (hegemônicas) em curso (FAIRCLOUGH, 2005).

Estas implicações da ADC compartilham da essência da opção decolonial, que se refere ao diagnóstico e compreensão de possibilidades de superação da colonialidade, por meio da visibilidade de histórias locais suprimidas e invisíveis ao eurocentrismo, desafiando sua hegemonia.

Assim, as perspectivas da Análise de Discurso Crítica e Decolonial, dialogam de modo a subsidiar a proposta desse estudo em contribuir para a recriação e divulgação da história, não mais pela lógica da transnacional Nestlé, mas buscando resgatar as experiências, ideias e lutas daqueles que se envolvem no processo de superexploração de água mineral no município de São Lourenço, Minas Gerais.

Como perspectiva ontoepistêmica, adotar-se-á nesta pesquisa a opção decolonial (ABDALLA, 2014; ABDALLA; FARIA, 2015; ESCOBAR, 2003; GROSGOUEL, 2008, 2012; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2002, 2007, 2008, 2010; WANDERLEY; FARIA, 2012).

A opção decolonial é o enfoque das elaborações conceituais do programa de investigação modernidade/colonialidade latino-americano (ESCOBAR, 2003) ou grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). Atualmente, participantes desse grupo/programa têm integrado um movimento mundial em curso, denominado Teorias e Epistemologias do Sul, que questiona o eurocentrismo teórico e o positivismo epistemológico, dentre outros, contidos no *mainstream* das ciências sociais, buscando decolonizá-las (BALESTRIN, 2013).

O quadro conceitual desta perspectiva inclui, como já discutido anteriormente, o sistema mundo colonial moderno como principal articulador entre as formas de poder, a colonialidade do poder como modelo hegemônico global em prol do capital, a diferença colonial e a colonialidade global que destacam as diferenças culturais e do conhecimento nas estruturas de poder global, a colonialidade do ser como imposição ontológica de um indivíduo sobre outro e o eurocentrismo como o modelo de conhecimento hegemônico (ESCOBAR, 2003).

Essa imposição da superioridade do saber europeu foi um importante elemento da colonialidade do poder no sistema mundo colonial/moderno, excluindo, silenciando os saberes subalternizados. Ao negar ao subalterno seu direito de sujeito histórico, naturalizando ontologicamente sua posição de inferioridade e dominação através do colonialismo, a natureza hierárquica das relações Norte-Sul tornou a colonização epistêmica o eixo mais difícil de ser criticado abertamente (MENESES, 2008).

Os questionamentos apontados pela reflexão filosófica à procura do conhecimento, excedem a racionalidade moderna, que exclui os “outros” saberes produzidos da ciência do Norte Global (euro-norte-americano), considerando-os como inexistentes, hierarquizando, subalternizando os saberes (MENESES, 2008; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014).

As ciências sociais são concebidas pelas condições do modelo liberal hegemônico como a única forma de vida possível. A naturalização e superioridade desse modelo de sociedade liberal de mercado, de seus países e suas ontologias, é o contexto histórico-cultural no qual se dá a constituição das ciências sociais, cujos pressupostos e visão de mundo têm como peça articuladora a ideia de modernidade. Assim, as bases das ciências sociais não abordam processos histórico-culturais distintos dos processos requeridos pelo modelo liberal hegemônico (LANDER, 2005).

A modernidade é assumida como universal, concebida como uma experiência europeia, cujos processos de modernidade em outros lugares do mundo, como na América Latina, ocorrem de forma contraditória, em diferentes temporalidades históricas, que não a considerada universal – a europeia. Deste modo, a desnaturalização e desuniversalização da modernidade ocidental, sua compreensão como um fenômeno cultural e histórico específico, são alternativas a estas formas universalistas de submissão (ESCOBAR, 1995; LANDER, 2005).

A cumplicidade histórica entre as ciências sociais e a colonialidade do poder na produção de conhecimento deve ser rompida a fim de que o subalterno possa falar e ser ouvido. Deste modo, é preciso “recrutar as diversas línguas do globo, os distintos atores sociais e, no campo acadêmico, enfatizar a vitalidade do pensamento crítico latino-americano” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2013, p. 2).

A opção decolonial busca contestar e analisar a modernidade, ancorando-se no conceito de colonialidade que, segundo essa perspectiva, têm sua emergência situada na conquista das Américas (MALDONADO-TORRES, 2007). A opção decolonial considera a modernidade como um fenômeno que se inicia com a colonização das Américas pela Espanha e Portugal no século XVI, e não historicamente situada no século XVII na Europa do Norte.

Ademais, considera a modernidade não como um processo no qual a Europa atingiu sua hegemonia mundial, e sim uma narrativa de um período histórico, uma autoafirmação de si mesma como centro do mundo (MIGNOLO, 2003, 2008).

Assim, esse pensamento decolonial propõe deslocamentos históricos, sociológicos e filosóficos nas formas dominantes de se conceber e compreender a modernidade, “ao propor esforços de desligamento ou desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em face do projeto de dominação ocidental” (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 384). O projeto modernidade/colonialidade/decolonialidade:

Tenta construir um pensamento crítico que parte das histórias e experiências marcadas pela colonialidade e não pela modernidade, e também [...] busca conectar formas críticas de pensamento não só na América Latina como em outros lugares do mundo onde a expansão imperial/colonial e a própria colonialidade negam a universalidade abstrata do projeto moderno e apontam modos de pensar, ser e atuar distintos (WALSH, 2005, p. 21).

Considerando a subalternidade uma crítica à colonialidade, ou seja, “uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados”, que são “formas de resistência que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento [...] pensadas a partir de uma epistemologia de fronteira (GROSFOGUEL, 2008, p. 43), a opção decolonial propõe a crítica da modernidade sob o ponto de vista de experiências geopolíticas e memórias da colonialidade (MIGNOLO, 2002).

A opção decolonial fornece um quadro alternativo para as discussões sobre a modernidade, globalização e desenvolvimento, considerando a diferença colonial e destacando a dimensão do poder inerentes a esta diferença. “E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso” (MIGNOLO, 2004, p. 678).

O pensamento decolonial se caracteriza como opção de outro espaço para criação do conhecimento, outro pensamento que fale sobre os mundos e sobre os conhecimentos de outra maneira (ESCOBAR, 2003). Esta perspectiva considera a "América Latina" como um espaço epistemológico, como um local geo-histórico e não como um objeto de estudo ou região. Esta opção não está associada a uma determinada nacionalidade ou localização geográfica, não sendo necessário ser latino-americano ou viver no continente. Pode ser praticada em diversos espaços, a partir de elaborações contra hegemônicas que desafiam a suposição da América Latina como um objeto de estudo (ESCOBAR, 2003).

Deste modo, “o compromisso histórico com a pluriversalidade do conhecimento, em oposição ao eurocentrismo universal, é uma contribuição política e teórica importante da América Latina ao enfrentar o desafio de promover práticas locais e estudos em gestão e organizações” (WANDERLEY, 2015b, p. 239).

Esse alargamento na discussão sobre a diversidade epistemológica nas mais distintas áreas do conhecimento não é apenas um desafio latino-americano, mas de uma comunidade científica plural que busca integrar as vozes silenciadas historicamente na construção do conhecimento, ou seja, as vozes do Sul Global (MENESES, 2008; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014).

Esse “quadro de disfuncionalidade geo-epistêmica” se apresenta também no campo da administração/gestão (ABDALLA; FARIA, 2015, p. 1), caracterizada pela imposição do conhecimento universal (euro-norte-americano) e consequente subalternização da identidade latino-americana na produção de conhecimento (ABDALLA; FARIA, 2015; IBARRA-COLADO, 2006).

Os estudos decoloniais oferecem novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos. Não rejeitam a modernidade ou se recolhem no absolutismo fundamentalista. Buscam decolonizar a epistemologia, considerando o subalterno localizado no lado oprimido e explorado da diferença colonial, incorporando seus saberes nos processos de produção de conhecimento. Intentam superar a modernidade eurocentrada, rumo a uma redefinição das relações econômicas, sociais, culturais e políticas impostas pela modernidade europeia (BALESTRIN, 2013; GROSFUGUEL, 2008).

A opção decolonial emerge, então, como alternativa ontoepistêmica onde a América Latina está desempenhando sua capacidade de ver e fazer de uma perspectiva Outra, reconhecendo “o Outro como Si Mesmo” (LANDER, 2005, p. 15), estabelecendo o sujeito-objeto da pesquisa como ator social produzindo conhecimento (ABDALLA; FARIA, 2015; LANDER, 2005).

Assim, este trabalho pretende “dar voz” aos subalternizados, sendo fiel ao seu *locus* de enunciação, bem como discutir as relações de colonialidade presentes nas relações entre a transnacional e os atores sociais envolvidos na superexploração das águas minerais em São Lourenço.

3.2 Decisões metodológicas

Este trabalho pode ser caracterizado como uma investigação qualitativa que, segundo Flick (2009), possui grande relevância para o estudo de relações sociais, permitindo identificar significados e sentidos atribuídos pelas pessoas aos diversos fenômenos de seu ambiente natural (DENZIN; LINCOLN, 2000).

Tal abordagem envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos, dentre eles, estudos de caso, experiências pessoais, introspecção, história de vida, textos visuais, interativos, históricos e observacionais – que descrevem a rotina, os momentos e os significados problemáticos da vida dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2000).

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso é adequado para realização de uma investigação qualitativa, sendo utilizado com o objetivo de se entender os fenômenos sociais complexos, contribuindo para o conhecimento acerca dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2010).

A presente pesquisa configura-se como um estudo de caso, cujo foco do interesse está no específico, na compreensão de processos sociais específicos de um determinado contexto (GODOI, 2006; MERRIAM, 2009). Deste modo, o estudo de caso constitui uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo, podendo ser esta uma pessoa, uma empresa, um grupo social, um conjunto de relações, um fenômeno, uma entidade (MERRIAM, 2009; STAKE, 1994).

Neste sentido, Stake (1994, p. 236) afirma que “nós escolhemos estudar o caso”, de modo a compreender uma situação em profundidade, evidenciando os diversos significados para os vários envolvidos (MERRIAM, 2009). Assim, o caso abordado nesse estudo, refere-se à superexploração de água mineral no município de São Lourenço, Minas Gerais, pela empresa transnacional Nestlé.

Determinou-se a seleção do caso a partir de quatro critérios (MEDEIROS, 2013): (a) pela relevante repercussão na mídia de modo a obter material suficiente para análise; (b) pela repercussão internacional do caso, considerando-se a prioridade dos debates sobre governança da água no contexto global; (c) pelo fato em questão ter resultado em diversos processos judiciais, fonte de informações necessárias à concepção deste estudo; (d) pela possibilidade de acesso aos envolvidos nos eventos.

3.2.1 Formas de Obtenção de Dados

Para reunir o material empírico, utilizou-se pesquisa documental e a entrevista história oral conduzida por meio de roteiro semiestruturado. Será descrito a seguir o processo de coleta de dados de cada uma dessas fontes.

3.2.1.1 Fontes documentais

Essa pesquisa selecionou, propositalmente, documentos para a reconstrução do caso escolhido para análise.

A pesquisa documental “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Para seleção das fontes documentais, foram escolhidos textos que permitiram a contextualização de práticas discursivas sobre o contexto sócio-histórico da relação estabelecida entre os atores sociais considerados nesse estudo. Os textos selecionados, levando em consideração o recorte temático e sua pertinência para a proposta desta pesquisa, constituem diferentes gêneros discursivos, como conteúdo de sites oficiais, leis, arquivos de ações judiciais, comunicados oficiais, reportagens publicadas pela mídia digital e impressa, cartazes, artigos, livretos. A seleção desses textos ocorreu mediante sua pertinência em relação às questões norteadoras dessa pesquisa, bem como fonte de identificação de pessoas envolvidas no mesmo.

O quadro a seguir apresenta alguns dos gêneros discursivos utilizados nessa pesquisa e fornecidos pelos movimentos de resistência:

Quadro 1 - Gêneros discursivos pesquisados. (Continua)

Material pesquisado	Assunto	Ano
Inquérito Civil	Defesa Nestlé	2013
Carta aos turistas de São Lourenço	Objetivo do grupo Cidadania pelas Águas	N/A
Carta oficial municipal 1825/2005	Esclarecimentos do prefeito à Nestlé sobre sr. Franklin Frederick	2005
Resposta pública MACAM a carta oficial 1825/2005	União do prefeito à Nestlé contra o movimento de resistência	2008
E-mails enviados pelos membros dos grupos de resistência à mídia, poder público	Diversos	Diversos
Denúncia contra Nestlé apresentada à ANVISA		2001
Palestra sobre as Águas Minerais de São Lourenço	Palestra “A cura do Rei” ministrada em escolas públicas locais	N/A
Projeto “Para uma Cidade Feliz”	Livreto sobre história de São Lourenço e circuito das águas na sobrevivência do planeta para distribuição em escolas públicas municipais.	N/A
Histórico sobre a ação civil, pública de 2001		N/A
Livreto Parque das Águas São Lourenço		N/A
Panfletos/Cartazes	Você! Conheça mais sobre a Nestlé Queremos provas da perenidade de nossas águas minerais Águas minerais e a Nestlé: a quem recorrer? Nestlé extermina as águas minerais medicinais de São Lourenço Nossas águas minerais precisam de você! Empresa de Águas São Lourenço Ao Cidadão de São Lourenço O que diz a ciência a respeito da nossa água A importância de São Lourenço e de suas águas São Lourenço pede justiça	Diversos
Poemas de Eugênio Ferraz: eng. civil e de segurança. Gerente regional do Ministério da Fazenda em MG.	Minha terra das águas virtuosas Salvando São Lourenço	2001
Depoimento de ex- funcionário Nestlé em São Lourenço	Relatos de fraude em processos de vistoria	2001
Parecer único SUPRAM	Revalidação de licença de operação para o empreendimento de extração de água mineral	2011

Quadro 1 - Gêneros discursivos pesquisados. (Conclusão)

Material pesquisado	Assunto	Ano
Dossiês Movimento Cidadania pelas Águas	O avesso do rótulo da Nestlé	2013
	Dossiê Nestlé: a teoria da conspiração	2001
	Um flash sobre o licenciamento da Pure Life no Parque das Águas Mineirais Gasosas de São Lourenço	2003
Declaração Pública Movimento Cidadania pelas Águas	Processo administrativo COPAM 058/1998/003/2001	
Dossiê Richter	Adaptação do artigo de J. Richter Códigos no Contexto	2002
Petição à promotoria pública de São Lourenço		2003
Acordo processo 637 01 012555-6		2006

3.2.1.2 Entrevistas de história oral

Esse trabalho utilizou também entrevistas de história oral conduzidas por meio de roteiro semiestruturado com atores envolvidos diretamente no debate sobre a superexploração das águas minerais em São Lourenço, membros dos grupos de resistência a esta superexploração.

Considera-se, nesse estudo, a história oral como fonte relevante para a compreensão do objeto em foco. A história oral é a história do tempo presente, pois demanda a percepção de um processo histórico que ainda não acabou, além de ser uma alternativa à história oficial, apreendendo experiências de pessoas, preservando o compromisso com o contexto social (ICHIKAWA; SANTOS, 2006).

Este estudo opta pela história oral temática (MEIHY, 2005) que, “a partir de um assunto específico e preestabelecido, busca-se o esclarecimento ou a opinião do entrevistado sobre um evento dado” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 183). Mais especificamente, foi adotada a entrevista de história oral (LANG, 1996), que consiste em:

Um processo de conversação entre o pesquisador e o narrador, no qual o indivíduo é a fonte de dados [...] mas não constitui, ele próprio, o objeto do estudo; a matéria prima para o trabalho do pesquisador é a narrativa do indivíduo entrevistado; é por meio dela que o pesquisador tenta apreender as relações sociais em que o fenômeno relatado e seu narrador estão inseridos (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 193).

Na entrevista de história oral, que deve ser gravada, é aplicado um roteiro geral/temático amplo não rígido ao(s) entrevistado(s), onde questões podem surgir

naturalmente no processo dinâmico da entrevista com o(s) depoente(s). No entanto, este roteiro serve como um guia para as questões essenciais que devem ser efetivamente abordadas.

As entrevistas de história oral foram realizadas com os membros do grupo de resistência à superexploração das águas minerais pela transnacional em São Lourenço - Grupo Amar' Água.

A escolha desses atores foi intencional, uma vez que eles são, nos meios públicos de comunicação, os principais porta-vozes da resistência à superexploração de águas em São Lourenço. São aqueles que iniciaram o movimento (em 1999) ou deram continuidade ao movimento, vivenciando, portanto, diferentes etapas do processo de enfrentamento.

A fim de conhecer a ação, motivação e discurso do grupo de resistência contra a superexploração de águas em São Lourenço pela transnacional Nestlé, foi preciso buscar as pessoas que participaram e participam desse processo. As vozes subalternizadas foram expressas por meio de três entrevistas de história oral realizadas em 2015 e 2017. Dos entrevistados, um está atualmente mobilizado contra a superexploração de águas em São Lourenço, um se distanciou recentemente do movimento e outro participou do início da mobilização, mas não participa mais ativamente do mesmo. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e analisadas por meio da ADC.

Para preservar as suas identidades, seus nomes foram alterados. Foram utilizados nomes fictícios para identificar os entrevistados: Catarina, Maria e Walter. Os nomes foram inspirados em autores decoloniais: Catherine Walsh, Maria Lugones e Walter D. Mignolo. A realização dessas entrevistas (ver apêndices A e B) com esses atores, permitiu compreender a realidade, os significados e as relações sociais entre os mesmos e a situação analisada, compreendendo suas crenças, valores, atitudes, opiniões, motivações (GASKELL, 2008; GODOI, 2006).

Cumprido aludir que a escolha dos atores pesquisados se deu por intencionalidade e a pesquisadora buscou contatá-los para solicitação de uma agenda de entrevistas. Desse modo, esses sujeitos foram selecionados por critério de acessibilidade e intencionalidade.

Os atores foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e, ao aceitarem participar, foram solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disposto no apêndice C.

Cabe ainda ressaltar que, a Nestlé foi contatada a fim de solicitar uma entrevista para compor as fontes de dados dessa pesquisa, mas a mesma se negou a fornecê-la. É importante mencionar, ainda, que uma entrevista foi negada a esse estudo por uma participante do

movimento MACAM (Movimento dos Amigos do Circuito das Águas) – extinto movimento de resistência composto por poucas pessoas (três – quatro) cujas ações se restringiam a postagens de notícias sobre a superexploração de águas minerais pela transnacional em São Lourenço em mídia digital).

Com base na escolha ontoepistêmica já descrita, esse trabalho interpretou a negativa da transnacional em fornecer entrevistas como uma estratégia de invisibilidade das questões levantadas pelo movimento de resistência. A negativa da participante do movimento “digital” de resistência (MACAM) foi interpretada, sob a mesma lente ontoepistêmica, como reflexo da colonialidade do poder sobre o subalternizado, minando suas ações contra essa colonialidade.

3.2.2 Análise dos dados

Como abordagem de análise dos dados, as diretrizes metodológicas provêm do arcabouço teórico de Análise de Discurso Crítica (ADC), tal como proposta por Fairclough (2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Nesse estudo, o interesse prevalece sobre as questões referentes à prática social. Assim, o *corpus* principal de dados oriundo das entrevistas de história oral foi analisado utilizando esta proposta teórico-metodológica (FAIRCLOUGH, 2005).

As fontes documentais não fizeram parte do *corpus* de análise, mas serviram de referência para recontextualização da conjuntura que abriga a interação entre os atores envolvidos nesta pesquisa. Conjunturas são "conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas - em seu aspecto de permanência relativa - em torno de projetos sociais específicos" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

Deste modo, essa fonte de pesquisa constituiu importante elemento que possibilitou descrever o contexto sócio-histórico cultural, bem como as práticas sociais locais e globais envolvidas nas relações entre os atores sociais considerados nesse estudo. Esta contextualização do meio social em que as entrevistas de história de vida são produzidas é essencial para a análise do discurso crítica das mesmas, conforme pressupostos teóricos da ADC.

A estrutura analítica adotada nesse estudo seguiu o enquadre de ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999) (vide quadro 1), descrita anteriormente: i) a ênfase em um problema social baseado em relações de poder, na naturalização de discursos particulares como sendo universais; ii) identificação de obstáculos para que esse problema seja superado, ou seja, identificação de elementos da prática social que sustentam o problema social em análise e que

constituem obstáculo para mudança estrutural. Três são os tipos de análise que atuam juntos nesta etapa:

(1) a *análise da conjuntura*, da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre, (2) a *análise da prática particular*, com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos, e (3) a *análise do discurso*, orientada para a *estrutura* (relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas) e para a *interação* (análise linguística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social) (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36).

iii) função do problema na prática, considerando se a ordem social é um problema ou não; iv) identificação de maneiras possíveis para superar os obstáculos; v) reflexão crítica sobre a análise (FAIRCLOUGH, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006).

Quadro 2 - Etapas análise ADC.

ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003)		
1. Percepção de um problema social com aspectos semióticos		
2. Identificação de obstáculos para que o problema seja superado	(a) análise da conjuntura	
	(b) análise da prática particular	(i) práticas relevantes (ii) relações do discurso com outros momentos da prática
	(c) análise do discurso	(i) análise estrutural (ii) análise interacional
3. Investigação da função do problema na prática		
4. Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos		
5. Reflexão sobre a análise		

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) e Fairclough (2003, p. 209-210).

Conforme apresentado anteriormente, esse trabalho considera que o discurso em foco (resistência) mantém relação dialética com outras práticas sociais, colaborando para a decolonialidade em um contexto onde a colonialidade se expressa de maneira ideológica e hegemônica.

Além do discurso de sustentabilidade, o discurso do controle privado eficiente na manutenção do Parque das Águas é ideologicamente e midiaticamente produzido e consumido, a fim de sustentar relações desiguais de poder no ínterim da luta no município.

O tratamento dos dados para análise envolveu diversas idas e vindas às fontes documentais e entrevistas de história oral. Mais especificamente em relação ao tratamento dos dados constantes nas entrevistas de história oral, um processo mais instigante, curioso e até mesmo penoso foi vivenciado pela pesquisadora. Após a transcrição das gravações em áudio e impressão dos arquivos, diversas leituras de cada documento foram realizadas de modo a perceber, descobrir, mergulhar no dito e não dito nas entrevistas. Em cada leitura a pesquisadora fazia grifos e tomava nota dos textos, já identificando recortes potenciais de trechos para análise.

Para identificar as categorias mais importantes para análise discursiva das entrevistas, a pesquisadora separou os tópicos para análise final por meio de canetas coloridas (grifando, circulando palavras). Apesar de ser uma tarefa trabalhosa e excluir (inevitavelmente) da pesquisa temas que seriam relevantes, foi preciso focar no problema de pesquisa para fazer as escolhas devidas. Essa estratégia de codificação do texto pode ser identificada como:

abordagem “mais flexível” em oposição a uma abordagem “mais estruturada”, em que a codificação do texto é definida *a priori* e depois aplicada aos dados. Na abordagem flexível, ao contrário, é a leitura dos dados que define a codificação, em termos dos temas e categorias que se decide explorar (RESENDE, 2008, p. 138).

A pesquisadora adotou uma estratégia sequencialmente dirigida de análise das entrevistas, onde, de modo livre e intuitivo, incorporou diversas categorias relevantes à medida em que a análise se desenvolvia, resultando em análises mais diversificadas e menos exaustivamente exploradas (RESENDE, 2008).

4 CONFLITOS NA EXPLORAÇÃO DE ÁGUA: O GLOBAL, O LOCAL E A RESISTÊNCIA

As análises da conjuntura se iniciaram no capítulo 2 e se mesclam às demais análises nos capítulos que se seguem. As análises da prática particular da superexploração de água mineral em São Lourenço (Minas Gerais) serão apresentadas no capítulo a seguir.

Quando se discutiu acerca da conjuntura, os textos do *corpus* principal de análise foram produzidos. Os textos foram considerados como eventos semióticos dialeticamente interconectados com outros momentos de uma rede de práticas que envolvem a prática da transnacional Nestlé na superexploração de água mineral, a prática do poder público e grupos particulares interessados na sustentação do modelo neoliberal capitalista e a prática dos que se opõem à matriz da colonialidade.

4.1 Nestlé pelo mundo

A atividade de engarrafamento de água pelas indústrias é pouco regulamentada mundialmente pelo poder público (SERRA, 2009). Na maioria dos países, as indústrias engarrafadoras de água pagam pouco ou nenhum imposto ou direito de exploração sobre a água extraída (BARLOW, 2009). Empresas como a Nestlé se aproveitam dessa lei para explorar de maneira insustentável água mineral ao redor do mundo.

Em países como Paquistão (ROSEMANN, 2016) e Etiópia (VIDA..., 2012), a empresa iniciou suas atividades prometendo ações de melhoria da qualidade de vida para comunidades pobres, mas, segundo denúncias, não cumpriu suas promessas e, em muitos casos, dificultou o acesso da população à água potável.

Em 1998, a Nestlé escolheu o Paquistão para lançar seu teste de mercado da marca de água engarrafada - *Pure Life* -, hoje a mais vendida do mundo. Com uma população de aproximadamente 180 milhões de habitantes, onde apenas um quarto dos cidadãos tem acesso à água potável, o mercado de água engarrafada paquistanês criado pela transnacional, é hoje dominado por ela, embora outras marcas atuem nessa região (BARLOW, 2009; VIDA..., 2012).

O Paquistão apresenta um grave quadro em relação ao abastecimento de água, onde as infraestruturas de esgoto e saneamento são antigas e muitas vezes inoperantes, gerando escassez e poluição da água, provocando inúmeras doenças à população, principalmente infantil. A Nestlé apresentou ao governo do Paquistão sua água engarrafada como resposta à

crise de água no país, adquirindo o acesso a vários grandes aquíferos (BARLOW, 2009; VIDA..., 2012).

Em uma pequena comunidade paquistanesa ao redor da indústria de água da Nestlé, vários poços de água potável secaram e a comunidade acusa a fabricante de água engarrafada Nestlé que, devido à extração desenfreada, cava poços profundos, baixando muito o nível da água, privando os moradores locais de água potável limpa, uma vez que os mesmos não têm como captar águas tão profundas. Como a legislação relativa à exploração de águas profundas no país não foi devidamente regulamentada, a transnacional vem explorando maciçamente os poços (VIDA..., 2012).

No nordeste dos Estados Unidos, a Nestlé bombeia mais de 1 milhão de litros de água de fonte por dia destinada a produção de sua água mineral *Poland Springs*. A empresa pretendia construir uma segunda estação de bombeamento para gerar o dobro de litros de água diariamente, mas as autoridades locais recusaram a permissão de extração à multinacional, que processou a cidade. Embora os moradores da região tenham acusado a transnacional de poluir o lago local com a extração de água para a marca, como naquele Estado não há legislação que regulamente a extração de água, a transnacional pode bombear a água até a sua exaustão (VIDA..., 2012).

Em outra cidade, ainda ao nordeste dos EUA, a Nestlé criou mais uma fábrica de engarrafamento da água *Poland Springs*, possuindo ainda mais duas. A empresa paga os impostos referentes à propriedade da terra, no entanto, a água é gratuita, pois a lei estadual estabelece que os proprietários da terra são também proprietários de seus recursos naturais (VIDA..., 2012).

No interior de Michigan, Estados Unidos, um movimento de resistência em favor da água processou a Nestlé por causar danos à bacia hidrográfica da região, devido à extração excessiva de água. Foi determinado legalmente que a transnacional cessasse imediatamente o bombeamento de água, mas, por meio de um acordo judicial, apenas diminuiu pela metade a extração da água, enquanto procura por novas fontes (VIDA..., 2012).

Embora denúncias jornalísticas tenham revelado que a Nestlé vem bombeando água em uma floresta no sul da Califórnia há mais de duas décadas com licença expirada (desde 1988), ambientalistas e subalternizados reclamam sobre a legislação vigente em relação à extração de água, uma vez que o governo da Califórnia não restringe a quantidade de água a ser extraída dos aquíferos. Eles pedem fim do engarrafamento de água pela transnacional naquele estado.

Além da fragilidade de regulamentação mundial sobre o processo de engarrafamento de água já discutida, a crise humana em relação ao acesso a água limpa e potável é preocupante. Segundo Barlow (2009, p. 15) “o número de crianças mortas devido à água suja supera o de morte por guerras, malária, AIDS e acidentes de trânsito”.

Com uma população aproximada de 15 milhões de pessoas, em Lagos, a maior cidade da Nigéria (África), a maioria depende de água potável embalada. A qualidade das marcas locais de água embalada é baixa e o Estado é falho no fornecimento de água potável para a população. Assim, aqueles que possuem maior poder aquisitivo consomem a marca *Pure Life* da Nestlé (no mercado nigeriano desde 2005), que chega a custar mais que o valor de um dia de trabalho de um nigeriano. Mas, aqueles não podem pagar pela água engarrafada “de qualidade”, acabam por consumir as marcas locais que muitas vezes não são puras, provocando infecções na população, especialmente entre as crianças (VIDA..., 2012).

Por meio desse mapeamento é possível perceber que o mercado de água engarrafada evidencia as desigualdades socioeconômicas, uma vez que, enquanto os ricos podem pagar pelo consumo de água de qualidade, os pobres são sujeitados a consumir as águas de poços e fontes locais frequentemente contaminados e poluídos.

Esse mapeamento permite evidenciar, também, que em vários países a ausência ou a fragilidade da legislação sobre a exploração de águas permite que empresas atuem livremente, de acordo com seus interesses comerciais. Além disso, a ausência de políticas e ações públicas para sanar os problemas de acesso à água pela população de vários países é um estímulo para que empresas se instalem e explorem uma demanda ilimitada por água. Destaca-se que, na maior parte dos casos, não há efetivamente ausência de água para as pessoas, mas ausência de ações e políticas que reconheçam esses sujeitos e suas demandas como legítimas, criando assim mecanismos de acesso. Assim, a água (e a sede) só se tornam temas de interesse quando tratadas como mercadorias e as pessoas que vivem nesses espaços apenas são reconhecidas como consumidores.

Envasar água é uma atividade altamente lucrativa, uma vez que a água engarrafada pode chegar a custar “entre 240 a 10 mil vezes mais que a água de torneira, dependendo da marca” (BARLOW, 2009, p. 91).

As ações da transnacional pelo mundo permitem perceber seu objetivo primordial, ou seja, se capitalizar com a crise da água global vendendo água engarrafada. Mais preocupante, no entanto, é sua estratégia para promover a privatização dos recursos hídricos e do comércio de água.

A transnacional tem promovido agressivamente o *marketing* de água engarrafada em países com grave crise de água, ampliando, assim, seu faturamento. Na Ásia, África e América Latina a estratégia da empresa é atingir as classes emergentes que têm condições de comprar água engarrafada. Nos Estados Unidos, a estratégia da transnacional é atingir o público de baixa renda, imigrantes vindos de países cuja confiança na água de torneira é baixa (nos EUA a água de torneira é muito segura). Na China, a estratégia é vender água engarrafada para clientes ricos em lojas finas, provocando um aumento nas vendas que eram de US\$ 1 bilhão em 2000 para US\$ 16 bilhões em 2017 (BARLOW, 2015).

É fato que nos países em desenvolvimento a água engarrafada é consumida pela elite, enquanto a maioria da população, que não pode pagar pela água engarrafada, consome água de poços ou fontes frequentemente poluídas. Ademais, a superexploração dos aquíferos tem provocado a diminuição dos lençóis freáticos e a escassez de água (BARLOW, 2009; VIDA..., 2012).

É importante ressaltar que o discurso da Nestlé – marcado pela mercantilização da água, pela exploração de demandas globais crescentes – é um discurso hegemônico, que tem implicações concretas em vários locais do mundo. Por outro lado, o contraponto a esse discurso, ou seja, algumas denúncias de organizações e movimentos mundiais que não têm condições de enfrentar a empresa ou empresas do setor de águas, de forma igualitária, encontra-se praticamente apagado. Por isso mesmo, o discurso da resistência é sempre marginal, com limitações da sua produção, divulgação e consumo.

4.2 Nestlé em São Lourenço

No Brasil, o exemplo mais expressivo da superexploração de água mineral e da resistência a esse processo pode ser acompanhado no município de São Lourenço, no Estado de Minas Gerais.

São Lourenço está localizada no sul de Minas Gerais, em uma região conhecida como Circuito das Águas, em função da grande concentração de fontes de água mineral que levaram ao desenvolvimento do turismo como principal atividade econômica. As águas minerais de São Lourenço são conhecidas mundialmente e constituem um patrimônio histórico e cultural da cidade. As fontes de água estão concentradas no Parque das Águas, que é o principal ponto turístico local, além de planta de exploração e engarrafamento de água mineral.

Em 1890, as águas de São Lourenço foram a primeira água mineral da América Latina a ser engarrafada pela Empresa de Águas São Lourenço. A marca foi adquirida pela *Perrier*

em 1992, que explorava apenas a fonte de água mineral “Oriente”. Em 1994, a empresa suíça Nestlé assumiu o controle da *Perrier* francesa e recebeu a concessão para explorar o subsolo e as águas minerais do Parque das Águas (OLIVEIRA, 2011).

Com tal poder, a empresa passa a construir uma imagem de que a gestão das águas minerais, o parque e a economia local dependem de suas ações, deturpando uma relação de dependência que se origina exatamente no sentido contrário: a empresa depende das fontes de água locais para se colocar no mercado.

Um dos últimos prefeitos de São Lourenço afirma que a empresa *Perrier* mantinha uma estreita relação com a comunidade. Ao adquirir a *Perrier* e se instalar na cidade, a Nestlé não manteve esse nível de relação organização-sociedade e iniciou a exploração acirrada das águas minerais. Segundo ele, toda essa dinâmica causou um questionamento por parte da comunidade (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015).

No início da década de 1990 a exploração das águas minerais para fins comerciais pela Nestlé em São Lourenço se intensificou (OLIVEIRA, 2011), gerando protestos da população sobre alterações no sabor e na vazão das águas do parque. É essencial ressaltar que a legislação brasileira vigente trata a água mineral como minério por estar localizada no subsolo e apresentar componentes minerais, podendo ser explorada até a sua exaustão. A exploração de água mineral é responsabilidade da União que autoriza e monitora sua extração. A fiscalização sobre a exploração é feita pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)⁴, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2016).

Essa intensificação da produção de água engarrafada ocorreu mediante a construção de uma nova fábrica, perfurando, ainda, um novo poço em 1996 (GRUPO AMAR’ÁGUA, 2013). Entretanto, apenas em 1997 a Nestlé encaminhou ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral requerimento informando ter perfurado o poço, denominado Primavera, já em exploração, cuja água apresentava alto teor de ferro (NINIS, 2006). No entanto, o alto teor de mineralização do poço não se enquadrava aos padrões de envase estabelecidos pela legislação brasileira (OLIVEIRA, 2011), razão pela qual a Nestlé solicitou ao DNPM autorização para retirar o ferro da água da fonte Primavera, a fim de poder realizar o engarrafamento e comercialização. A solicitação foi negada após visita dos agentes do DNPM, em 1998, cujo relatório informa que o Código das Águas Minerais não abrange o processo de desmineralização, de forma que a legislação não sustentava tal pedido (NINIS, 2006). A transnacional não se contentou com a decisão do órgão fiscalizador e formulou novo

⁴ Autarquia federal responsável por fomentar a exploração mineral e fiscalizar a atividade conforme o Código de Mineração e o Código de Águas Minerais

pedido afirmando que “ ‘um capricho da legislação brasileira’ impede o aproveitamento da água em questão e solicita que seja desconsiderado o parecer anterior” (NINIS, 2006, p. 117).

Mais uma vez, porém, o pedido foi negado pelo DNPM. Entretanto, no ano seguinte (1999), o DNPM torna a visitar a planta da fábrica e constata que a água do Poço Primavera estava sendo tratada pelo processo de desmineralização e adição de sais, engarrafada e comercializada sem autorização legal (NINIS, 2006), se opondo assim ao artigo 31 do Código de Águas Minerais, o qual afirma ser proibido o comércio de água cuja exploração não tenha sido autorizada (BRASIL, 1945). A Nestlé, por sua vez, afirmava ter autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a comercialização da água que, no entanto, quando questionada a respeito, afirmava não o ter feito (REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, 2013).

Tais ações praticadas pela Nestlé revelam o desrespeito da empresa em relação à legislação brasileira e aos órgãos competentes e fiscalizadores. Juntam-se a essas evidências, em meados nos anos de 1990, reclamações e denúncias de moradores de que a empresa estaria explorando volume de água superior ao permitido pela legislação, acarretando redução da vazão de águas. A superexploração trazia ainda o risco de que águas poluidoras penetrassem o interior dos aquíferos de águas minerais (CPRM, 1998; NINIS, 2006). Assim, as atividades da empresa em São Lourenço, desde 1994, consistem em um processo agressivo, que implicou na superexploração dos mananciais de águas minerais.

Em 1999 a CPRM⁵ (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) publicou um relatório encomendado pelo Governo do Estado de Minas Gerais em que admite a possibilidade de superexploração das águas minerais em São Lourenço pela transnacional Nestlé. No entanto, nenhuma solicitação formal para averiguação desse fato foi feita pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) à Nestlé (NINIS, 2006; OLIVEIRA, 2011).

No início dos anos 2000 a Nestlé começou a explorar a água mineral para produção da água ‘Pure Life’, comercializada na América Latina como Pureza Vital. Esta água mineral, devido a seu alto teor de mineralização, não era compatível com os padrões de envase permitidos pela legislação brasileira. Buscando adequar-se, a empresa passou a desmineralizar a água e adicionar sais artificialmente. A desmineralização das águas não é permitida pela

⁵ Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia com as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Tem como missão gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

legislação brasileira (Código das Águas Minerais), que proíbe a alteração da qualidade das águas minerais (OLIVEIRA, 2011).

A Pureza Vital é fabricada da mesma maneira em todo o mundo pela Nestlé, vendida em 41 países, líder no mercado americano, constituindo o carro chefe da transnacional e a responsável pela maior fatia do faturamento de US\$ 7,4 bilhões no comércio de água no ano de 2014 (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015).

Somente em 2001, foi movido processo pelo Ministério Público Estadual contra a empresa. Segundo Ninis (2006), o Ministério Público foi instigado pelos membros da população envolvidos no grupo a favor das águas minerais de São Lourenço (o Grupo Cidadania pelas Águas, primeiro movimento que surgiu no município em defesa das águas) que denunciaram a exploração predatória das águas minerais da cidade e solicitaram providências por parte da Promotoria Pública.

Em 2006, a Nestlé firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, comprometendo-se a cessar a exploração de água do poço Primavera, mantendo seu funcionamento apenas para abastecer o fontanário destinado ao público do Parque das Águas e também interromper a produção de água purificada adicionada de sais, que se dava por meio de captação de água mineral (*Pure Life*), entre outras cláusulas a serem cumpridas (OLIVEIRA, 2011).

Após a conquista judicial do grupo Cidadania pelas Águas, a transnacional passou a reforçar midiaticamente sua imagem responsável e sustentável. Utilizando o discurso da responsabilidade social, defende o uso sustentável dos recursos hídricos, afirmando controlar rigorosamente a sua utilização em suas atividades e destaca os trabalhos para a preservação e melhoria do Parque das Águas de São Lourenço. Afirma que a história da marca de água São Lourenço se mistura à própria história da cidade e de sua população. Alega promover tanto a Educação como a Preservação Ambiental, desenvolvendo ações em parceria com a população do município (NESTLÉ, 2014). Destaca que gera oportunidades de emprego para a população - cerca de 130 empregos diretos e indiretos na fábrica em São Lourenço, para os processos de captação da água e envase das embalagens. Afirma, ainda, preservar 90 hectares de área verde no parque, além de investir na sua conservação e recuperação, buscando dar visibilidade à cidade como local turístico (LAGUARDIA, 2015; NESTLÉ, 2014). Recentemente, em comunicado oficial, a transnacional afirmou que “a atuação da empresa ocorre de forma totalmente responsável e voltada à preservação dos aquíferos. [...] Sendo assim, a operação segue em condições habituais, com o volume de captação inferior ao que é

autorizado pelo Departamento Nacional de produção Mineral (DNPM), do Governo Federal” (VALIM, 2015).

A mobilização da sociedade local contra a superexploração das águas minerais pela transnacional Nestlé perdura há mais de 15 anos, hoje representada pelo grupo Amar’Água, formado em 2012 por remanescentes do movimento pioneiro (Cidadania pelas Águas) e novos membros.

Consideram as águas minerais parte dos valores e da tradição cultural da população de São Lourenço e, por isso, buscam garantir maior rigor, controle e proteção da área explorada, lutam pela mudança da lei vigente atualmente no país - que considera a água um minério - e a criação de jurisprudência em extrativismo predatório deste recurso natural/bem comum (ALMEIDA, 2014; GRUPO AMAR’ÁGUA, 2013). Esses atores pretendem transformar o Parque das Águas em um Geoparque, garantindo a proteção do subsolo, além de “preservar o patrimônio geológico para futuras gerações, educar e ensinar ao grande público sobre temas relativos a paisagens geológicas e matérias ambientais e prover meios de pesquisas para as geociências; assegurar desenvolvimento sustentável (turismo)” (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2014, p. 1).

Apesar da vitória na justiça, os subalternizados entendiam que todas as ações da empresa eram predatórias e, mesmo com o fim da produção de uma marca de água, a superexploração e todos os seus riscos continuavam. Por isso, já haviam iniciado (em 2013) um processo pedindo o tombamento⁶ do Parque das Águas de São Lourenço. Os subalternizados e agentes do Ministério Público informaram que o tombamento deveria ser oficializado em 2015. Mas, sem qualquer explicação, essa decisão não foi oficialmente divulgada até o terceiro trimestre de 2018.

Para os militantes, a solicitação de tombamento e a expectativa de aprovação já é um êxito, apesar de não ser o objetivo final do movimento, que é a saída da empresa e o fim da exploração das águas no município.

Ainda em 2013, o grupo solicitou a elaboração de um estudo acerca das águas minerais de São Lourenço ao diretor presidente da CPRM (Companhia de Pesquisa de

⁶ Tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural - definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

Recursos Minerais) e, em 2014, conseguiu por meio de petição, que um novo inquérito civil contra a Nestlé fosse instaurado pelo Ministério Público de São Lourenço. Em 2015, o Ministério Público iniciou a preparação de um termo de referência para uma nova avaliação das fontes superexploradas pela Nestlé (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015).

Sob a perspectiva decolonial, entende-se que a instalação da transnacional suíça para exploração de água em países/sociedades periféricas, ex-colônias com histórico de subalternização pela lógica da colonização, bem como a aquisição de marcas que já se tornaram bem-sucedidas no mercado, constitui uma estratégia para colonizar recursos naturais. No que concerne à Nestlé, é a diferença colonial que permite que as relações institucionais, políticas, econômicas e sociais estabelecidas neste contexto favoreçam a manifestação da colonialidade, suprimindo o discurso daqueles que vivem no lado oprimido e explorado da diferença colonial, ou seja, o pensamento de fronteira. A supressão do pensamento de fronteira torna invisível o discurso contra-hegemônico, reforçando a colonialidade, que por sua vez, alimenta a diferença colonial. Embora apagada, quase invisível, marginalizada, a ótica da resistência existe (e resiste) e conquistou algumas batalhas.

Neste sentido, Assis (2014, p. 616) afirma que, no cenário atual, prescindindo de uma dominação política de corte colonial que desconhece a soberania dos povos, as grandes corporações empresariais e os conglomerados financeiros têm se valido do poder econômico para expandir e incorporar novos espaços nos circuitos de acumulação do capital.

A transnacional, utilizando-se do discurso da responsabilidade social, defende o uso sustentável dos recursos hídricos, afirmando controlar rigorosamente a utilização do mesmo em suas atividades e trabalhando para a preservação e melhoria do Parque das Águas de São Lourenço. Procura promover tanto a Educação como a Preservação Ambiental, desenvolvendo ações em parceria com a população do município (NESTLÉ, 2014).

Enquanto reafirma seu discurso hegemônico, buscando construir uma imagem perante a sociedade, a transnacional reforça a colonialidade do poder, reprimindo ou dificultando novas maneiras de produção de saberes e conhecimento do colonizado (pensamento de fronteira) impondo a sua produção, reforçando a diferença colonial.

O discurso de sustentabilidade e responsabilidade social, sob a perspectiva decolonial, se configura como o discurso hegemônico que insiste em tornar invisíveis as diferentes falas ou novas formas de enunciação de ‘outros’ atores que buscam ‘outras’ práticas - uma resposta crítica decolonial situada.

Deste modo, a mobilização social contra a superexploração das águas minerais de São Lourenço (Minas Gerais) pela transnacional Nestlé, sob a ótica decolonial, exerce papel político ao buscar a decolonização do poder, reconstruindo as relações de poder sócio-históricas e culturalmente construídas.

As ações da empresa no município foram marcadas pela ausência de transparência e diálogo com a população local e, em alguns casos, pelo apoio de representantes de órgãos públicos. Não seria possível conhecer suas ações, ilegalidades e prejuízos ao patrimônio natural se não houvesse a intervenção de moradores locais que, a partir de 1997, se organizaram, protestaram, lutaram pelo direito à informação, levaram denúncias à justiça e, apesar da desigualdade de recursos e poder, conquistaram uma grande vitória contra a empresa, o encerramento da produção da água ‘*Pure Life*’⁷ desde 2004.

Sob a opção decolonial e a partir do *lócus* de enunciação, este episódio retrata o poder do pensamento de fronteira dos subalternizados, uma vez que torna visível uma ‘outra’ perspectiva, um ‘outro’ pensamento, divergentes da perspectiva eurocêntrica e dominante, alterando sua condição de subalternidade e invisibilidade. O pensamento de fronteira impactou nas relações de poder historicamente e culturalmente construídas, construindo novas formas de enunciação e conhecimento, provocando fissuras na colonialidade do poder, que insiste em um discurso único hegemônico.

4.3 A resistência em São Lourenço

Para subsidiar o entendimento de que a colonialidade está presente ainda hoje no Brasil e, mais especificamente em São Lourenço, é necessário descrever um breve histórico da formação do município. Essa descrição deixa clara a presença da colonialidade da natureza desde os primórdios da história local.

A colonialidade da natureza se refere à visão binária entre natureza e sociedade, descartando suas relações, julgando-as como mitos, folclores e lendas (WALSH, 2007). “No contexto da modernidade, as relações sociais se baseiam na separação entre nós (subalternizados) e eles (dominadores); entre natureza (entendida como atraso, mito, algo a ser domado) e cultura (o que é produzido nos centros de poder)” (ESCOBAR, 2003, p. 57).

⁷ Água produzida e comercializada ilegalmente, a partir da desmineralização da água do Poço Primavera e do adicionamento de sais.

A crise ambiental indica os limites da moderna racionalidade instrumental,reflete o fracasso da modernidade em articular biologia e história mantendo a capitalização da natureza e do trabalho (ESCOBAR, 2008; LEFF, 2005).

A apropriação capitalista da natureza não envolve apenas a natureza inerte; ao explorar de forma ininterrupta e total os recursos naturais de determinada localidade, ignorando a história, a cultura e as relações sociais nas quais os elementos materiais estão envolvidos, os agentes capitalistas estão exercendo também dominação sobre as pessoas que vivem nesses espaços, sobre os territórios e os projetos autônomos que tais grupos possam desenvolver e implementar. Assim, as lutas em defesa da natureza precisam ser entendidas como lutas em defesa da diferença cultural, ecológica e econômica (CASTRO GOMES, 1998; ESCOBAR, 2008).

Assim como Assis (2014), este trabalho parte do pressuposto de que há uma colonialidade na apropriação da natureza, entendida tanto como resultado da construção no interior da modernidade de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevaiente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial moderno.

A opção decolonial admite que o meio ambiente, assim como os indivíduos, passou por um processo de ocultação pela história descrita pela racionalidade moderna ocidental deslocada. Neste sentido, a história ambiental da América Latina deve ser pensada de maneira mais complexa, buscando superar a abordagem superficial gerada pelo paradigma europeu hegemônico. Para recontar esta história do conceito de ambiente, a complexidade ambiental deve superar as abordagens que dominam o campo das relações entre sociedade e natureza e “problematizar as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura” (LEFF, 2005, p. 13). Este trabalho entende que a história do município de São Lourenço é contada e recontada de maneira colonial, realimentando e sustentando essa colonialidade e que o município constitui terreno fértil para o neoliberalismo.

A cidade mineira de São Lourenço é rodeada por sete colinas e entrecortada pelo Rio Verde. E foi através da bacia do Rio Verde, pelas matas da Serra da Mantiqueira, que se deu as primeiras infiltrações de expedições presididas por primitivos colonizadores e desbravadores do Brasil em busca de riquezas e tesouros. A primeira incursão a atingir o sul de Minas Gerais dos Cataguás – assim denominada por ter sido habitada pelos índios Cataguás ou Cataguases, que, como donos daquelas terras, não permitiam a entrada de homens “brancos” - foi comandada por volta do ano de 1598. Posteriormente, muitos

bandeirantes⁸ atravessaram a Serra da Mantiqueira e penetraram no sul de Minas Gerais e, no local onde hoje é conhecido como o município de São Lourenço, passou a ser ponto de parada habitual dos tropeiros, um acampamento denominado “Pouso de Lourenço” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1957).

Depois, esse mesmo local ficou conhecido como “Fazenda Bomba”, cujas terras pertenciam a Antônio Francisco Viana. Conforme relatos de velhos moradores do município atual, ao sair para caçar o proprietário se deparou com uma nascente de água cristalina e borbulhante, de odor e sabores diversos e exóticos. Descobertas as propriedades terapêuticas das águas, inúmeros curiosos e doentes passaram a visitar o local que ficou conhecido como “Sítio do Viana” ou “Águas Santas do Viana” ou ainda “Sítio das Águas Milagrosas do Viana” (OLIVEIRA, 1987).

Após alguns anos, as terras foram vendidas ao Comendador Bernardo Saturnino da Veiga (de ilustre família residente no município vizinho), que conseguiu junto ao governo do Estado o privilégio de exploração das águas minerais. A concessão em 1889 foi feita pelo primeiro governador do Governo Provisório do Estado de Minas Gerais e posterior presidente do Estado após a Proclamação da República e a concessão oficializada em 1890 pelo segundo governador do Estado de Minas Gerais. Criou-se, assim, a “Companhia de Águas Minerais de São Lourenço” (IBGE, 1957; OLIVEIRA, 1987).

Derrubar a mata, aterrar os brejos, sanear, desviar e retificar cursos de ribeirões, construir pontes, abrir ruas, urbanizar o local, custou à companhia sua venda em 1905. A empresa passa a pertencer a sucessivas firmas como Herm Stoltz & Cia., Companhia Vieira Matos, Banco da Lavoura e do Comércio do Brasil, Empresa de Águas de São Lourenço S/A (OLIVEIRA, 1987).

Em 1935 é definida a zona de proteção das fontes e as obras de “construção do Balneário, do pavilhão das fontes Magnesiana e Alcalina, o término da construção do lago e grandes transformações no sistema de engarrafamento das águas” (OLIVEIRA, 2011, p. 50).

A partir de 1974, o controle acionário da empresa é repassado ao grupo francês *Perrier* impulsionando a produção e comercialização das águas minerais e promovendo a ampliação e revitalização do Parque das Águas, fomentando o turismo na cidade (OLIVEIRA, 2011).

⁸ Os bandeirantes eram homens, principalmente paulistas, descendentes de primeira e segunda geração de portugueses, que a partir do início do século XVI empreenderam várias expedições denominadas de bandeiras, penetrando no interior da América do Sul em busca de riquezas minerais, sobretudo o ouro e a prata, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos. Foram os responsáveis pelo desbravamento do território brasileiro.

Em 1998, a empresa *Perrier* é adquirida pela Nestlé Waters que passou a ser a detentora dos direitos de exploração e do Parque das Águas e da indústria de engarrafamento.

A partir da análise da trajetória histórica de São Lourenço dois fatos importantes merecem ser apontados: o município teve seu nascimento e desenvolvimento vinculado ao processo de exploração de um recurso natural – a água mineral e manter-se economicamente ativo em função das atividades de turismo ligadas ao Parque das Águas. A concessão das águas minerais em São Lourenço sempre esteve nas mãos privadas, diferentemente das demais estâncias do Circuito das Águas cuja gestão hidromineral está nas mãos públicas do Governo do Estado de Minas Gerais. Segundo Ninis (2006, p. 5):

Ocorre uma peculiar distinção nas concessões de exploração da água mineral para envase nas estâncias no Circuito das Águas de Minas Gerais. Em Caxambu, Cambuquira e Lambari, as fontes foram, ainda no século XIX, desapropriadas e decretadas como de utilidade pública. Posteriormente, as concessões foram outorgadas pelo DNPM à Companhia Mineradora de Minas Gerais, COMIG, empresa de economia mista ligada ao Governo do Estado de Minas Gerais. Já no município de São Lourenço a planta industrial de exploração das águas pertence à empresa de Águas de São Lourenço Ltda, propriedade privada, concessionária do direito de lavra, através do Manifesto de Mina DNPM 140, de 20 de setembro de 1935.

Este estudo considera que o exercício da colonialidade do poder nas relações entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral pela Nestlé em São Lourenço, fortalece a posição privilegiada da transnacional nesse contexto particular, desarticulando as investidas do movimento de resistência a esse processo.

Para Quijano (2014) a dominação é essencial para o exercício do poder e a produção de um imaginário mitológico e a naturalização das instituições e das categorias que ordenam as relações de poder que foram impostas pelos dominadores são mecanismos específicos na manutenção desse poder. Para o autor, “no capitalismo eurocentrado, é sobre a base da ‘naturalização’ da colonialidade do poder que a cultura universal foi e continua a ser impregnada de mitologia e de mistificação na elaboração de fenômenos da realidade” (QUIJANO, 2014, p. 112). Assim, é possível inferir que muito da inércia do processo de resistência em São Lourenço é resultado da naturalização de perspectivas e posições de poder, ou seja, dominantes e dominados, vigente nas relações entre os atores sociais considerados nesse estudo.

Apesar dos problemas e riscos da atividade de superexploração de águas em São Lourenço, a empresa insiste em manter suas práticas, garantindo controle dos recursos naturais e, de certa forma, de toda a comunidade, já que a história e a economia do município

giram em torno das águas minerais. Caracteriza-se, assim, uma forma de dominação sobre todo o funcionamento do município, cuja economia e história giram em torno do turismo das águas. Por meio da atividade econômica, a empresa estabelece controle sobre outras dimensões políticas e sociais da coletividade.

Em 2011 um fato acirra ainda mais os conflitos entre o movimento em defesa das águas e a Nestlé. A Prefeitura Municipal de São Lourenço cria um evento para agraciar com comendas personalidades ilustres, que têm atuação em defesa do meio ambiente e a Nestlé está nesse grupo, definida “como protetora do Parque das Águas”. O evento, ocorrido próximo ao Dia Nacional da Água, levou para as ruas cidadãos, militantes e ex-integrantes do movimento em defesa das águas. Com cartazes e palavras de ordem, o movimento mostrou sua indignação contra a premiação de uma empresa que explora além dos limites, as águas minerais do município. No entanto, essa parece ter sido uma manifestação pontual, que agregou vários participantes, mas que não teve continuidade.

A estratégia dos subalternizados em defesa de São Lourenço circunscreve-se a basicamente três tipos de ações: as manifestações nas ruas, as ações públicas e a atuação nas redes sociais e mídias locais, todas com o objetivo de denunciar os impactos causados pela corporação, seja pela informação, sensibilização ou mobilização da comunidade para angariar força na resistência.

Três grandes momentos marcam as vitórias desses grupos: o abraço no parque, a extinção da *Pure Life* e a solicitação de tombamento dos recursos hídricos do Parque das Águas. Essas conquistas foram o resultado do primeiro movimento que surgiu no município em defesa das águas - Cidadania pelas Águas – e do movimento extinto atualmente, Amar'água, formado por remanescentes do movimento pioneiro e novos membros.

O trabalho de desconstruir a imagem da Nestlé se dá por meio da divulgação pessoal e nas redes sociais, de ações nocivas da empresa em outros locais, que o movimento acompanha.

Dessa forma, o movimento usa de redes de troca de informações e cooperação (GOHN, 2008) como instrumento importante de construção da luta. Tais redes têm ramificações nacionais e internacionais que ofereceram suporte à luta em defesa das águas em São Lourenço. Nesse sentido, as redes sociais são um instrumento importante para legitimidade e apoio ao movimento.

A desconstrução da imagem da empresa, no entanto, não é o único foco de atuação da empresa. É no âmbito local que o movimento enfrenta mais diretamente (e cotidianamente) a empresa e vivencia os problemas causados por ela.

Essa forma de enfrentamento se dá a fim de conscientizar a população local (bem como turistas) para a importância de se preservar as águas minerais do município (e a água de forma geral), bem como dos males que a superexploração das águas pela Nestlé tem produzido.

O local tem grande importância na medida em que os subalternizados, que também são moradores de São Lourenço e região, estão imersos num conjunto de relações sociais que podem facilitar ou dificultar suas vidas. Além disso, apesar do tamanho reduzido do município, a opinião e o suporte dos moradores é um estímulo importante para a continuidade do movimento. A pressão da população local poderia facilitar o apoio dos órgãos públicos e políticos para o movimento.

Dentre as ações locais, passeatas e manifestações públicas são as mais comuns e às quais aderiram maior número de pessoas.

A participação em manifestações públicas dá uma visibilidade mais intensa para o movimento de resistência. A informalidade de uma passeata atrai pessoas que não querem se comprometer formalmente com nenhuma iniciativa, mas que têm simpatia pela causa.

Mesmo quando não há grande mobilização, os membros do grupo usam espaços públicos para coletar assinaturas em abaixo-assinados e outros documentos que são encaminhados para órgãos públicos e agentes legais. Essa forma de ação dá suporte, portanto, para as denúncias realizadas pelo movimento, que tem como foco a legalidade das ações da empresa.

Em 2001 ocorreu a maior manifestação em defesa das águas no município, momento que data a criação do movimento Cidadania pelas Águas e que contou com a presença da população local e de turistas.

Esse movimento fluido, público, teve grande adesão, mobilizou e estimulou outras ações dos subalternizados, que aproveitaram o “abraço ao parque” para coletar assinaturas num abaixo assinado de repúdio à superexploração das águas minerais.

Mas, segundo relatos de alguns poucos veículos de comunicação que noticiaram os conflitos em São Lourenço (KLEIN, 2012) e de subalternizados, a mídia que atinge um volume maior de pessoas não divulgou a manifestação, embora estivesse presente na mesma e inclusive entrevistado alguns militantes da resistência.

As denúncias são mecanismos que buscam mudar a visão da sociedade sobre a atuação da empresa em São Lourenço e pressionar políticos, órgãos técnicos e consumidores a interferir na superexploração de águas minerais. O foco não é a imagem da empresa ou a importância das águas e mobilização, mas, sobretudo, a legalidade das ações da empresa,

aspecto que permite maior interação com órgãos de fiscalização, podendo levar a uma punição da empresa. Assim, como os subalternizados não têm poder de deter a empresa (sequer conseguem dialogar com ela), eles levam até aqueles que têm poder e argumentos para que a empresa possa ser detida.

No mesmo ano (2001), o movimento Cidadania pelas Águas iniciou as primeiras denúncias junto ao Ministério Público, culminando na abertura de uma ação civil pública contra a Nestlé solicitando o encerramento da produção da água *Pure Life*.

Após a instauração dessa ação pública, uma audiência pública foi marcada em São Lourenço para ouvir os interesses da população em relação às atividades desenvolvidas pela transnacional (produção *Pure Life*). Estiveram presentes nessa audiência pública: representantes do governo federal, estadual e municipal, representantes da Nestlé e representantes do Movimento Cidadania pelas Águas. Durante a audiência, a Nestlé apresentou um documento elaborado previamente se comprometendo a transferir a produção da água *Pure Life* para outra localidade (GRUPO AMAR'ÁGUA, 2013).

É essencial para o desenvolvimento da proposta deste trabalho, lançar um olhar sobre a manifestação da colonialidade nas relações entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral no município de São Lourenço viabilizada por meio de enlances políticos entre Nestlé e órgãos de fiscalização/município/Estado e mídia, ou seja, a orientação de comportamento e estrutura de determinados grupos sociais se vincula aos interesses e associações econômicas e político-sociais (CARDOSO; FALETTO, 2010).

Os membros dos movimentos de resistência percebem e apontam os enlances políticos entre o órgão fiscalizador responsável - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) – e a transnacional, uma vez que as solicitações de fiscalização e estudos feitas pela população ao DNPM foram negadas e, o mesmo, não solicitou nenhuma explicação a Nestlé quanto à constatação de superexploração das águas minerais feita pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). Segundo a Amar'Água, “o órgão fiscalizador atual - DNPM - defende, há anos, claramente, os interesses econômicos da empresa” (GRUPO AMAR'ÁGUA, 2013, p. 6). Tal afirmativa pode ser comprovada pela declaração de um dos recentes prefeitos de São Lourenço: “O tombamento vai engessar melhorias no parque. Precisamos é de uma boa política de relacionamento com a Nestlé e com os órgãos fiscalizadores. O parque das águas sempre será privado” (ALMEIDA, 2014; OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015).

Por meio dos dados expostos, evidencia-se que essa forma de associação determina uma relação econômica e político-social entre diversos atores, garantindo uma situação de

domínio que se mantém estruturalmente. Nessa relação de interdependência política e econômica, aquele que detém o capital impõe seus interesses e acaba por subjugar o “outro”.

A colonialidade do poder é o conceito de que as relações de colonialidade no âmbito econômico e político não findaram com a destruição do colonialismo. Essa perspectiva é tratada por Grosfoguel (2008, p. 126):

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Essa suposta relação de conviência entre fiscalização/Estado/Nestlé já foi apontada, conforme denúncia feita pela resistência quanto ao envolvimento político do DNPM com a transnacional, o que pode ser facilmente justificado pelo interesse econômico proveniente da CFEM.

A contribuição proveniente de toda água mineral vendida e extraída - Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) - é feita pelo Governo Federal. Essa contribuição corresponde a uma alíquota de até 3% do faturamento líquido da nota. A compensação é distribuída ao Estado (23%), União (12% - sendo 9,8% para o DNPM) e município (65%) (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2016). Em São Lourenço, a compensação é composta quase em sua totalidade pela exploração da água mineral, enquanto uma pequena parte é composta pela exploração da areia (R\$540,02 em 2014 e R\$ 851,28 em 2015) (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2016).

Segundo balanço divulgado no portal de transparência da prefeitura, São Lourenço recebeu da União R\$ 411.118,32 em 2014 em CFEM e R\$ 481.926,06 em 2015. No entanto, no site do DNPM, é informado que o CFEM gerado a partir da comercialização da água em São Lourenço foi R\$ 632.031,25 em 2014 e R\$ 768.561,33 em 2015. Identifica-se, nestes valores oficiais publicados, uma discrepância sem justificativas (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2016; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, 2016).

A relação poder público municipal/Nestlé também está (logicamente) associada à questão da contribuição CFEM. Além disso, ao avaliar os benefícios oferecidos pela transnacional ao município, o prefeito aponta a conservação do Parque das Águas, que alega ser o centro do turismo na cidade e vai além: afirma que sua gestão deve ser privada, pois julga o poder público inadequado para essa função (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015).

A relação mídia/Nestlé também deve ser tratada para a composição da relação analisada. O grupo Amar'Água afirma que a Nestlé conseguiu impor uma “cortina de fumaça entre os acontecimentos de São Lourenço e a mídia nacional” (GRUPO AMAR' ÁGUA, 2013, p.15) e que essa cortina foi rompida em 2001 quando o jornal Estado de Minas, de circulação estadual e nacional, veiculou uma reportagem sobre as irregularidades apontadas pelo grupo. A mídia internacional, no entanto, deu grande ênfase às denúncias (OLIVEIRA, 2011).

Como referência internacional ao caso, apresenta-se a mensagem no prefácio do livro de Barlow e Clarke (2003, p. xxi):

Na região sul do Estado de Minas Gerais, os cidadãos compraram uma briga contra a exploração descontrolada das fontes de água minerais, que, com seus componentes curativos, atraem turistas do mundo inteiro. As preciosas águas estão ameaçadas porque são engarrafadas como água mineral de mesas. Segundo líderes ambientalistas da região, para transformar esta água com propriedades especiais em água de mesa, são captados um milhão de litros do líquido por dia somente em um poço, colocando em risco a capacidade do lençol de água subterrâneo. Os protestos contra esse processo foram liderados pelo movimento Cidadania pelas Águas, um grupo voluntário que apontou irregularidades nestes procedimentos e acionou a Suíça Nestlé. A multinacional, que possui direitos de uso das fontes na cidade de São Lourenço, é acusada de exploração indevida para a produção e comercialização da água *Pure Life* no Brasil. O processo está tramitando no Ministério Público Estadual.

Uma análise das críticas, demandas e conquistas do grupo Amar'Água permite perceber que “a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação” (FREIRE, 2013, p. 57), provoca uma superação dos entraves estruturais já discutidos e a instalação de uma nova/outra realidade concreta. A conquista do grupo fez com que a produção da Pureza Vital em São Lourenço, o “carro chefe” da transnacional, responsável pela maior fatia de seu faturamento em 2014 e produzida em 56 países (OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA, 2015) fosse proibida e encerrada em São Lourenço.

Apesar da configuração assimétrica do poder pendente para a Nestlé (interesses políticos entre transnacional e órgãos de fiscalização/município/Estado e mídia), a construção e compartilhamento da imagem de “exterminadora” e “infratora” da empresa, e visibilidade da evidência de dissimulação discursiva e autoimagem construída, alterou a legitimidade do discurso da Nestlé em relação à preservação dos recursos naturais que explora. A dinâmica dessas articulações e movimentos é contínua e permite evidenciar o caráter fluido e mutante que as relações de poder podem assumir nos espaços sociais.

Segundo os subalternizados, o engajamento da sociedade em geral, ao movimento de resistência, é minado pelas relações de poder estabelecidas e já discutidas nesse trabalho.

Embora haja evidências de atuação negativa da empresa em São Lourenço (NINIS, 2006; OLIVEIRA, 2011; PORTELA, 2011) e no mundo (LAMANA, 2010; ROSEMANN, 2016; VIDA... 2012) a empresa tem forte presença em diferentes mercados e uma tradição pouco questionada. Segundo os entrevistados, mesmo no município de São Lourenço, os moradores valorizam a presença da transnacional e, muitas vezes, se voltam contra os subalternizados quando esses denunciam as ações da empresa. Há casos de moradores, empresários, que participaram do movimento em sua origem mas desistiram com medo de represálias por parte da empresa.

Dando prosseguimento às análises propostas, a próxima seção trata da análise textual das entrevistas de história oral.

5 AÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO NO DISCURSO DA RESISTÊNCIA À SUPEREXPLORAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS PELA NESTLÉ EM SÃO LOURENÇO

A análise textual constitui apenas uma das etapas da análise do discurso. Para cumprir essa etapa de microanálise, recorreu-se a categorias de ADC para análise textual. Sendo assim, para cumprimento dessa etapa, as entrevistas de história oral foram analisadas neste capítulo como parte do evento social específico da superexploração de águas minerais em São Lourenço pela Nestlé.

Nas práticas sociais cotidianas, o discurso é utilizado de três maneiras simultâneas e dialéticas: para agir e interagir, para representar aspectos do mundo e para identificar os outros e a nós mesmos. Assim, concebendo o texto como parte de eventos específicos, situa-se a análise textual na interface entre significado acional (gêneros), significado representacional (discursos) e significado identificacional (estilos) (RAMALHO; RESENDE, 2011). “O objetivo da análise textual é investigar conexões, em termos de causa e efeito, entre aspectos discursivos e não discursivos do problema de pesquisa, de forma a complementar a macro análise social” (RAMALHO, 2008, p. 144).

Esses três tipos de significados associam-se a gêneros, discursos e estilos, ou seja, o significado acional do discurso está associado a gêneros - modos de (inter) agir discursivamente; o significado representacional do discurso está associado a discursos - modos particulares de representar aspectos do mundo; e o significado identificacional do discurso está associado a estilos- modos de identificar (-se) (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Torna-se essencial nesse momento do trabalho, retomar o conceito de gêneros como “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular”; discursos como “tipos de linguagem usados para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular” e estilos como “tipos de linguagem usados por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua identidade” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63). Por meio da verificação e articulação dos gêneros, discursos e estilos utilizados nos textos, é feita a conexão entre o evento social concreto e as práticas sociais mais abstratas.

Para cumprir essa etapa de microanálise, recorreu-se a categorias de ADC para análise textual.

Categorias analíticas são, portanto, formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter) agir e de identificar (-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas podemos analisar textos buscando mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112- 113).

Para tanto, esse trabalho utilizou categorias linguístico-discursivas de análise textual propostas pela ADC com base na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) desenvolvida por Michael Halliday na década de 1980.

Essa teoria (LSF) propõe, segundo Melo (2010, p. 157):

Que o significado das estruturas linguísticas não pode ser dissociado do valor social que possui e que as realizações textuais desses significados devem ser incluídas no escopo da descrição gramatical. Além disso, registrou que o funcionamento dos textos tem uma organização triádica e simultânea, isto é, possui três metafunções responsáveis pelo valor social da linguagem, são elas: textual, ideacional e interpessoal.

A partir dos interesses da ACD de estudar não apenas o texto em si, mas sua interação com a estrutura social, Fairclough (2001, 2003) reconfigurou e ampliou o diálogo com essa teoria e propôs uma relação entre as metafunções de Halliday e os conceitos de discurso, gênero estilo da ADC, substituindo essas funções por três tipos de significados: representacional, identificacional e acional.

Fairclough (2003) destaca que esses significados discursivos, assim como os gêneros, discursos e estilos possuem especificidades, mas não se excluem ou se reduzem a um só, mantendo uma relação dialética.

Por meio da análise de diferentes gêneros, discursos e estilos presentes nos textos e da maneira como esses elementos do momento semiótico da prática de resistência são articulados, foi possível avaliar o posicionamento desses textos na luta hegemônica frente à ideologia e práticas sociais neoliberais.

Evidentemente, as análises não abrangem todos os recursos linguísticos dos textos e nem tampouco esgotam as discussões acerca das categorias analíticas em foco. Entretanto, as análises realizadas foram suficientes para atingir o objetivo de localizar, nos textos, marcas de outros momentos das práticas sociais envolvidas na super exploração de águas minerais pela Nestlé em São Lourenço.

Cabe ressaltar que, conforme orientado por Fairclough (2003), a escolha das categorias analíticas não se dá *a priori* e sim como consequência do próprio texto e das questões levantadas na pesquisa.

Além de explorar o gênero entrevista, desejou-se investigar os discursos particulares que nele são produzidos e seus possíveis investimentos ideológicos na instauração e sustentação da identidade dos subalternizados.

As entrevistas acadêmicas analisadas nesse estudo abrem espaço para a voz dos subalternizados e são focalizadas em termos de seu aspecto acional, identificacional e representacional dos textos - centrais às análises de dados desta pesquisa- e serão objeto da próxima seção.

5.1 Discursos de resistência como ação: o gênero entrevista acadêmica

Tal como abordamos anteriormente, gêneros discursivos correspondem a modos de agir e interagir no curso de eventos sociais, ocorrendo em contextos específicos, envolvendo diferentes agentes que os produzem e consomem (leem e interpretam) (FAIRCLOUGH, 2003).

O gênero discursivo desencaixado, como a entrevista, por exemplo, corresponde a “realizações linguísticas concretas que transcendem redes particulares de práticas. [...] Esses gêneros desencaixados, quando alçados em práticas particulares, dão origem aos gêneros situados” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 63). Assim, os textos que compõem o *corpus* de análise desse estudo se caracterizam como gêneros situados – entrevista acadêmica.

A grande maioria das entrevistas consistem em interações orais, elaboradas, de maneira geral, oralmente, para então serem transcritas e publicadas (HOFFNAGEL, 2002). Assim como as entrevistas feitas para essa pesquisa, ou seja, inicialmente oralmente e gravadas para então serem transcritas e analisadas.

Esse gênero discursivo abre espaço para a voz dos subalternizados, que, conforme perspectiva crítica das abordagens teóricas adotadas nesse trabalho (Decolonial e ADC) constitui a voz do “outro”, daquele que ocupa uma posição desprivilegiada nas relações de poder estabelecidas na superexploração de água mineral pela Nestlé em São Lourenço. Esse “outro” é caracterizado nesse estudo pelos subalternizados, atores sociais cujas experiências e pontos de vista foram muitas vezes deslegitimados em favor dos discursos e estratégias corporativas (ASSIS, 2014; CÉSAIRE, 2010; FANON, 2010; MEMMI, 1977).

Ao considerar que os gêneros discursivos são socialmente, historicamente e culturalmente construídos e situados; que possuem propósitos específicos como forma de ação social; e seu domínio, manipulação e circulação dependem do poder de quem o produz/reproduz (MARCHUSI, 2008), fica evidente essa abertura de espaço para a voz dos

subalternizados. Como ocupam uma posição desprivilegiada nas relações de poder estabelecidas na superexploração de água mineral pela Nestlé em São Lourenço, os subalternizados não dispõem de gêneros discursivos que constituam formas de ação no contexto em que ocorrem, de modo a desafiar e transformar as relações sociodiscursivas de controle e poder.

Isso não significa que os subalternizados identificados nesse estudo não busquem alternativas de incorporação de seu discurso contra-hegemônico. O que ocorre é que as tentativas de incorporação desse discurso em outros gêneros como por exemplo, o endereço eletrônico, o *weblog*, jornais, etc., foram enfraquecidas pelo discurso hegemônico conforme relatado nesse trabalho (prática particular). Algumas das informações fornecidas por meio desse gênero (entrevista acadêmica) já circularam em outros gêneros como blogs, sites, mídias paralelas, no entanto, essa circulação é limitada, o que contribui para o controle social do discurso hegemônico.

Sendo assim, o gênero discursivo entrevista acadêmica, permite que o discurso dos atores sociais subalternizados circule em espaços particulares, até mesmo restritos, como na atividade discursiva da vida acadêmica e seus gêneros, como esta tese por exemplo. Se esta tese permite que o discurso produzido pelos subalternizados circule e seja consumido nesse espaço particular (acadêmico), a redação da mesma em terceira pessoa se justifica aqui como modo de expandir ainda mais a circulação desse discurso dentro dos espaços acadêmicos “formatados”.

Cabe ressaltar que, durante as entrevistas, os entrevistados se comportaram de maneira agitada, ansiosa e até mesmo angustiada diante da pesquisadora e, principalmente, diante da possibilidade de serem legitimamente ouvidos.

Entre as categorias relacionadas ao significado acional, ou seja, moldadas por gêneros, este trabalho destaca a intertextualidade.

5.1.1 Intertextualidade

Intertextualidade diz respeito à “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

Constitui-se uma categoria analítica acional, uma vez que é um traço textual moldado por gêneros. Por se tratar de uma questão de recontextualização, a seleção e representação de vozes nessa recontextualização evidencia a posição política desse evento discursivo particular

inserido na rede de práticas sociais, contestando ou reforçando práticas ou relações hegemônicas existentes (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Partindo do pressuposto de que mesmo um texto monológico articula diversas vozes (BAKHTIN, 2002), entende-se que a intertextualidade abriga possibilidades na combinação de vozes articuladas ao texto, como o discurso direto (citação fiel do que foi dito) ou a paráfrase (discurso indireto, resumo do que foi dito, sem uso de palavras exatas), por exemplo.

Inicialmente, para se estudar a intertextualidade, é necessário verificar quais vozes são incluídas e quais vozes estão ausentes, buscando investigar a relação entre as vozes articuladas, ou seja, relações harmoniosas ou conflituosas entre os textos. De acordo com Fairclough (2001, p. 29), “a presença de uma voz específica, articulada de maneira também específica, em vez de outras, sinaliza o posicionamento do texto em lutas hegemônicas”.

Ao analisar as instâncias de articulação da voz de Catarina, percebe-se que a mesma parece ter escolhido vozes da resistência para incorporar à sua entrevista, entrelaçando essas vozes à sua narração do evento ocorrido.

Para melhor visualização das instâncias de articulação de voz de Catarina (2017), utilizou-se *itálico* para as ocorrências de discurso direto e sublinhado para discurso indireto.

Ao ser convidada a descrever sobre seu engajamento na luta pela água mineral de São Lourenço contra a superexploração pela transnacional, Catarina (2017) relata:

Nesse momento eu tinha uma loja de produtos naturais dentro do Parque das Águas, e eu via o que estava acontecendo algo muito estranho, as fontes vira e mexe fechadas, manutenção, como até hoje, só que hoje mais que antes, né? [...] E lá dentro, algumas pessoas começaram, que frequentavam, a questionar a gente que trabalhava: “*Gente, vocês não vão fazer nada? As águas estão... Estão fechando as águas! O que está acontecendo?*”

Acho que é Samuel, tinha um programa na televisão local, e levantou essa questão e levou, entrevistou as vereadoras, falando o que estava acontecendo algum negócio sério[...]. E eu tinha nesse momento um grupo [...] de mulheres, com as quais a gente trabalhava com pontos, pontos de malhas e tals e era um grupo muito forte, e uma das pessoas desse grupo me falou que estava acontecendo isso. E eu levei pro grupo e todo muito se entusiasmou, assim então... “*A gente precisa fazer alguma coisa*” A gente viu o vídeo, viu que o negócio era sério “*Então não, a gente precisa aumentar esse movimento*”.

E tinha na época, não sei se ainda tem uma ONG que chamava “Vida São Lourenço Viva”, da qual eu fazia parte porque eu fui na, na reunião original, na primeira reunião que eles tiveram que foi no Hotel Brasil, tava lotado de gente, e lá eles falaram da missão, que a missão deles era as águas

minerais. “*Bom, o Vida São Lourenço Viva, a missão deles é as águas, então vamos lá!*”.

Ai nós, eu fui numa reunião deles, com esse intuito, perguntar se não dava pra selar essa reunião sobre as águas para ver o que estava acontecendo de fato. É... Eu levei um susto com a recepção, que eu falei “*Bom gente, eu não estou pedindo nada pra mim. Eu estou pelas águas minerais*”

E ai, nisso o “fulano de tal”, que pertencia ao Vida São Lourenço veio me procurar pra “*Oh, eu estou achando tudo muito estranho, acho que o que você está falando tem tudo a ver. O que a gente viu no programa tem tudo a ver, as denúncias verdadeiras tem tudo a ver*”.

Ao ser convidada a descrever o processo de “fundação” do movimento Cidadania pelas Águas e suas ações na luta pela água mineral de São Lourenço contra a superexploração pela transnacional, Catarina (2017) relata:

Fizemos um livro de assinaturas para entrar com uma ação no poder público. Essa ação pública foi muito legal. Foi dando frutos, eles fizeram umas reuniões repetidas, as audiências públicas aqui cheio também, fora muito bom. E, e chegou na época o representante da Nestlé no Brasil, o nome dele, que agora eu não me lembro. E ele estava presente, a Nestlé vinha ver todo mundo nessa audiência, e alguém perguntou “*Mas escuta, se as águas acabarem? Como que vocês vão fazer?*”. Ele respondeu assim com essas palavras, que não estão registradas, mas eu estava lá presente com várias pessoas para testemunhar: “*Nós desmanchamos a fábrica e vamos embora. Nosso interesse não é turístico, é comercial*”.

Esse levantamento das instâncias de articulação da voz de Catarina no texto e dos modos como a relação intertextual se estabelece (por meio de discurso direto ou discurso indireto), permite perceber que o discurso direto como modo de articulação da voz de Catarina é utilizado quando o assunto é a superexploração das águas minerais pela Nestlé, em instâncias que apresentam uma visão vigilante sobre as condições físicas das águas e quando se relatam as mobilizações em defesa das águas, posicionando-se como seus guardiões.

Catarina não usa a voz direta para se referir às ações da transnacional, salvo uma única instância de articulação de voz, quando se refere, justamente, à visão puramente comercial que a empresa possui, representado pelo excerto: “*Nós desmanchamos a fábrica e vamos embora. Nosso interesse não é turístico, é comercial*”.

Mais interessante ainda notar que, nesse único momento em que Catarina articula a voz da transnacional, além de estabelecer a relação intertextual por meio de discurso direto, ainda faz questão de expressar, reafirmar verbalmente, que foram aquelas as palavras utilizadas pelos representantes da Nestlé. Ao comparar as vozes articuladas no texto de Catarina, é como se a mesma quisesse passar ao ouvinte/leitor a frieza, a indiferença, a

maldade da empresa em relação às águas minerais, principalmente se comparada (voz Nestlé) com as vozes “guardiãs” (vozes resistência) das águas e vozes “vigilantes” (população, turistas) das águas. Percebe-se aí uma tensão entre os textos, representando duas diferentes perspectivas com seus respectivos interesses e objetivos. Para além da questão gramatical, deve-se considerar a relevância do processo ideológico (disputa hegemônica) presente nessa representação do discurso. Se de um lado a representação da resistência se faz enquanto protetora das águas, de outro, a perspectiva puramente capitalista e comercial da transnacional é expressa no discurso forte, ideológico e hegemônico (alicerçado sobre o neoliberalismo): *“Nosso interesse não é turístico, é comercial”*.

Essa postura puramente capitalista adotada pela transnacional em relação à exploração comercial das águas minerais remete ao conceito de colonialidade da natureza, manifesta na medida em que terra, florestas e água são vendidas como se fossem estoques, para empresas privadas, em um processo de desapropriação em larga escala (ACSELRAD, 2013). A colonialidade está na priorização dos interesses comerciais da Nestlé em São Lourenço, demarcados pela superexploração das águas minerais em detrimento a qualquer outro tipo de relação que os moradores do município tenham com a água e com o lugar, desrespeitando a história local.

O discurso indireto é a opção de Catarina (2017) ao se referir à superexploração das águas minerais pela Nestlé, mas sempre utiliza o discurso direto no mesmo período como complemento a essa informação, reforçando essa informação. A análise do aspecto da intertextualidade nos trechos selecionados permite observar abertura da diferença (trazer outras vozes para o texto) pela observação de um alto grau de dialogicidade com as vozes recontextualizadas (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Assim, nota-se que a locutora sistematicamente opta por articular a voz da resistência com a atualização (supostamente) exata de suas palavras quando essas palavras reforçam as ações de vigilância/ mobilização em favor das águas minerais. Essa decisão (no nível da ação discursiva) tem efeito na identificação da resistência e na legitimação de formas particulares de se compreender o problema da superexploração das águas minerais pela transnacional.

A seção seguinte busca analisar as entrevistas de história oral segundo o significado representacional da semiose, em termos de discursos manifestos por meio de representação dos atores sociais.

5.2 Discursos de resistência como representação

Entre as categorias relacionadas ao significado representacional, ou seja, moldadas por discursos, este trabalho destaca a representação dos atores sociais. Os diversos modos pelos quais atores sociais podem ser representados em textos são discutidos sociologicamente por Van Leeuwen (1997). São numerosas as categorias ligadas a realizações linguísticas específicas levantadas pelo autor acerca da representação de atores sociais em textos e nem todas mostram-se relevantes para as análises propostas nesse estudo. Sendo assim, serão detalhadamente discutidas apenas as categorias de realizações linguísticas identificadas no texto em análise,

Os atores sociais envolvidos em eventos e práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles podem ser analisadas, em textos e interações, de um ponto de vista representacional, em termos de que atores e atividades são incluídos ou excluídos na representação, e a que atores e atividades incluídos é dada proeminência (RESENDE, 2008, p. 263).

As representações podem incluir ou excluir atores sociais dependendo dos interesses particulares envolvidos no contexto da representação, de modo a ofuscar ou enfatizar a sua responsabilidade na ação ou atividade. Caso sejam incluídos em representações, os atores sociais podem ser ativados (responsáveis pela atividade) ou apassivados (receptor da atividade), podendo ser representados de maneira generalizada ou identificável, pessoal ou impessoal (RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2008).

Para analisar como os entrevistados representam linguisticamente a Nestlé no evento de superexploração de águas minerais em São Lourenço, a pesquisadora teceu uma ordem cronológica dos fatos a partir das três entrevistas de história oral onde pôde identificar de que maneira os entrevistados se referiam à Nestlé. Particularmente, a entrevista da fundadora do “Cidadania pelas Águas” foi que a possibilitou a construção mental cronológica da pesquisadora para identificação dessa representação. As entrevistas com os outros dois militantes foram complementando as informações necessárias para que todo o processo cronológico fosse construído informalmente para análise dessa categoria. Não foi intuito da pesquisadora identificar as representações dos atores sociais presentes nos textos, e sim as mais proeminentes.

A análise da representação da transnacional pelos militantes permitiu identificar que os mesmos atribuem à empresa um papel de ativação desse ator na representação discursiva, enfatizando sua responsabilidade em eventos ou seu papel em relações sociais.

Inicialmente, a empresa é identificada (inclusão) por nomeação, ou seja, pelo seu nome próprio.

E nessa época a briga era porque a gente tinha uma água que a gente não sabia, e que ficou evidente que a Nestlé é a dona (CATARINA, 2017).

Nesse momento, quando a Nestlé está se instalando no município, os subalternizados identificam a empresa de maneira formal, como legítima dona das águas. A colonialidade do saber se reflete na ideia de que a vivência e história são desvalorizadas diante de uma determinação (saber) externa e hegemônica.

No entanto, à medida que todas as entrevistas se desenvolviam e os militantes iam se expressando, a maneira como se referiam à Nestlé ia se alterando. Por exemplo:

Nisso a gente descobriu que eles estavam fazendo uma água (...) Aí ficou evidente que era uma água feita por osmose reversa. Eles tiravam a água mineral e transformavam numa água que eles chamavam de *Pure Life* (CATARINA, 2017).

Esse excerto exemplifica que a representação da Nestlé começa a sofrer alterações, passando a ser identificada de maneira específica (especificação) e representada por categorização, ou seja, pela função que desempenha na prática ou no evento social. Dentro dos tipos fundamentais de categorização, identifica-se que os atores sociais são definidos por identificação, ou seja, em termos do que são. E dentro dos tipos de identificação são definidos por meio de identificação relacional, apresentando os atores sociais em termos das relações pessoais, de parentesco ou de trabalho que têm entre si.

Essa é a representação mais latente atribuída à transnacional pelos militantes da resistência envolvidos na superexploração de águas minerais em São Lourenço, a identificação relacional. Essa representação é muito recorrente em todas as entrevistas de história oral marcada pelo uso constante do pronome pessoal ‘eles’. Os subalternizados, ao se referirem ao movimento, utilizam ‘a gente’, guardando uma estreita relação com o pronome pessoal ‘nós’. É interessante notar, aqui, que há uma “outroficação” presente nas falas, onde a transnacional é o outro que se estabelece nas relações entre o movimento e a Nestlé envolvidos no evento social em foco. Não se trata apenas de uma categorização/identificação relacional em termos de relações pessoais, e sim uma questão de identidade.

Para explorar essa relação, o próximo tópico irá tratar de questões relacionadas ao sentido identificacional presente nos textos.

5.3 Discursos de resistência como identificação

Entre as categorias relacionadas ao significado identificacional, ou seja, moldadas por estilos, este trabalho destaca a avaliação, a metáfora, a modalidade e a identidade.

5.3.1 Avaliação

“A avaliação corresponde a apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172).

São significados identificacionais que podem ser materializados em traços textuais como afirmações avaliativas, afirmações com verbos de processo mental afetivo e presunções valorativas.

As afirmações avaliativas são afirmações acerca do que é considerado desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante cujo elemento avaliativo pode ser mais explícito – representado por atributo, advérbio ou um sinal de exclamação ou menos explícito, ou seja, pressuposto, não afirmado (FAIRCLOUGH, 2003)

As afirmações afetivas “são afirmações com processos mentais afetivos, que envolvem eventos psicológicos como reflexões, sentimentos e percepções” (HALLIDAY, 1994, p. 106). Marcam afirmações do autor como "eu *detesto* isso", "eu *gosto* disso", "eu *adoro* isso" (RESENDE; RAMALHO, 2006).

As presunções valorativas são os casos em que a avaliação é mais implícita, ou seja, “não é engatilhada por marcadores relativamente transparentes de avaliação, em que os valores estão mais profundamente inseridos nos textos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 80).

As entrevistas apresentaram repetidas afirmativas avaliativas explícitas:

Eles são bandidos! (WALTER, 2015).
Eles são mesquinhos! (MARIA, 2015).

De acordo com Fairclough (2003), como constituem significados identificacionais, moldados nessa pesquisa pelo gênero entrevista acadêmica, as avaliações revelam perspectivas da Nestlé como má, indesejável (atribuição negativa como bandidos, mesquinhos, com exclamação) Ao enfatizar esses aspectos negativos, muitas vezes encobertos

pela ideologia hegemônica neoliberal, as vozes subalternas expressas de maneira livre no gênero entrevista acadêmica, buscam deslegitimar a ideologia operada pela transnacional.

Ao serem indagados sobre as ações ou estratégias de responsabilidade social da empresa junto à comunidade (discurso midiático recorrente da transnacional em relação à exploração e comercialização das águas minerais em São Lourenço) comprovados na prática, Walter (2015) responde:

Nenhum, nenhum. É só propaganda mesmo que eles usam, eles não fazem nada aqui. Que eles dessem cinquenta mil por mês pra alguma instituição seria pouco, seria esmola perto do lucro que eles retiram daqui, não só perto do lucro, perto do estrago que eles vão fazer o município herdar.

Aqui é possível perceber uma presunção valorativa, em que a palavra “esmola” constitui um avaliador implícito, com conotação negativa latente. Isso permite verificar que a transnacional é representada no texto como uma instituição avaliada negativamente em sua relação com a localidade na qual está inserida, o que se percebe na classificação dessa relação como um “estrago” ao município.

As avaliações ajudam a perceber que o discurso dos subalternizados localizados social, cultural e historicamente é de quem se posiciona desfavoravelmente frente à superexploração de água mineral em São Lourenço pela Nestlé, atuando, assim, ideologicamente contra as relações assimétricas de poder (colonialidade) implicadas no problema social, uma vez que essa superexploração é desnaturalizada.

Retomando a importante noção de que a perspectiva de ideologia na ADC provém de estudos de Thompson (2002), que identifica certos modos de operações gerais da ideologia e indica “algumas das maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica” (THOMPSON, 2002, p. 80), é possível discutir de que maneira a ideologia hegemônica do neoliberalismo se operacionaliza no evento específico da superexploração de águas minerais em São Lourenço pela Nestlé.

Segundo Thompson (2002), há cinco maneiras gerais de operação da ideologia. É importante ressaltar que, para o autor, esses modos não são independentes uns dos outros, ao contrário, podem sobrepor-se e operar mutuamente. Além disso, o autor não descarta outras possibilidades de operacionalização da ideologia que podem ocorrer em circunstâncias particulares.

Os cinco modos gerais, ou “*modus operandi*” da ideologia, de acordo com Thompson (2002) são: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e reificação. Por não

ser o foco desse trabalho, uma breve descrição desses modos será feita, sem, no entanto, pormenorizar suas estratégias. Esse enfoque será priorizado apenas para o modo de operação da ideologia identificado na análise textual. De maneira geral, na legitimação, as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem representadas como legítimas; na dissimulação as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas; na unificação as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas por serem representadas simbolicamente de uma maneira que interliga indivíduos numa identidade coletiva (unidade); na fragmentação as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas através da segmentação dos indivíduos ou grupos que possam desafiar os interesses dominantes; na reificação as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas pela representação de situações transitórias, sociais, históricas como se fossem permanentes, naturais.

No caso em foco, identificou-se por meio da análise textual das entrevistas com os subalternizados, que o modo de operação da ideologia se dá por meio da legitimação, ou seja, “a representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva” (THOMPSON, 2002, p. 82).

Dentre as estratégias possíveis de construção simbólica voltadas para legitimar relações de dominação, aponta-se a racionalização. Essa estratégia “consiste em utilizar fundamentos racionais, apelos à legalidade, a bases jurídicas para legitimar relações assimétricas de poder” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 28).

Buscando investigar como os locutores interagem linguisticamente com essa construção simbólica, alguns conceitos da gramática funcional serão utilizados aqui para auxiliar a pesquisadora nesse processo.

Segundo Halliday (1994), os enunciados refletem diversos processos da atividade humana através de alguns recursos linguísticos, como a transitividade. Através desse sistema, cada oração é analisada pelos tipos de processos realizados pelos verbos, pelos participantes envolvidos nesses processos identificados e pelas circunstâncias envolvidas nesses processos. Quanto aos processos, o autor os classifica em 6 tipos, sendo que, na análise textual desse estudo somente o processo material foi encontrado. O processo material pode ser definido como processo de ação, acontecimento. No processo material a nomenclatura referente aos participantes se divide em: participante principal, chamado de agente, e participante secundário, chamado de meta.

Dentre as características ou propriedades dos textos, destaca-se nesse estudo a coesão. “A coesão é a propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática” (ANTUNES, 2005, p. 47). Assim, ainda segundo o autor, a função da coesão é promover a continuidade semântica, de sentido do texto de modo que o mesmo possa ser interpretado. A coesão pode ser expressa dentre outras relações, pela conexão, que se opera pelo uso de conectores como conjunções, preposições e locuções conjuntivas e preposicionais, alguns advérbios e locuções adverbiais.

No entanto, ressalta Antunes (2005), na atividade de produção e recepção textual o mais importante é identificar o tipo de relação estabelecida, avaliando os efeitos semânticos que cada uma das conjunções provoca nas relações entre as orações.

Dentre os recursos que permitem revelar as condições de produção do texto, revelando sua estrutura de interação esse estudo aponta para o marcador conversacional “né”, um constructo coesivo que auxilia na coerência do texto falado.

(1) O que a gente queria era mudar a legislação, que era uma coisa bem complicada ... (2) pra tentarmos entrar uma nova legislação que saísse as águas minerais como minério e entrasse pra água. (3) Que ela é tratada como minério, né? (4) E não é minério. (5) Ela tem minério, mas ela é água! (CATARINA, 2017).

Com base na análise da transitividade⁹ pode-se inferir que o grupo de resistência (agente) deseja (mudar) a legislação (meta). Esse processo material descrito em seguida tem suas razões definidas (finalidade) estabelecidas pelo uso do conector “pra”. O conector “que” (3) estabeleceu relação de complementação à informação de que alterar a legislação era uma coisa complicada. A ocorrência do marcador conversacional “né” como marca de tópico para o que vai ser dito posteriormente expressa informações básicas sobre determinado assunto.

Essa complicação é um fato naturalizado na fala da integrante do movimento de resistência, uma vez que o verbo “ser” empregado, indica um processo relacional (referente a questões de identificação e atribuição de qualidades).

O uso do verbo “ser” e “estar” em suas variações e o uso de verbos similares a estes como “ficar”, “permanecer” e “tornar-se” indica processos relacionais que, segundo Meurer (2005), buscam naturalizar o que é dito, ou seja, dado como certo.

⁹ Embora a transitividade esteja em princípio associada a representações (discursos) isso não quer dizer que não possa ter relação com estilos ou gêneros (RAMALHO; RESENDE, 2011). Além disso, a escolha de que categorias usar para análise do texto é sempre uma consequência do próprio texto e do problema de pesquisa..

A fala de Walter (2017) também adota o verbo “ser” em sua variação “é” e o modo verbal afirmativo (6) categórico adotado pelo integrante estabelece seu alto grau de certeza de verdade no que fala:

(6) A água já é propositadamente inserida na classificação de minério (WALTER, 2017).

Esse trabalho já descreveu que a legislação brasileira vigente trata a água mineral como minério por estar localizada no subsolo e apresentar componentes minerais, podendo ser explorada até a sua exaustão. Desse modo, é possível inferir que a lei brasileira favorece a transnacional no processo de superexploração das águas minerais em São Lourenço, ou seja, a fundamentação do processo ideológico por meio da racionalização permite que a empresa opere hegemonicamente nas relações de poder no contexto particular analisado.

Além disso, as análises aqui apresentadas permitem identificar a presença da colonialidade e a presença minada do pensamento de fronteira nos discursos dos subalternizados. Presença minada uma vez que o subalternizado conquistou o pensamento de fronteira, percebe a diferença colonial, mas sua contra-história é exterminada pelo neoliberalismo (colonialidade do poder).

5.3.2 Metáforas

A metáfora consiste em “compreender uma coisa em termo de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 5) e consiste em um traço identificacional de textos, selecionada por estilos particulares (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Quanto às principais metáforas localizadas na interação em análise, além do mapeamento metafórico mais recorrente, metáforas referentes à guerra, há um mapeamento metafórico de ameaça, um de impulsão e um de conluio. A seguir apresenta-se a análise de cada uma delas.

Na capa da sua tese põe um castelo da família Adams com uma nuvem bem preta em cima e coloca ‘São Lourenço’ na porta do castelo. Porque a coisa é tenebrosa. Escreve São Lourenço na porta do castelo (WALTER, 2015).

Por meio da metáfora presente em “castelo da Família Addams”, o locutor manifesta sua maneira de compreender a situação de São Lourenço frente a superexploração de água

pela Nestlé, aproximando-a dos personagens de Família Addams, cujo gosto pelo mórbido e macabro, tal qual a transnacional é representada pelo excerto: “Porque a coisa é tenebrosa”.

A Família Addams é um grupo de personagens fictícios criados pelo cartunista Charles Addams em 1938 para ilustrar seus quadros de humor mórbido na revista *The New Yorker*. Na década de 1960 ganhou adaptação para a TV e posteriormente (década de 1990) para o cinema (ADOROCINEMA, 2018).

Esse subgênero do humor retrata temas como a morte, doenças, desgraças, entre outros. No caso da Família Addams, se manifesta no gosto pelo macabro, descrito por uma atmosfera (artística) apavorante enfatizando detalhes da morte.

Para um/a leitor/a que conheça a série ou o filme Família Addams, fica fácil perceber a associação sugestiva entre “uma nuvem bem preta em cima” e “São Lourenço (escrito) na porta do castelo”.

O ativista identifica metaforicamente a transnacional como uma nuvem sobre a cidade, que impede a passagem do sol, representando ameaça. Ao consultar os traços que compõem o conteúdo semântico da palavra negro ou preto, entende-se o porquê dessa relação particularmente estabelecida por Walter: lutuoso, fúnebre, tenebroso, caliginoso, infausto, ameaçador, medonho, adverso, inimigo, funesto, pervertido, execrável, horrendo, pavoroso e odioso (*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete). Ao identificar a transnacional como uma nuvem negra pairando sobre São Lourenço o ativista parece sugerir que a mesma veio para assolar a cidade. Fica evidente como a transnacional representa o inimigo, numa posição superior (acima de São Lourenço), para esse militante.

Essa visão ameaçadora da transnacional pode ser corroborada por trechos do texto que representam as metáforas mais recorrentes e responsáveis por construir não só o estilo das entrevistas de história oral de Walter (2015, 2017) e Maria (2015), mas também a identificação da Nestlé:

- (1) Você tem que provocar reação nesses caras. Se você não provoca, você não mantém a batalha em pé. Você vai brigar sozinho. O inimigo não quer brigar. Como é que você vai fazer? Você vai atacar ele gratuitamente. Isso não é uma técnica legal. Você tem que ir no limite pra fazer o inimigo reagir. Só a partir da reação do inimigo você reúne munição pra combater ele. Senão ele vira Cristo. Ai a gente vira bandido e ele vira Cristo. (WALTER, 2017)
- (2) Mas ninguém comentou isso, ninguém fala isso, eles matam o assunto. Eles matam, eles morrem o assunto, sabe, fazem morrer (WALTER, 2015)
- (3) Se ele [ativista] não tiver um amparo legal... A gente fica desguarnecido (WALTER, 2017)

(5) Olha, tudo nós entramos com diversas petições junto ao ministério público aqui em São Lourenço, mas o promotor daqui é fraco. Fraco não! É da panela (MARIA, 2015).

(6) Agora, a gente poderia ter um ânimo maior, como eu te disse, se houvesse uma mola do Ministério Público; o que não tem. (WALTER, 2017)

(7) Então a gente não sabe se ele [pessoa interessada em participar do grupo] é um caça avançado da Nestlé (WALTER, 2015)

A significação da resistência em termos de guerra é forte no discurso de Walter, apresentando pressupostos de que há um inimigo a combater. Isso permite representar a ação social em termos de luta, bem como mapear aspectos dessa ação em termos de ‘inimigos’ ou ‘obstáculos’, ‘derrotas’ ou ‘vitórias’. Além disso, permite mapear as relações de poder envolvidas nessa “luta” ou “guerra”, identificando quais são as armas e estratégias utilizadas pelos oponentes (LAKOFF; JOHNSON, 2002; RESENDE, 2008).

Ao se referir a uma pessoa que não é integrante do grupo de resistência e que estava tentando se aproximar das atividades do mesmo, quando o ativista diz “caça avançado” (8) gera a impressão de que há a ocorrência de um combate, uma vez que um caça é uma aeronave militar de combate aéreo. Ao se referir a essa arma de batalha avançada, o ativista sugere ainda que há um investimento forte da empresa em projetos de defesa/ataque visando manter (e aqui fazendo um paralelo com grandes potências mundiais) sua supremacia e soberania (ideológica) frente aos inimigos.

No trecho destacado em (1) quando o ativista diz que “O inimigo não quer brigar” e, se os subalternizados atacam um inimigo que não quer lutar “ele vira Cristo”, traz à tona o fato de que o discurso da sustentabilidade mantido pela empresa que compõe a ordem discursiva do neoliberalismo, ideológico e hegemônico, permite que a transnacional operacionalize a colonialidade em São Lourenço e ainda transforme-se em Cristo, ou seja, uma figura que remete à bondade e benevolência (em oposição a resistência pode se transformar no “bandido” desse conflito). Além do discurso de sustentabilidade, o discurso do controle privado eficiente na manutenção do Parque das Águas é ideologicamente e midiaticamente produzido e consumido, a fim de sustentar relações desiguais de poder no íterim da luta no município. No entanto, Walter acredita que provoca fissuras na hegemonia/ideologia por meio da desnaturalização do discurso (dissimulado) da transnacional. Esse processo de desnaturalização seria a “munição” que faria a resistência combater de maneira mais eficaz seu oponente e desmistificá-lo perante a sociedade em geral. É importante ressaltar que alguns comerciantes de São Lourenço afirmam que o movimento de resistência à superexploração das águas pela Nestlé assusta e afasta os turistas,

prejudicando, assim, a principal fonte de renda dos moradores da cidade – daí a caracterização de bandido tratada por Walter nesse excerto.

Walter (2015) confirma a constatação de que a Nestlé não quer brigar por meio de passagens no texto como o excerto (2) quando diz que “eles matam o assunto”. Ou seja, matando o assunto, tornando o contra discurso invisível (assim como a resistência), a transnacional priva seu “inimigo” (militantes) da “munição” tratada anteriormente. Assim, poderíamos dizer a estratégia militar da empresa é a camuflagem. Deste modo, a imagem da Nestlé se mistura com a própria imagem do Parque das Águas de São Lourenço que, para turistas e sociedade local, é um santuário de águas cuja empresa é zelosa.

Outra “munição” essencial considerada por Walter na luta contra a Nestlé é a lei. No excerto (3) quando ele diz que sem ela o movimento fica “desguarnecido” implica dizer que a lei brasileira que trata a água mineral no Brasil como minério, ou seja, passível de exaustão, favorece a transnacional no processo de superexploração e colonialidade admitida nesse estudo. Assim, a lei fundamenta o processo ideológico por meio da racionalização, no qual a empresa opera hegemonicamente nas relações de poder no contexto particular analisado.

Essa posição hegemônica da Nestlé nas relações de poder envolvidas nesse contexto pode ser visualizada quando Walter (2015) mais uma vez recorre à metáfora de guerra para demonstrar as artimanhas da transnacional para desarticular o envolvimento com o movimento, como no excerto a seguir:

Eles cegam as pessoas [...] inclusive um gladiador nosso muito bom que a gente perdeu [...] hoje não quer [participar das ações de resistência] porque é associação de artesanato e recebe fundos da Nestlé.

Além dessa estratégia de desarticulação, ou seja, o amparo financeiro a associações e instituições locais, a empresa conta ainda com a conivência de diversos atores sociais, dentre eles, o poder público.

No trecho destacado em (5), quando Maria afirma que o representante do poder público do município não é fraco e sim “da panela”, ela sugere que o mesmo, se o quisesse, poderia ser um integrante robusto do movimento de resistência, auxiliando o mesmo nas inúmeras tentativas legais de interromper as atividades danosas da transnacional na cidade, pois não é fraco. No entanto, ela o identifica como sendo “da panela”, ou seja, integrante de uma rede específica de contatos, de um conluio, de um grupo restrito de pessoas, conforme entendimento cultural popular no Brasil. Deste modo, embora não seja fraco, o mesmo, enquanto integrante desse grupo específico envolvendo os atores sociais já descritos nesse

trabalho (poder público, transnacional, mídia), se torna inoperante em favor das demandas sociais da resistência.

Fazendo uma alusão metafórica, é como se a Nestlé possuísse uma corte, onde ela se configura como o “rei” cercado pela nobreza imperial e seus empregados. O pertencimento a esse círculo social é outra artimanha que a transnacional utiliza para enfraquecer o envolvimento de pessoas estratégicas nas ações de resistência, remetendo à colonialidade do ser, conceito fundamental abordado nesse estudo.

E nesse contexto é que Walter (2015) (excerto 6) sugere que o apoio do poder público seria a mola propulsora, o elemento que impulsionaria a concretização das demandas da resistência em oposição à superexploração das águas minerais pela transnacional. O militante reporta, nessa entrevista, que o apoio do Ministério Público era a principal força propulsora do movimento, através da orientação, do estímulo e zelo do mesmo para com os interesses socioeconômicos da comunidade.

5.3.3 Modalidade

De acordo com Halliday (1994, p. 75), a modalidade é "o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz". Para esse autor a modalidade é a escolha intermediária entre dois polos (um positivo e um negativo), ou seja, o locutor não se compromete com nenhuma das polaridades, adotando uma posição intermediária entre a negação e a certeza, materializada na forma de processos e circunstâncias (verbos e advérbios).

Fairclough (2003, p. 168) amplia a proposta de Halliday e inclui os polos no processo de modalização, cuja questão *“pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas”*.

Afirmações e perguntas referem-se à troca de conhecimento, cuja a modalidade é epistêmica, relacionando-se ao comprometimento com a verdade. Demandas e ofertas referem-se à troca de atividade cuja a modalidade é deôntica, relacionando-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 336) distinguem os seguintes elementos como relevantes para a categoria de modalidade:

[...] advérbios e locuções adverbiais (talvez, felizmente...) interjeições (ai! ufa!), adjetivos (desejável, indiscutível...), verbos (querer, dever...), entonação (afirmativa, interrogativa...) modos do verbo (subjuntivo, indicativo...), tempos verbais (futuro, condicional...), glosas meta-

enunciativas ("se eu posso dizer", "de qualquer forma..."), rupturas enunciativas de vários níveis (ironia, discurso citado...), sinais tipográficos (aspas) [...].

Ao ser questionado se pretendia desistir de suas ações de resistência frente à superexploração das águas minerais em São Lourenço pela transnacional, Walter (2017) confessa que está desanimado, porque a luta, conforme demonstrado ao longo desse estudo, é desigual e assimétrica em termos de poder, mas que não desistirá. Com o movimento enfraquecido e esvaziado, o ativista encontra uma estratégia de “guerra” na esperança de vencer o inimigo:

Você tem que provocar reação nesses caras. Se você não provoca, você não mantém a batalha em pé. Você vai brigar sozinho. O inimigo não quer brigar. Como é que você vai fazer? Você vai atacar ele gratuitamente. Isso não é uma técnica legal. Você tem que ir no limite pra fazer o inimigo reagir. Só a partir da reação do inimigo você reúne munição pra combater ele. Senão ele vira Cristo. Ai a gente vira bandido e ele vira Cristo (WALTER, 2017).

Essa estratégia identificada na amostra discursiva em análise caracteriza a identificação metafórica já discutida de que a transnacional se utiliza de “armas” (estratégias) para invisibilizar as demandas do movimento de resistência bem como sua existência. O militante afirma que a melhor estratégia para o movimento ganhar força (ou legitimidade) seria provocando a transnacional (inimigo) a ponto de esta reagir a essa provocação e com isso o movimento ter respaldo (legitimidade) para lutar (tornar público e ter o apoio necessário).

Mais uma vez, se percebe a subjugação da colonialidade do poder minando as tentativas de resistência à sua presença e impondo sua lógica, hoje com roupagem neoliberal. É possível perceber que os subalternizados têm consciência de sua condição, percebem o “outro”, percebem a diferença colonial, no entanto, ainda não conquistaram o pensamento de fronteira e sua contra história é exterminada pelo neoliberalismo (colonialidade do poder).

Com o esvaziamento e desarticulação do movimento, o militante representa em sua fala, uma impossibilidade de proceder (lutar) de outra forma, fortalecida pela modalidade deôntica de obrigatoriedade “tem que” usada diversas vezes no trecho em questão apontando para a posição afirmativa de que haja outras possibilidades além da apontada, aspecto corroborado também pela presença do advérbio “só” e também pela entonação afirmativa utilizada pelo locutor durante quase todo o trecho.

Destaca-se que a preocupação de que os militantes em defesa das águas possam ser identificados como bandidos no contexto da luta, revela a dificuldade de construir o pensamento de fronteira. Quando grupos que não existiam para uma determinada sociedade tornam-se bandidos segundo essa mesma sociedade, implica o reconhecimento por quem detém a hegemonia da existência e presença desses atores na disputa por poder. Esse poderia ser considerado como um avanço. Existir como bandido aos olhos e no discurso de quem faz tantas maldades, é melhor do que não existir.

5.3.4 Identificação: lugar e identidade

Devido à fama de cidade das águas medicinais, São Lourenço parece ter recebido muitas pessoas que fixaram residência nesse lugar, na busca por um estilo de vida mais voltado à natureza, com um viés místico em busca do bem-estar. Em virtude disso, o grupo que se dedicou e/ou se dedica à defesa deste lugar é formado por muitos moradores que não são nativos, mas mobilizaram-se em defesa do lugar que escolheram para viver.

O pertencimento ao lugar vincula-se à experiência da localidade, à troca material e simbólica que alguns moradores de São Lourenço têm com a água e essa com a história local.

Escobar (2005) aponta que existe um sentimento de pertencimento que faz considerar que a ideia de defesa do lugar reconhecendo a importância dos modelos locais de relação com a natureza, sustentados sobre vínculos ininterruptos entre os mundos biofísico, o humano e o supranatural.

A resistência à corporação é impulsionada pela relação de pertencimento que os subalternizados têm com o lugar e as atividades que o definem, embora muitos deles não sejam nativos.

Desde criança eu sempre fui muito ligado com a área turística, por 7 anos eu trabalhava nesse hotel [...]. Então eu sempre acompanhei muito a questão da água, eu ouvia falar de água o tempo inteiro [...] e eu fui me, instintivamente, conscientemente tendo uma identidade com aquilo. Eu tenho uma ligação meio de alma com a água mineral [...] com São Lourenço (WALTER, 2017).

A gente queria que as águas fossem respeitadas. Isso aí é um santuário né? Sete fontes de água mineral, pensa bem, né? Puxa vida, precisa de 30 anos para poder extrair os minérios das rochas (CATARINA, 2017).

O que eu fazia era assim, todos os lugares que eu ia, todos os lugares que eu ia, São Paulo, Rio de Janeiro, exterior, por onde eu fosse, Índia eu falava “Em São Lourenço tá acontecendo isso”. Essa era a minha função. Bom gente, eu não estou pedindo nada pra mim. Eu estou pelas águas minerais (CATARINA, 2017).

Porque naquela época tinha tratamento pras águas minerais e esses tratamentos duravam 21 dias [...]. Era o mês de janeiro e fevereiro, mês de junho, a cidade lotadíssima, hotéis todos lotados [...]. Hoje não tem mais, não existe mais a cura da doença pela água, pela natureza. Conseguiram acabar com tudo isso (MARIA, 2015).

Os excertos anteriores revelam a relação dos subalternizados com o local pela vivência (“desde criança”), pelo trabalho (“ligado com a área turística”). Também por uma compreensão da vida além do econômico, manifestada pela entrevistada Catarina (“isso é um santuário”) ou de Maria, que percebe a água como fonte de cura.

Se a água é o que define o lugar e os sujeitos se sentem parte do lugar, então ao exigir o respeito pelas águas, a ativista expressa a relação ininterrupta entre ser e natureza, em uma convivência harmônica e contínua (ESCOBAR, 2003).

A exploração inescrupulosa das águas de São Lourenço reflete a visão binária entre natureza e sociedade, descartando suas relações, julgando-as como mitos, folclores e lendas, que precisam ser superadas pela racionalidade instrumental, a utilização da natureza como estoque (ACSELRAD, 2013; WALSH, 2007). Mas, os laços de pertencimento desenvolvidos em pessoas que não nasceram, mas escolheram viver no local (grande parte dos subalternizados vem de outros locais do país), levam ao desenvolvimento de uma visão de mundo contrária à dominação que alimenta as estratégias de resistência adotadas por eles para proteger o lugar. As experiências históricas e sociais daqueles que nasceram e cresceram no local, ouvindo estórias e submetidos a relações de poder que se mantêm ao longo do tempo, também explica a dificuldade e envolvimento dos nativos no movimento de resistência.

Identifica-se, também, a manifestação da colonialidade, do saber na medida em que conhecimentos que comprovadamente poderiam trazer cura e bem estar são apagados. É o que se observa no trecho “Hoje não tem mais, não existe mais a cura da doença pela água, pela natureza. Conseguiram acabar com tudo isso”. Porém, o poder da colonialidade está exatamente em criar referências que não correspondem à realidade. A empresa impede a utilização da água para cura. Isso não significa que os tratamentos não sejam mais úteis e possíveis.

Nesse contexto particular e considerando a linguagem como discurso, pode-se dizer que o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com a sua identidade” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63), expressa uma maneira de representar e interagir no mundo, bem como identificar a si mesmo e ao outro. “A linguagem, portanto, contribui para a formação de identidades sociais ou pessoais particulares e para a

identificação de outras pessoas e grupos sociais em textos” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 68).

Deste modo, faz muito sentido o fato de que a identificação não seja um processo puramente textual, sendo também um processo de construção de significado que leva em consideração aspectos culturais inter-relacionados, ou seja, nas experiências vividas discursos são interiorizados e servem de base para construção de identidades (CASTELLS, 2008; FAIRCLOUGH, 2003). Castells¹⁰ (2008, p. 22) define identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Fairclough (2003, p. 159) ressalta essa relação:

Como o processo de identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso, deve ser visto como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades. (...). Uma consequência dessa visão dialética é que significados identificacionais em textos podem ser vistos como pressupondo significados representacionais, as presunções por meio das quais as pessoas se identificam.

Para Castells (2008, p. 24) qualquer identidade é construída socialmente e sempre ocorre por meio de relações de poder, podendo assumir três formas e origens:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...). Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência (...). Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural a seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação da estrutura social (...)

A construção da identidade está ligada ao contexto. Assim, identidades de resistência podem se desenvolver e se transformar em identidades de projeto ou legitimadora, mas esse processo pode ocorrer ou não, dependendo da dinâmica das identidades (CASTELLS, 2008), ou seja, identidades de resistência podem não resultar em novas formas de resistência.

Nesta relação dialógica entre o pertencimento ao lugar e a identidade socialmente construída, as formulações dos membros da resistência (acima descritas) acerca de sua relação

¹⁰ Dentre inúmeras possibilidades de aportes teóricos sobre a perspectiva do processo de identidade, como por exemplo, Bauman (2005), Giddens (2003), Hall (2006) dentre outros, este trabalho adota o conceito de identidade definido por Castells (2008), em conformidade com escolha ontopistemática que norteou esse estudo.

com as águas minerais chama atenção por ecoar o conceito de identidade de resistência, de guardiões das águas minerais de São Lourenço. Cumpre aludir que esse estudo percebeu esse ecoamento graças ao tratamento sócio-histórico da maneira como as identidades dos membros da resistência foram construídas e com quais resultados.

Essa identidade de resistência socialmente construída pode ainda ser relacionada ao conceito de colonialidade do ser que se refere “a não existência e a desumanização, uma negociação do *status* do ser humano que se iniciou dentro dos sistemas de cumplicidade do colonialismo e escravidão (WALSH, 2007, p. 29).

A colonialidade do ser está estreitamente ligada com a sustentação da colonialidade do poder, na medida em que busca inferiorizar e subalternizar o “outro”.

A colonialidade do ser se expressa através da invisibilidade, subjugando o subalternizado, gerando um espaço para interferência do colonizador que percebe nele a condição de desprovimento da razão europeia.

Assim, a ideia de ser sob a lógica colonial:

Está intimamente sujeitada a minha instrumentalidade ou funcionalidade frente ao outro, que é a base sobre a qual desenvolveu a modernidade, questionando quem é mais humano que os outros. A conquista deste *status* dará conta, a sua vez, do papel que desempenhará o ser frente a sua racionalidade de centro-periferia, o que além de uma metáfora geopolítica e econômica, também se articula como uma degradação do *status* ontológico, herdado e ainda conjugado, através das relações de subalternidade deixadas pelo ocidente (RAMÍREZ GUZMÁN, 2011, p. 48).

A partir dessa perspectiva infere-se que a identidade de resistência e guardiões dos atores subalternizados identificada nesse estudo é considerada um exercício de decolonização do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), uma vez que reivindica a sua identidade negada ao repudiar a racionalidade instrumental imposta pela Nestlé em detrimento da relação entre natureza e sociedade.

Ao analisar a intertextualidade e a identidade expressas na análise textual em foco é interessante notar a discrepância entre as vozes presentes nas entrevistas. Essa discrepância está relacionada com os estilos (identidades) apresentados, onde a resistência é considerada guardiã das águas minerais, atribuindo a essa identidade um significado de cura, de vida para os envolvidos no movimento de resistência, enquanto a voz indiferente e ríspida da Nestlé se articula, representando o interdiscurso neoliberal presente na fala de um dos representantes da resistência, ao relatar a posição da transnacional em São Lourenço.

Nisso a gente descobriu o que eles estavam fazendo com a água mineral: transformando a água mineral de cura numa água morta pra manter um padrão de qualidade (CATARINA, 2017).

Essa dualidade entre cura e morte expressa na fala da ativista, ressalta a presença da tensão intertextual entre a identidade construída pelo movimento de resistência e a representação da Nestlé enquanto exterminadora das águas minerais.

A análise textual das entrevistas mostrou que as mesmas representam o discurso particular da sustentabilidade, bem como a avaliação negativa da Nestlé por parte dos entrevistados, evidenciando sua estratégica ideológica por meio da racionalização, inculcados na identificação dos representantes da resistência enquanto guardiões das águas minerais de São Lourenço e a transnacional como a predadora, a exterminadora dessa água de cura.

O discurso não é algo superficial, pelo contrário, reflete as relações de poder materializadas por meio da linguagem. A análise linguística contribui para a formação de identidades uma vez que revela modos de conceber uma dada visão de mundo construída a partir de experiências vividas.

Para fins didáticos, a análise textual foi construída nesse trabalho de maneira categorizada. No entanto, à medida em que essa construção é feita é inevitável a interligação entre as categorias como se essas fossem um mosaico de peças coloridas sendo naturalmente encaixadas à medida em que as análises são construídas. Daí sua relação dialética entre as categorias bem como entre os sentidos conforme discutidos anteriormente no texto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar a colonialidade nas relações entre os atores sociais envolvidos no processo de superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais) pela multinacional Nestlé, à luz da opção decolonial, desnaturalizando esses processos a partir da perspectiva dos subalternizados.

Por meio do arcabouço teórico-metodológico transdisciplinar da ADC foi possível analisar, a partir da ótica dos subalternizados, as entrevistas de história oral produzidas nesse estudo como eventos que estabelecem uma relação dialética com a vida social, onde os textos foram vistos como produtos e produtores da realidade social e não meros materiais linguísticos.

Um dos resultados dessa pesquisa diz respeito à constatação de que as condições/estratégias neoliberais (globais) permitem ao capitalismo alterar as relações (de poder) entre a sociedade, as organizações, a natureza e o Estado. A comoditização da natureza gera esgotamento dos bens ambientais de uso global comum (terra, ar, água) e a degradação de *habitats* naturais, o que se caracterizou nesse estudo como a colonialidade da natureza.

O Estado brasileiro constitui um instrumento de articulação dos interesses do poder externo ou elites locais desde o Período Colonial, se desinteressando pelas demandas sociais desde então. No sistema mundo moderno, o Estado brasileiro integra então o *hall* de dependência, configurando-se, sob a ótica decolonial, como subalterno ou colonizado. Em função dessa configuração, tem perdido, cada vez mais, sua soberania sobre sua biodiversidade e, principalmente, sua soberania política. Apoiado pela mídia, massifica o conhecimento sobre questões urgentes relacionadas ao meio ambiente. Estes atores (Estado e mídia), vinculados a grandes interesses econômicos, se rendem aos “caprichos” das multinacionais, que se instauram no país sob a égide do progresso e desenvolvimento, o que se caracterizou nesse estudo como a colonialidade do poder.

Os países considerados periféricos do ponto de vista capitalista têm sofrido cada vez mais com a instalação dos conglomerados financeiros e das corporações transnacionais em seus territórios, provocando relações assimétricas de poder entre esses atores e os atores locais. Por meio da globalização, o capital se infiltra e dita as regras sobre as sociedades, a natureza e o próprio Estado, que perde cada vez mais o controle sobre seu território e biodiversidade, refém das demandas do mercado financeiro. Perseguindo a acumulação do capital, as transnacionais, localizadas nos centros ou países historicamente colonizadores, se instalam em países periféricos, ou, como adotaremos neste estudo, com histórico de

colonização. Adotando o discurso do desenvolvimento local, econômico e benefícios globais, usurpam territórios, recursos e riquezas, promovendo sua privatização. As relações hegemônicas pautadas em relações de poder coloniais garantem a extração ou exaustão dos recursos naturais, elementos essenciais ao capitalismo. Enquanto as transnacionais garantem seus propósitos capitalistas à custa das riquezas dos territórios, as sociedades locais arcam com os prejuízos dessas atividades.

Entretanto, embora os pressupostos do pensamento neoliberal tenham atravessado o mundo e se tornado hegemônicos, isso não significa que não haja um movimento de manifestação de resistência contra essa hegemonia.

A colonialidade (poder, natureza) vem sendo combatida por grupos de resistência que lutam contra a apropriação da biodiversidade local pelas transnacionais. Cada vez mais a opinião pública tem voltado seu olhar para estes movimentos de combate, embora a associação da mídia e do poder público aos interesses das transnacionais, retarde a transformação efetiva nos processos de regulamentação desse bem comum.

Por meio das opções ontoepistêmicas e metodológicas adotadas, foi possível compreender a ação coletiva em defesa das águas minerais de São Lourenço, traçando sua origem, desenvolvimento e formas de atuação.

Deste modo, a tese que se defendeu é que o discurso da resistência à superexploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais, Brasil) pela transnacional Nestlé mantém relação dialética com outras práticas sociais, colaborando para a decolonialidade em um contexto onde a colonialidade se expressa de maneira ideológica e hegemônica.

A pesquisa apontou que o movimento atuante no município de São Lourenço organiza-se predominantemente de maneira informal, variando sua estrutura e composição ao longo do tempo e de acordo com as oportunidades, pressões e disponibilidade de recursos. Ao longo de sua trajetória há conquistas importantes, como a proibição da desmineralização da água da fonte Primavera, decorrente da intervenção do Ministério Público, o que não teria acontecido sem o movimento em defesa das águas de São Lourenço.

As principais formas de atuação do movimento são a desconstrução da imagem da empresa, principalmente por meio de divulgação de fatos e eventos nas redes sociais; a busca de legitimação e conscientização sobre a importância da água no âmbito local, ação que se concretiza por meio de passeatas e abaixo-assinados em locais públicos. Essas ações, integradas, dão suporte, por sua vez, às denúncias que se voltam para as irregularidades ou ilegalidades cometidas pela empresa passíveis de punição pelos órgãos competentes.

A luta do movimento se faz possível porque há comprometimento pessoal dos atores que utilizam recursos próprios a fim de dar continuidade às ações. Todavia, destaca-se que hoje, o movimento está com poucos membros ativos e, aqueles que permanecem, se mostram cansados de uma luta que dura mais de 17 anos.

A pesquisa revela a importância dos movimentos sociais como instâncias de defesa de interesses e bens coletivos numa sociedade dominada pelos interesses particulares de corporações. Isso se torna particularmente importante quando se trata da água, cuja demanda cresce em oposição à oferta e qualidade desse recurso.

As análises deste estudo demonstram que, apesar da opinião pública desfavorável e decisões judiciais adversas, a transnacional Nestlé tem atingido seu objetivo de gerar lucros a qualquer custo (social, ambiental).

Percebe-se um padrão no processo de instalação da transnacional em países cuja legislação referente à proteção e exploração de água é frágil ou inexistente. Além disto, percebe-se o envolvimento do poder público em acordos judiciais que favorecem a transnacional e enfraquecimento de criação e reestruturação de normas envolvendo a proteção à água.

A transnacional Nestlé pode ser caracterizada como uma “caçadora” de água pura que ainda resta em diversos lugares do mundo. Adotando o discurso de uso sustentável da água subterrânea ou fontes, na prática (conforme relatos desse estudo), busca sua extração até a exaustão para fins lucrativos.

A análise da maneira como os subalternizados agem discursivamente mostrou que, quanto ao gênero, a intertextualidade presente nas entrevistas de história oral apresenta uma tensão entre os textos, representando duas diferentes perspectivas com seus respectivos interesses e objetivos. Para além da questão gramatical, a relevância do processo ideológico (disputa hegemônica) está muito presente nessa representação do discurso. Se de um lado a representação da resistência se faz enquanto protetora das águas, de outro a perspectiva puramente capitalista e comercial da transnacional é expressa no discurso forte, ideológico e hegemônico (alicerçado sobre o neoliberalismo). Sendo assim, essas entrevistas agem discursivamente na prática social contra a manutenção da hegemonia da transnacional nas relações envolvendo a superexploração de águas em São Lourenço, buscando dar visibilidade às verdadeiras motivações neoliberais que impulsionam suas atividades no município.

A análise da maneira como os subalternizados representam o evento e os atores nele envolvidos mostrou que, quanto à representação dos atores sociais, ou seja, os diversos modos pelos quais atores sociais podem ser representados em textos, os subalternizados representam

a transnacional por meio da identificação relacional. Ao se referirem ao movimento, os subalternizados utilizam ‘a gente’ e, ao se referirem à Nestlé, utilizam ‘eles’. Essa representação desencadeia o sentido de rivalidade, onde, para os subalternizados, a transnacional é o outro que se estabelece nas relações envolvidas no evento social em foco.

A análise da maneira como os subalternizados identificam a transnacional, por meio de avaliações, nas relações envolvendo a superexploração de águas em São Lourenço, apontou um estilo que busca deslegitimar a ideologia hegemônica neoliberal, identificando-se, em contrapartida, ideologicamente contra as relações assimétricas de poder (colonialidade) implicadas no problema social, uma vez que essa superexploração é desnaturalizada.

Em relação à maneira de identificar por meio de metáforas, os subalternizados representaram a transnacional, mais recorrentemente, em termos de ameaça, de um inimigo que deve ser combatido, representando a ação social em termos de luta, permitindo mapear as relações de poder envolvidas nessa “luta” ou “guerra”, identificando quais são as armas e estratégias utilizadas pelos oponentes. Estratégias essas que sustentam a colonialidade do poder no evento da superexploração de águas em São Lourenço.

Se a transnacional é identificada como um inimigo a ser vencido (possuindo diferentes armas e construindo diferentes estratégias de combate), cuja ação social do movimento em prol das águas minerais é representada em termos de luta, é pertinente apontar que a resistência também desenvolve suas estratégias de guerra frente ao inimigo. Essas estratégias foram analisadas por meio da modalização, onde os subalternizados acreditam que a melhor maneira do movimento ganhar força (ou legitimidade) seria provocando a transnacional (inimigo) a ponto de esta reagir às provocações e, com isso, o movimento ter respaldo (legitimidade) para lutar (tornar público e ter o apoio necessário).

Os subalternizados consideram que natureza, indivíduo e cultura estão em conexão, mas não como algo a ser dominado, e sim como uma realidade que existe concretamente, embora todo o aparato (colonial) neoliberal insista em negá-la. A partir dessa perspectiva infere-se que a identidade de resistência e guardiões dos atores subalternizados identificada nesse estudo é considerada um exercício de decolonização do ser, uma vez que reivindica a sua identidade negada ao repudiar a racionalidade instrumental imposta pela Nestlé em detrimento da relação entre natureza e sociedade.

Essa é a função do problema na prática identificada nesse estudo: por trás da reprodução e legitimação do discurso de sustentabilidade ou responsabilidade social pela sociedade, há ações prejudiciais ao meio ambiente. Este discurso frequentemente reproduzido e legitimado encobre as intenções capitalistas e as relações construídas sócio-históricas.

culturalmente que favorecem as ações predatórias de transnacionais em países de terceiro mundo ou colonizados, como ocorre na relação específica entre São Lourenço e Nestlé. A hegemonia ocupada nessa relação pela transnacional busca caracterizar a água como mercadoria e apagar todo e qualquer outro uso, conceito, prática social relativo a esse recurso, principalmente aqueles coletivos ou de interesse comum.

Conforme análises desse estudo, a ideologia hegemônica neoliberal e a ausência ou a fragilidade da legislação sobre a exploração de águas, permitem que empresas atuem livremente, de acordo com seus interesses comerciais. Desde modo, pode-se inferir que o discurso (de resistência) dos subalternizados envolvendo a superexploração de água mineral em São Lourenço aponta para a maneira de superar o problema: a reformulação da legislação brasileira vigente que trata a água mineral como minério por estar localizada no subsolo e apresentar componentes minerais, podendo ser explorada até a sua exaustão.

Este estudo apontou que o exercício da colonialidade do poder nas relações entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral pela Nestlé em São Lourenço fortalece a posição privilegiada da transnacional nesse contexto particular, desarticulando as investidas do movimento de resistência a esse processo.

Apesar dos problemas e riscos da atividade de superexploração de águas em São Lourenço, a empresa insiste em manter suas práticas, garantindo controle dos recursos naturais e, de certa forma, de toda a comunidade, já que a história e a economia do município giram em torno das águas minerais. Caracteriza-se assim uma forma de dominação sobre todo o funcionamento do município, cuja economia e história giram em torno do turismo das águas. Por meio da atividade econômica, a empresa estabelece controle sobre outras dimensões políticas e sociais da coletividade.

Como ocupam uma posição desprivilegiada nas relações de poder estabelecidas na superexploração de água mineral pela Nestlé em São Lourenço, os subalternizados não dispõem de gêneros discursivos que constituam formas de ação no contexto em que ocorrem, de modo a desafiar e transformar as relações sóciodiscursivas de controle e poder. Isso não significa que os subalternizados identificados nesse estudo não busquem alternativas de incorporação de seu discurso de resistência. O que ocorre é que as tentativas de incorporação desse discurso em outros gêneros foram enfraquecidas pelo discurso hegemônico conforme relatado nesse trabalho (prática particular).

Sendo assim, o gênero discursivo entrevista acadêmica, permite que o discurso dos atores sociais subalternizados circule em espaços particulares, até mesmo restritos, como na atividade discursiva da vida acadêmica e seus gêneros, como esta tese por exemplo. Se esta

tese permite que o discurso produzido pelos subalternizados circule e seja consumido nesse espaço particular (acadêmico), a redação da mesma em 3ª pessoa se justifica aqui como modo de expandir ainda mais a circulação desse discurso dentro dos espaços acadêmicos “formatados”.

Além dessa contribuição, os resultados desse trabalho serviram de base para a criação de um *Grafic Novel* que será distribuído digitalmente em escolas públicas e privadas, em ONGs nacionais e internacionais e em mídias digitais de diversas naturezas.

As relações de poder estabelecidas entre os atores sociais envolvidos na superexploração de água mineral em São Lourenço reflete o poder de subjugação da colonialidade do poder minando as tentativas de resistência à sua presença e impondo sua lógica neoliberal. É possível perceber que os subalternizados têm consciência de sua condição, percebem o “outro”, percebem a diferença colonial, mas ainda não conquistaram o pensamento de fronteira e sua contra-história é exterminada pelo neoliberalismo (colonialidade do poder).

No entanto, o movimento nunca morre! Um leve suspiro se ecoa aqui, um burburinho é ouvido acolá, uma fervura brota em terrenos improváveis e a resistência mais uma vez se levanta e vai à luta.

Encerrar esse trabalho é preciso e, ao finalizar essa tese, embora com a incômoda sensação de incompletude das análises e reflexões, a pesquisadora sente que muito mais ainda pode ser feito e ser dito.

Portanto, fica registrada aqui a esperança de que esse trabalho seja apenas uma vírgula de onde “outros” decoloniais possam seguir.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. de A. **Em defesa da opção decolonial em administração:** rumo à uma concepção de agenda. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5., 2015, Florianópolis. Disponível em: <<https://colouquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2015/03/ADE-0120.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ABDALLA, M. M. **Repensando o duplo movimento polanyiano a partir do desenvolvimento de estratégias sociais:** um olhar sobre o setor de energia nucleoeletrica à luz da opção decolonial. 2014. 305 p. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2014.

ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, Córdoba, n. 11, p. 105-123, 2013.

ADOROCINEMA. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-26230/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Fórum alternativo mundial da água é contra privatização de mananciais.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/forum-alternativo-mundial-da-agua-e-contra-privatizacao-de-mananciais>>. Acesso em: 24 maio 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.** Brasília, 2014. (Encarte especial sobre a crise hídrica).

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos.** Brasília, 2015. (Informe 2014).

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.** Brasília, 2016. (Informe 2015).

AGUIAR, J. D. N.; CARVALHO, S. Extrativismo mineiro, Estado e governos na Bolívia e Equador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 2, p. 20 - 31, 2014.

ALCOFF, L. M. An epistemology for the next revolution. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 2, p. 67-78, 2011.

ALMEIDA, M. **A ameaça da Nestlé às águas de São Lourenço.** Disponível em: <<http://resoutraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/a-ameaca-da-nestle-as-aguas-de-sao-lourenco>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ALMOND, P. Understanding the seriousness of corporate crime. Some lessons for the new 'corporate manslaughter' offence. **Criminology & Criminal Justice**, Leeds, v. 9, n. 2, p. 145-164, 2009.

ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996. 408 p.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS. Mercado mundial de água continuará em expansão nos próximos cinco anos. **Revista Água e Vida**, São Paulo, v. 12, n. 60, p. 10-11, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS. Verão atípico reforça tendência de crescimento do setor de água mineral. **Revista Água e Vida**, São Paulo, v. 15, n. 81, p. 17, 2014.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2002.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013.

BARLOW, M. **Água futuro azul: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

BARLOW, M. **Água pacto azul**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2009. 200 p.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro azul**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003. 331 p.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o capitalismo do século XX**. São Paulo: UNESP; Campinas: UNICAMP, 2004. 240 p.

BENZAQUEN, J. F. **Universidades dos movimentos sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais**. 2012. 344 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: M. Fontes, 2009. 704 p.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 8 ago. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17841.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BREI, V. A.; BÖHM, S. Corporate social responsibility as cultural meaning management: a critique of the marketing of ethical bottled water. **Business Ethics Oxford**, v. 20, p. 233-252, 2011.

BREI, V. A.; BÖHM, S. '1L=10L for Africa': Corporate social responsibility and the transformation of bottled water into a 'consumer activist' commodity. **Discourse & Society**, London, v. 25, p. 3-31, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, M. C. A. A emergência de atores sociais subalternizados no âmbito da reconfiguração das relações de poder na América Latina. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 7, p. 1-14, 2013.

CARVALHO, M. C. A. A reconfiguração das relações de poder na América Latina: recolonização e resistências em um contexto neoliberal. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 16, p. 61, 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: _____. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre, 2007. p. 9-23.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

CHAKRABARTY, D. Una pequeña historia de los estudios subalternizados. In: SANDOVAL, P. (Org.). **Repensando la subalternidad**: miradas críticas desde/sobre América Latina. 2. ed. Popayán: Enviñon, 2010. p. 25-52.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHASE-DUNN, C. Globalization: a world systems perspective. **Journal of World Systems Research**, Washington, v. 5, n. 2, p. 187-215, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. **Água no planeta**. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=97>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 103-132.

- DATAMONITOR. 2014. **Global bottled water: industry guide**. Disponível em: <http://www.datamonitor.com/store/Product/bottled_water_global_industry_guide?productid=ML00016-264>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx>. Acesso em: 23 out. 2016.
- DIRLIK, A. Place-based imagination: globalism and the politics of place. In: PRAZNIAK, R.; DIRLIK, A. **Places and Politics in an Age of Globalization**. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2000.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Análise de conjuntura dos biocombustíveis**. Brasília: EPE, 2016.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: FLACSO, 2005, p. 113-143.
- ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University, 1995.
- ESCOBAR, A. Mundos y econocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 58-86, 2003.
- ESCOBAR, A. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham: Duke University, 2008.
- EVERTSSON, N. Unethical pharmaceutical manufacturer conduct worldwide and its negative impact upon pharmacy practice. **International Journal of Pharmacy Practice**, London, v. 21, n. 2, p. 71-72, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. 2nd ed. Londres: Sage, 2005, p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform. **Journal of Sociolinguistics**, London, v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. **Análise crítica de discurso: uma perspectiva sociopolitical e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anti e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, p. 255-288, 2014.

FIORIN, J. L. Dos princípios teóricos. In: _____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2010. p. 27-58.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, R. K. **Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum**. 2013. 219 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLORES, R. K ; MISOCZKY, M. C. dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, p. 237-250, 2015.

FLORES, R. K. O discurso como estratégia de luta contra a mercantilização da água. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-71, jan./jun. 2009.

FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA. **Água é um direito, não mercadoria**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FAMA2018/>>. Acesso em: 24 maio 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 253 p.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.(Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 375-401.

GOHN, M. G. M. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 383 p.

GOHN, M. G. M. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, p. 491-509, 2015.

GRAVES, S. Confidentiality, electronic health records, and the clinician. **Perspectives in Biology and Medicine**, Chicago, v. 56, n. 1, p. 105-125, 2013.

GREZELE, A. A. Lutas de resistência na América Latina. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 67-77.

GROSFUGUEL, R. Colonial difference, geopolitics of knowledge and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System. **Review**, Nova York, v. 25, n. 3, p. 203-224, 2002.

GROSFUGUEL, R. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2011.

GROSFUGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocentricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GRUPO AMAR'ÁGUA. **Memória histórica sobre a atuação da Nestlé em São Lourenço**. São Lourenço, 2013.

GUIMARAES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in) sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente**. Rio de Janeiro: Évora, 2016.

HALLIDAY, M. **An introduction to functional grammar**. London: E. Arnold, 1994.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013. 348 p.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-30, ago. 2007.

HOFFNAGEL, J. C. Entrevista: uma conversa controlada. In: BEZERRA, M. A.; DIONISIO, Â. P.; MACHADO, A. R. (org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 180-193.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, London, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1, p. 185-209.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Lourenço: cidade recreio, 1927-1952**. Rio de Janeiro, 1957.

JOHNSON, G. A.; SILVA, M. A. Hegemonia e políticas públicas na América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 29., 2013, Santiago. **Anais...** Santiago: ALAS, 2013. v. 1, p. 1-6.

KLINKHAMMER, J. On the dark side of the code: Organizational challenges to an effective anti-corruption strategy. **Crime, Law and Social Change**, Dordrecht, v. 60, n. 2, p. 191-208, 2013.

LAGUARDIA, H. Nestlé pode abrir nova fábrica em Minas Gerais. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/economia/nestle-pode-abrir-nova-fabrica-em-minas-gerais-1.667176>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago, 2002.

LAMANA, C. X. **A indústria brasileira de água mineral**. (Serviço Geológico do Brasil-CPRM). Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1386&sid=46#mercado>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

LANG, A. B. S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. IN: BOM MEIHY, J. C. S. **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

LEDA, M. C. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. 2014. 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LEFF, E. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes. In: CENEAM. **Reflexiones sobre educación Ambiental II**. Segovia: Parques Nacionales; Ministerio de Medio Ambiente, 2006.

LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. **Revista Esboços**, Marília, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LEIVA, O. C. El capital productivo y el capital financiero en la economía mundial y en América Latina. **Textos de Economía**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2007.

- LEIVA, O. C. La economía mundial a inicios del siglo XXI. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN:ALTERNATIVAS GLOBALIZAÇÃO, 2005, 1., Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Reggen, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp11.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- LORD, N. Regulating transnational corporate bribery: Anti-bribery and corruption in the UK and Germany. **Crime, Law and Social Change**, Dordrecht, v. 60, n. 2, p. 127-145, 2013.
- MACHADO ARAÓZ, H. “‘Agua rica’. Conflicto colonial. Guerra de religiones”. In: _____. **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires: Una Ventana, 2011.
- MAGALHAES, C. M. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHAES, C. M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 15- 30.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser:contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogota: Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008. 296 p.
- MARTINS, C. E. **Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 1-63
- MARTINS, C. E. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. In: REYNO, J. E. **La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos** . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2005.
- MEDEIROS, C. R. O. **Inimigos públicos: crimes corporativos e necrocorporações**. 2013. 314 p. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MELO, I. F. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 25, v. 2, p. 307-329, 2012.
- MELO, I. F. Teoria multifuncional do discurso em Halliday e Fairclough. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, n. 5, v. 2, p. 153-168, jul./dez. 2010.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 81-106.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. A crítica epistemológica à ciência moderna: por uma sociologia decolonial. In: CONGRESO ALAS CHILE, 29., 2013, Santiago. **Anais...** Santiago: ALAS, 2013. v. 1, p. 1-10.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14 n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.

MIGNOLO, W. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 3, p. 47-71, 2005.

MIGNOLO, W. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **IHU online - Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, v. 431, p. 21-28, 2013.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica”. In: SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGNOLO, W. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. London: Duke University, 2011.

MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MILANEZ, B. et al. Introdução. In: MALERBA, J. **Diferentes formas de dizer não: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. p. 19-28.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resisting neocolonial development: Andalgalá's people struggle against mega-mining projects. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 311–339, jun. 2013.

MUSSALIN, F. Análise do discurso. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2, p. 101-142.

NESKE, M. Z. **Colonialidade e desenvolvimento: a resignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no Sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 160 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NESTLÉ. **Parque das águas**. Disponível em: <<http://www.nestle.com.br/portalnestle/ParquedasAguas/>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

NINIS, A. B. **A Ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço**. 2006. 163 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA. **Guerra da água**. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/er17/guerra-agua.html>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

OLIVEIRA, J. A. **Águas (de) São Lourenço: investigação sobre os impactos da exploração de água mineral no turismo sustentável**. 2011. 219 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

OLIVEIRA, L. F. **Histórias da África e dos africanos na escola: as perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular**. 2010. 280 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, T. J. V. **São Lourenço a feliz cidade**. São Lourenço: Parma, 1987.

OSBORNE, D. An exploration of extortion. **Journal of Financial Crime**, Bingley, v. 20, n. 2, p. 163-185, 2013.

OTTO, B.; BÖHM, S. ‘ “The people” and resistance against international business: the case of the Bolivian “Water War” ’. **Critical Perspectives on International Business**, Bingley, v. 2, n. 4, p. 299–320, 2006.

PAYNE, B. K. **White-collar Crime: the essentials**. Georgia: Sage, 2012.

PFRIMER, M. H. **A Guerra da Água em Cochabamba Bolivia: desmitificando os conflitos por água a luz da geopolítica**. 2009. 409 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PICASSO, E.; MILAN, A. **“Outra historia de los tempos del bicentenário em la Patagonia Argentina. Mapuche y poblaciones patagônicas cordilleranasem resistências”**. [S. l.: s. n.], 2011.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015.

PIQUERO, N. L. et al. The Interplay of Gender and Ethics in Corporate Offending Decision-Making. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, Lincoln, v. 29, n. 3, p. 385-398, 2013.

PORTELA, M. Fontes de água mineral estão secando. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 16, 28 out. 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina**. 2008. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/article/a-luta-pela-apropriacao-e-reapropriacao-social-da/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO. Disponível em: <<http://transparencia.saolourenco.mg.gov.br/-/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

PRÜSS-ÜSTÜN, A. et al. **Safer water, better health**: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: World Health Organization, 2008.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. 2011. 254 p. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y claficiación social. In: CLÍMACO, D. A. (Org.) **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia historico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 285-327.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. **Los conquistados**: 1492 y la población indígena de lãs Américas. Bogotá: Tercer Mundo/Flacso, 1992. p. 437-447. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system". **International Social Science Journal**, Paris, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica da publicidade**: um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil. São Paulo: LabCom Books, 2010.

RAMALHO, V. Análise de discurso e realismo crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO, 12., 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 1-19.

RAMALHO, V. **Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos**: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas. 2008. 297 p. Tese (Doutorado em Linguagem e Sociedade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011. 194 p.

RAMÍREZ GUZMÁN, B. A. **Colonialidade, interculturalidade e educação**: desdobramento na relação do povo Mapuche e o Estado do Chile. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e etnografia**: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008. 332 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 185-208, 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, 14., 2013. São Lourenço. **Notas Taquigráficas**. São Lourenço, 2013. Disponível em: <<https://aguasdesaolourenco.wordpress.com/2013/10/04/ata-da-audiencia-publica-de-sao-lourenco/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul. /dez. 2005.

ROQUETTE, R. P. L. **Análise do mercado consumidor de água mineral no Brasil**. 2012. 75 p. Relatório de Pesquisa (Graduação em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

ROSA, A. R.; ALCADIPANI, R. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, p. 185-215, 2013.

ROSEMANN, N. **Drinking water crisis in Pakistan and the issue of bottled water: the case of Nestlé's 'Pure Life'**. Disponível em: <<http://www.ircwash.org/resources/drinking-water-crisis-pakistan-and-issue-bottled-water-case-nestle-pure-life>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

SCHWARTZMAN, K. Globalization from a worldsystem perspective: a new phase in the core—a new destiny for Brazil and the semiperiphery? **Journal of World Systems Research**, Washington, Washington, v. 12, n. 2, p. 265-317, Dec. 2006.

SCOTTO, G. Argentina: “la montaña sigue en pie gracias a su gente”. In: MALERBA, J. **Diferentes formas de dizer não: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. p. 29-52.

SEOANE, J.; TADDEI, E. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: _____. **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SERRA, S. H. **Águas minerais do Brasil**. Campinas: Millennium, 2009. 291 p.

SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL. **O conceito de geoparque**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=134>> Acesso em: 18 nov. 2014.

SILVA, G. J. C. **A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana**. 2008. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_03_04.pdf>. Acesso em:

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 169 p.

SOUZA, J. A constituição da modernidade periférica. In: _____. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. p. 91-145.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-39.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. p. 236-242.

STEFANELLO, A. G. F. Reflexões acerca da responsabilidade da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 29, p. 19-29, dez. 2010.

SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. **Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

SVAMPA, M. **Cambio de época: movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

TILIO, R. Revisitando a análise crítica do discurso: um instrumental teórico-metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 1, n. 2, p. 1-17, ago. 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME. **The United Nations World Water Development Report 2015**: water for a sustainable world. Paris: UNESCO, 2015.

UN-WATER. **Global analysis and assessment of sanitation and drinking-water (GLAAS) 2014 report**: investing in water and sanitation: increasing access, reducing inequalities. Geneva: World Health Organization, 2014.

VALIM, C. E. **Pode ser a gota d'água**. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150317/pode-ser-gota-dagua/241471.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

VAN AAKEN, D.; SPLITTER V.; SEIDL, D. Why do corporate actors engage in pro-social behaviour? A Bourdieusian perspective on corporate social responsibility. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 349-371, 2013.

VAN DIJK, T. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso**. Alfragide: Caminho, 1997.

VIDA engarrafada: o negócio da Nestlé com a água. Direção: Urs Schnell. Roteiro: Urs Schnell, Res Gehrigler. Alemanha/Suíça: Doklab GmbH e Eikon Sudwest GmbH, 2012. 1 DVD (89 min), color. Título original: Bottled life: Nestle's business with water.

VIÑÁN, P. N. La matriz colonial, los movimientos sociales y los silencios de la modernidad. In: WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Abya-Yala, 2005. p. 71-109.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. Capitalist agri-culture and the origins of the European world-economy itz the 16 th. New York: Academic, 1974. v. 1.

WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Abya-Yala, 2005.

WALSH, C. Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge: decolonial thought and cultural studies 'Others' in the Andes. **Cultural Studies**, London, v. 21, n. 2/3, p. 224-239, 2007.

WANDERLEY, S. **Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil**: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. 2015. 322 p. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getulio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2015a.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 237-255, 2015b.

WANDERLEY, S.; FARIA, A. The Chandler-Furtado case: a de-colonial re-framing of a North/South (dis)encounter. **Management & Organizational History**, Reading, v. 7, p. 219-236, 2012.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aplicado aos membros de grupos de resistência no município de São Lourenço (Minas Gerais)

1. A organização existe há quanto tempo?
2. Qual é o objetivo da organização?
3. Como foi o surgimento e desenvolvimento? Quantas pessoas estavam envolvidas no início? E agora?
4. Principais mudanças identificadas nos últimos anos pela organização em relação à exploração da água mineral em São Lourenço pela Nestlé (positivas e negativas).
5. Como a comunidade se posiciona diante dessas mudanças? Você acha que os moradores da cidade percebem isso? E os turistas que frequentam a cidade?
6. Principais ações desenvolvidas por meio da organização, mobilização e participação da comunidade/sociedade civil para enfrentar essa situação.
7. Quais têm sido as reações da comunidade e turistas diante dessas atividades de mobilização propostas pela organização?
8. Resultados alcançados por meio da organização, mobilização e participação da comunidade/sociedade civil.
9. Quais os impactos e/ou as consequências das ações da Nestlé sobre a comunidade de São Lourenço identificadas pela organização?
10. Como a organização avalia as articulações da Nestlé e dos órgãos de fiscalização envolvidos no processo de exploração de água mineral em São Lourenço?
11. A Nestlé adota estratégias e ações de responsabilidade social (filantropia, ação social) na comunidade? Como a organização (você) avalia as estratégias de responsabilidade social corporativa adotadas pela transnacional em São Lourenço?
12. Como a organização avalia as interações da transnacional com o poder público, agências reguladoras e comunidade local?
13. Houve consequências pessoais e profissionais para as pessoas que integram o movimento contra a superexploração das águas de São Lourenço pela Nestlé?
14. Qual tem sido a estratégia mais eficiente da Nestlé para enfrentar as resistências e garantir a superexploração de águas em S. Lourenço?
15. O que a Nestlé representa para você? E para a cidade?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicado a membro fundadora do grupo de resistência no município de São Lourenço (Minas Gerais)

1. Conte-me como foi que você começou a se dedicar à luta contra a superexploração das águas em São Lourenço. (Você é de São Lourenço? Se não como veio para cá? Motivações pessoais).
2. Conte-me sobre mudanças ou problemas pessoais, profissionais, familiares que porventura você tenha enfrentado após integrar o movimento. Atualmente você ainda integra algum movimento de resistência contra a superexploração de águas minerais em São Lourenço?
3. Conte-me como surgiu o Movimento Cidadania pelas Águas. (Como foi o surgimento e desenvolvimento? Quantas pessoas estavam envolvidas no início? Quem eram essas pessoas? O movimento possuía identidade jurídica/CNPJ?).
4. Conte-me sobre sua participação no Movimento Cidadania pelas Águas e sobre as principais ações e conquistas do Movimento ao longo de sua existência (tempo de existência do movimento, membros residentes no exterior).
5. Conte-me sobre a extinção do Movimento Cidadania pelas Águas e surgimento do MACAM - Movimento dos Amigos do Circuito das Águas Mineiro. (Como foi o surgimento e desenvolvimento? Quantas pessoas estavam envolvidas no início? Quem eram essas pessoas? O movimento possuía identidade jurídica/CNPJ? O movimento ainda existe?).
6. Conte-me sobre as ações efetivas implementadas pelo Grupo Amarágua recentemente? (Depois de 2006, com a conquista da TAC, quais solicitações/medidas/ações foram implementadas pelo grupo?).
7. Conte-me sobre como está o Amar'Água hoje (Quantas pessoas integram? Existe uma agenda de reuniões/encontros? Como está a relação do grupo com a comunidade?)
8. Conte-me sobre a participação da Nestlé na campanha eleitoral do ano passado? Há notícias de candidatos que receberam apoio da empresa?
9. Conte-me porque São Lourenço deixou de integrar o Circuito das Águas Mineiro.
10. Muitas mudanças ocorreram desde que a Nestlé passou a explorar as águas minerais em São Lourenço e ser administradora do Parque das Águas. Conte-me sobre sua percepção sobre o posicionamento da comunidade, dos moradores da cidade e dos turistas diante dessas mudanças.

11. Como você (ativista, militante) avalia as articulações da Nestlé e dos órgãos de fiscalização envolvidos no processo de superexploração de água mineral em São Lourenço?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

I - TÍTULO DO TRABALHO: ÁGUA PARA QUÊ (M): PODER, POLÍTICA E CORPORações NA EXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM SÃO LOURENÇO.

Pesquisador Responsável: Christiane Batista de Paulo Lobato

Equipe Técnica:

Professor Orientador: Profª Drª. Flávia Luciana Naves Mafra

II - OBJETIVOS

Geral: Caracterizar quais as circunstâncias socialmente organizadas que determinam a exploração de águas minerais em São Lourenço (Minas Gerais) pela multinacional Nestlé.

Específicos:

- Resgatar o contexto sócio-histórico em que a organização em foco está inserida, particularizando a trajetória cultural política brasileira;
- Analisar as estratégias e interações da multinacional na atividade de exploração de águas em São Lourenço a partir de uma perspectiva crítica ideológica;
- Caracterizar percepções dos atores envolvidos nesse processo, com destaque para aqueles considerados mais vulneráveis;
- Caracterizar os impactos e/ou as consequências das ações da empresa em foco sobre a comunidade envolvida em suas operações, bem como a sociedade como um todo, evidenciando as especificidades políticas e ideológicas deste processo.

III - JUSTIFICATIVA

A escolha desta temática se deve ao fato de se considerar que o momento atual é muito oportuno para se discutir a superexploração das águas minerais, seu impacto no turismo e na saúde dos cidadãos e contínuo dano ao meio ambiente local. Neste trabalho se pretende focar o “*dark side*” das organizações, tratando, especificamente, de crime corporativo envolvendo a superexploração comercial da água mineral de São Lourenço (Minas Gerais) para engarrafamento por uma multinacional (Nestlé). A escolha pelo crime corporativo ocorrido em São Lourenço justifica-se por este ser um grave crime ambiental, que foi alvo de cobertura por diversos veículos da mídia, além do fato da transnacional responsável pelo ocorrido, ser reincidente em questões relacionadas a sérios crimes ambientais e sociais. Ademais, a importância para os debates em estudos organizacionais e ciências sociais em investigar e analisar os crimes corporativos reside em sua justificativa social. Quanto à sua natureza prática, pretende-se contribuir com esclarecimentos quanto à natureza e desfecho dos acontecimentos envolvidos no caso estudado, visando colaborar com a implementação de medidas organizacionais e regulatórias para conter os crimes corporativos.

IV - PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para fins de definições, trata-se de um estudo qualitativo-descritivo, pois buscará compreender e discutir a dinâmica das relações entre a transnacional, governo, comunidade e ONG´s envolvidas no caso de superexploração comercial de água mineral de São Lourenço (Minas Gerais) para engarrafamento por uma multinacional (Nestlé). Para tanto, serão

realizadas pesquisas bibliográfica, pesquisa de campo e documental, assim como observação sistemática. Os sujeitos da pesquisa serão presidentes e alguns membros ativos das associações criadas para reivindicação, especialistas e advogados que tiveram alguma participação no caso, bem como alguns secretários municipais. Adotar-se-á a entrevista narrativa, a observação de campo e a análise documental. Os dados serão analisados por meio da análise de discurso, seguindo as orientações teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough. A ACD permitirá uma análise em profundidade dos elementos subjetivos e intersubjetivos presentes nos discursos dos atores entrevistados, bem como as dissonâncias semânticas entre a linguagem e a prática social desses sujeitos.

A participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista, onde os participantes responderão a perguntas sobre o caso em questão. A entrevista será conduzida pela pesquisadora, onde haverá registro de áudio e/ou imagem que, após a transcrição, será destruído. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. As fitas serão ouvidas por mim e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As fitas serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio e/ ou imagem, você não poderá participar deste estudo.

V – RISCOS ESPERADOS, REPARAÇÃO DE DANOS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS

Não há riscos previsíveis. Serão desenvolvidas entrevistas no local indicado pelo respondente de acordo com a sua disponibilidade. A realização de entrevistas se dará para apreender as percepções dos sujeitos da pesquisa, ou seja, não se pretende trabalhar com profundas investigações baseadas em processos mentais, não há risco físico ou psicossocial. Dessa forma, não tem o que se falar em reparação de danos. Além disso, o nome da universidade e a identidade dos entrevistados não serão divulgados. Em relação ao ressarcimento de despesas, como os pesquisadores se deslocarão para aplicar as entrevistas, não serão produzidos custos ou despesas para os sujeitos da pesquisa, logo não há necessidade de ressarcimento de valores financeiros aos respondentes. Ressalta-se que os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação no estudo, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, conforme itens III.2.0, IV.4. c, v. 3, v. 5 e v. 6 da Resolução CNS 466/12 (BRASIL, 2012).

VI – BENEFÍCIOS

Embora constitua-se um assunto de grande repercussão na sociedade e de interesse para pesquisadores no campo da Administração, a investigação proposta neste trabalho, tem sua relevância justificada pelo frescor da temática. Além disso, identificou-se lacunas no corpo teórico no que diz respeito aos impactos sociais decorrentes de crimes ambientais deste tipo.

Ademais, a importância para os debates em estudos organizacionais e ciências sociais em investigar e analisar os crimes corporativos reside em sua justificativa social, uma vez que, cada vez mais, esses têm ocupado espaço significativo na vida dos indivíduos, acarretando prejuízos a trabalhadores, consumidores, sociedade, comunidades e meio ambiente (MEDEIROS, 2013).

Quanto à sua natureza prática, pretende-se contribuir com esclarecimentos quanto à natureza e desfecho dos acontecimentos envolvidos no caso estudado, visando colaborar com

a implementação de medidas organizacionais e regulatórias para conter os crimes corporativos. Esta justificativa é respaldada pelo fato de que a opinião pública, por meio das pressões exercidas pela sociedade civil frente aos acontecimentos de grande repercussão, desempenha papel fundamental na definição das leis (ALMOND, 2009; PAYNE, 2012).

VII - RETIRADA DO CONSENTIMENTO E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O critério de inclusão de elementos será em função da participação da população objeto da pesquisa. Adotar-se-á neste trabalho arquivos jornalísticos e arquivos de ações judiciais, por considerá-los úteis no conhecimento do contexto e informações pertinentes ao caso e fonte de identificação de pessoas envolvidas no mesmo. Desta maneira, os sujeitos da pesquisa serão presidentes e alguns membros das associações criadas para reivindicação, especialistas e advogados que tiveram alguma participação no caso, bem como alguns secretários municipais. Cumpre aludir que a escolha dos atores a serem pesquisados se dará por conveniência, pois a pesquisadora tem buscará contatá-los para solicitação de uma agenda de entrevistas. Desse modo, esses sujeitos serão selecionados por critério de acessibilidade e conveniência. Por outro lado, aqueles não enquadrados na população estão automaticamente excluídos. Adicionado a isso, os sujeitos da pesquisa tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo ao atendimento a que está sendo ou será submetido.

VIII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Não há previsão de suspensão da pesquisa. A mesma será encerrada quando as informações desejadas forem obtidas ou pelo critério da saturação teórica.

IX - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso lhe sobrevenha algum dano decorrente da participação na pesquisa, você será indenizado.

PARTICIPANTE MAIOR DE IDADE

Eu _____,
certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido(a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização da entrevista. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Lavras, ____ de _____ de 20 ____.

NOME (legível) _____ RG _____

ASSINATURA _____

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-1127, falar com Andréa.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia – DAE. Telefone de contato: 35.3829.1446.

E-mail: chris_batista@yahoo.com.br ou flanaves@dae.ufla.br

***Esse termo deverá ser assinado presencialmente pelo respondente, pois será arquivado no banco de dados dos pesquisadores para os esclarecimentos que se fizerem necessários.**